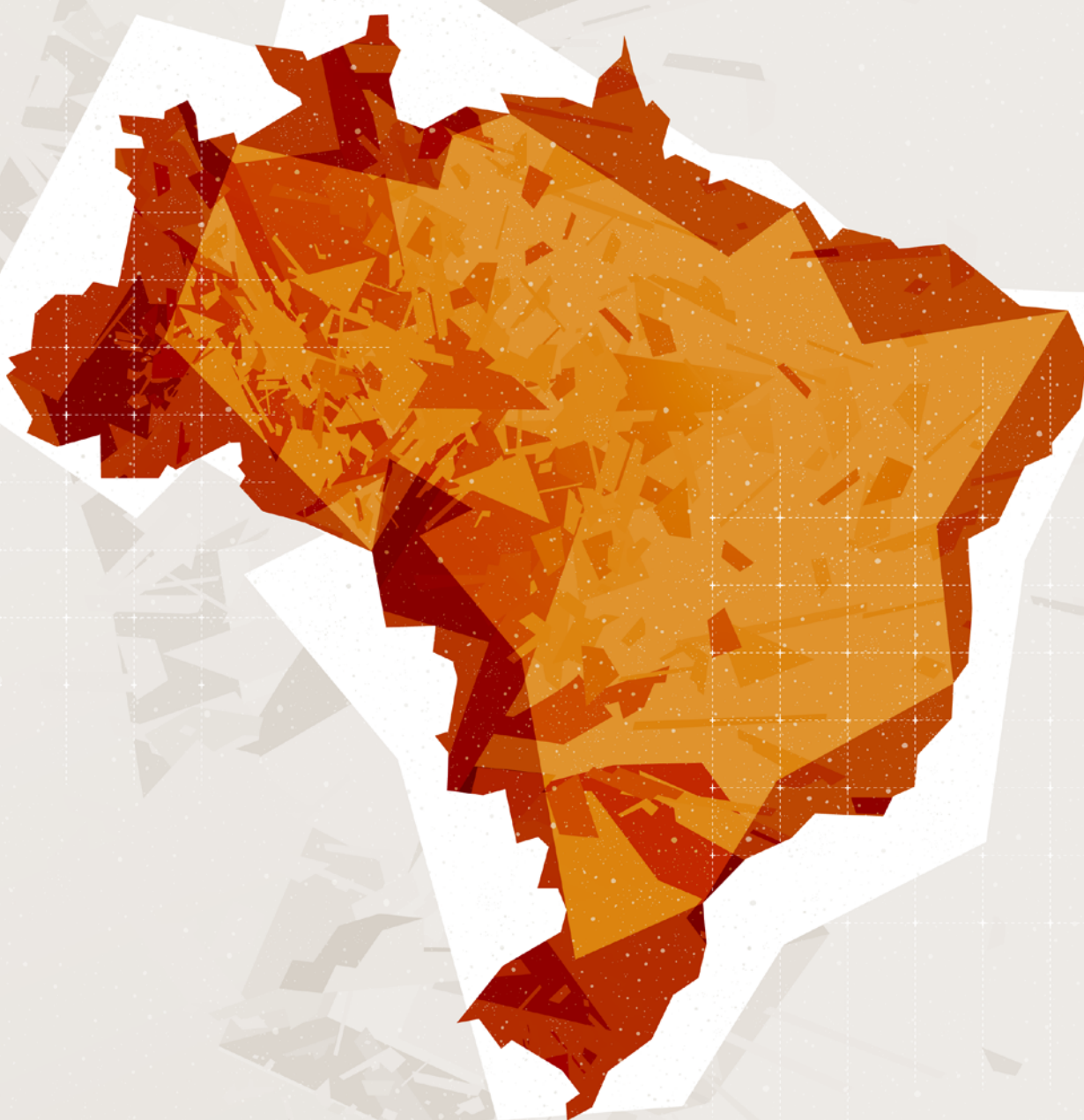


RELATÓRIO ANUAL

CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2023



COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO



Observatório dos
Conflitos da Mineração
no Brasil

RELATÓRIO ANUAL

CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2023

DEZEMBRO - 2024

EXPEDIENTE

Conflitos da Mineração no Brasil 2023: Relatório Anual, publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil.

Brasil, dezembro de 2024

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO

Secretaria Operativa:

INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
JnT	Rede Justiça nos Trilhos
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
PoEMAS	Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
Sinfrajupe	Serviço Inter - Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia

Comunicação: Kátia Visentainer

Projeto gráfico e diagramação: Mayra Souza



emdefesadosterritorios.org



[@Comiteminerao](https://twitter.com/Comiteminerao)



[@em_defesa_dos_territorios](https://www.instagram.com/em_defesa_dos_territorios)



[@emdefesadosterritorios](https://www.facebook.com/emdefesadosterritorios)

SUMÁRIO

Destaques dos conflitos da mineração em 2023	4
Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração	6
Sobre o Mapa dos Conflitos da Mineração	6
Principais resultados do monitoramento 2023	7
<i>Dados gerais e distribuição espacial dos conflitos</i>	7
<i>Tipo de Conflito</i>	14
<i>Tipo de Minério</i>	17
<i>Violadores, empresas causadoras e extração ilegal</i>	22
<i>Tipo de Objeto</i>	30
<i>Grupos atingidos e reações</i>	31
<i>Ações Diretas das Comunidades frente à Mineração</i>	32
<i>Conflitos com indígenas</i>	35
<i>Conflitos com quilombolas</i>	42
<i>Povos e Comunidades Tradicionais</i>	44
<i>Outros grupos sociais do campo</i>	45
<i>Conflitos urbanos</i>	46
<i>Conflitos envolvendo o Estado</i>	47
Referências	50
Sobre o Relatório Anual de Conflitos da Mineração no Brasil	57

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Gráfico 1: Número de conflitos e ocorrências de conflitos de 2020 a 2023</i>	8
<i>Gráfico 2: Os estados com o maior número de ocorrências em 2023</i>	9
<i>Gráfico 3: Os estados com mais ocorrências de 2020 a 2023</i>	9
<i>Mapa 1: Distribuição das ocorrências em conflito por município em 2023</i>	11
<i>Gráfico 4: Os dez municípios com o maior número de localidades em conflito e ocorrências em 2023</i>	12
<i>Gráfico 5: Os dez municípios com o maior número de ocorrências de 2020 a 2023</i>	13

<i>Tabela 1: Definição das categorias de conflito utilizadas</i>	14
<i>Gráfico 6: Tipo de conflitos em 2023</i>	15
<i>Gráfico 7: Tipo de conflitos de 2020 a 2023</i>	16
<i>Gráfico 8: Minérios com maior presença nos conflitos em 2023</i>	18
<i>Gráfico 9: Minérios com maior presença nos conflitos de 2020 a 2023</i>	19
<i>Gráfico 10: Biomas com maior número de registros em 2023</i>	19
<i>Mapa 2: Distribuição dos municípios com conflitos em 2023, por bioma</i>	20
<i>Mapa 3: Distribuição das ocorrências em conflito em 2023, por bioma</i>	21
<i>Gráfico 11: Principais tipos de violadores em 2023</i>	22
<i>Gráfico 12: Principais nacionalidade das empresas internacionais em 2023</i>	23
<i>Gráfico 13: Principais tipos de violadores de 2020 a 2023</i>	23
<i>Gráfico 14: Empresas com maior número de ocorrências de violações em 2023</i>	24
<i>Gráfico 15: Empresas com maior número de ocorrências de violações de 2020 a 2023</i>	25
<i>Gráfico 16: Principais tipos de violências em 2023</i>	26
<i>Gráfico 17: Principais tipos de violências de 2020 a 2023</i>	26
<i>Gráfico 18: Extração ilegal de minério por estado e categoria em 2023</i>	28
<i>Gráfico 19: Extração ilegal de minério por estado de 2020 a 2023</i>	29
<i>Gráfico 20: Tipo de objeto causador de violações em 2023</i>	30
<i>Gráfico 21: Tipo de objeto causador de violações de 2020 a 2023</i>	31
<i>Gráfico 22: Principais grupos sociais atingidos em 2023</i>	31
<i>Gráfico 23: Principais grupos sociais atingidos de 2020 a 2023</i>	32
<i>Gráfico 24: Reações de grupos atingidos por unidade da federação em 2023</i>	33
<i>Gráfico 25: Os 10 estados que mais concentraram ocorrências em conflitos com indígenas em 2023</i>	36
<i>Gráfico 26: Estados que mais concentraram ocorrências em conflitos com indígenas de 2020 a 2023</i>	37
<i>Gráfico 27: Categorias em conflito com indígenas em 2023</i>	38
<i>Gráfico 28: Categorias em conflito com indígenas de 2020 a 2023</i>	40
<i>Gráfico 29: Principais tipos de violências contra os indígenas em 2023</i>	41
<i>Gráfico 30: Estados que mais concentraram ocorrências com quilombolas em 2023</i>	42
<i>Gráfico 31: Número de ocorrências com populações tradicionais em 2020 a 2023</i>	44
<i>Gráfico 32: Municípios que mais concentraram ocorrências com população urbana em 2023</i>	46
<i>Gráfico 33: Conflitos anuais por ente federativo de 2020 a 2023</i>	48

DESTAQUE DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO 2023

Em 2023, foram registradas 786 localidades e 901 ocorrências de conflitos, envolvendo ao menos 2.810.230 pessoas. Esses números representam estabilidade em relação a 2022, embora o total de pessoas afetadas tenha aumentado 308,1% no período.

Observou-se uma expansão espacial dos conflitos, temos 499 novas localidades registradas, correspondendo a 55,4% do total de localidades registradas.

Dos 26 estados com registros, os que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais (31,9%), Pará (13,7%) e Bahia (9,0%). Minas Gerais também liderou o número de pessoas atingidas (51,8%), seguido por Pará (13,9%) e Alagoas (10,1%).

O bioma com o maior número de registros de conflito foi a Mata Atlântica (48,5%), seguido da Amazônia (27,4%), Caatinga (12,8%) e Cerrado (10,2%).

Brumadinho permaneceu como o município com mais conflitos pelo quarto ano consecutivo, registrando 22 localidades e 28 ocorrências, majoritariamente relacionadas ao desastre da barragem da Vale.

As maiores violadoras entre as 112 empresas mapeadas foram a Vale S.A., com 147 ocorrências, a Braskem (50 ocorrências), a Companhia Siderúrgica Nacional (39), a Samarco-Vale-BHP (39), a Tombador Iron Mineração (25), a ArcelorMittal (15) e a Belo Sun Mining Ltda (15). Somando a Vale S. A. (16,3%) e sua subsidiária Samarco-Vale-BHP (4,3%), o valor chega a 20,6% de todas as ocorrências em 2023 provocadas pela transnacional brasileira.

Entre as mineradoras estrangeiras, as australianas lideram em número de violações (7,9% de todos os conflitos), seguidas pelas canadenses (6,0%) e pelas inglesas (3,4%). As empresas que possuem capital australiano e concentram o maior número de ocorrência são a Samarco-Vale-BHP e a Tombador Iron Mineração; Belo Sun Mining Ltda, Lipari Mineração Ltda e Sigma Mineração são as canadenses mais representativas; já as inglesas são a Mineração Vale Verde e Anglo American.

- Os conflitos por Terra e por Água continuaram os mais recorrentes, com 567 e 246 ocorrências, respectivamente.
- A extração ilegal de minério, em particular os garimpos, gerou 176 ocorrências em 155 localidades de 23 estados, representando 19,5% das ocorrências de 2023. Há uma retração de 6,2% das ocorrências em relação a 2022. Os estados que se destacaram foram, Pará (20,7%), Amazonas (16,9%), Minas Gerais (12,6%), Mato Grosso (9,2%) e Rio de Janeiro (7,7%). Além disso, os Indígenas foram o primeiro grupo social mais violado por essa atividade, correspondendo a 20,3% das ocorrências ligadas a extração ilegal.
- Ocorrências de violências extremas foram: morte de trabalhadores (41 ocorrências); trabalho escravo (31 ocorrências); condições degradantes de trabalho (12 ocorrências); assédio (8 ocorrências); ameaça (6 ocorrências); ameaça de morte (5 ocorrências); violência física (5 ocorrências); violência sexual (4 ocorrências); Agressão (3 ocorrências); assassinato (1 ocorrência); sequestro (1 ocorrência); tentativa de assassinato (1 ocorrências); e criminalização (3 ocorrências).
- As categorias sociais que foram atingidas pela mineração: População urbana (15,8%), Trabalhadores (12,0%), Pequenos proprietários rurais (10,9%) e Indígenas (10,7%). Foram mapeadas 99 reações diretas às violações, com destaque para Minas Gerais (42 ocorrências), Alagoas (18) e Bahia (10). Maceió congregou 17 ocorrências relacionadas à reação, seguida por Brumadinho, com 8. As principais categorias que mais reagiram com ações de resistência foram a População urbana (25 ocorrências), Pequenos proprietários rurais (11), Atingidos (10), Trabalhadores (10 ocorrências), e os Indígenas (8 ocorrências).
- Ao menos 158.049 indígenas estiveram envolvidos em 96 ocorrências de conflitos, correspondendo a uma queda de 31,9% em relação a 2022, sendo 51,0% deles contra garimpeiros, 36,5% com alguma mineradora internacional, com destaque para a Samarco-Vale-BHP, Belo Sun Mining e Potássio do Brasil.
- Os quilombolas sofreram em 58 localidades e 60 ocorrências, aumento de 50% no ano, englobando ao menos 8.783 pessoas. As principais empresas envolvidas nos conflitos são Lipari Mineração, Aura Minerals e Sigma Mineração.
- As ocorrências envolvendo populações tradicionais somam 235, abrangendo ao menos 178.753 pessoas: Indígenas (158.049), Quilombolas (8.783), Ribeirinhos (1.187), Pescadores (2.703), Extrativistas (4.725), Posseiros (2.141), e Camponeses de fundo e fecho de pasto (1.165). Em comparação ao ano anterior, observa-se uma diminuição de 13,0%.
- Para acessar e baixar os dados, ver o **Mapa dos Conflitos da Mineração no Brasil** para monitorar as violações cometidas pelo setor com dados de 2020 a 2023 — site: www.conflitosdamineracao.org.

Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

O Comitê é uma articulação da sociedade civil formada por mais de 100 organizações não governamentais, movimentos sociais, igrejas e pesquisadores, em atividade desde 2013. É uma das principais iniciativas no Brasil que se organiza politicamente em defesa dos atingidos pela mineração e seus territórios; atua na formação, na mobilização, na articulação política; na produção de materiais; e na comunicação sobre a política mineral brasileira.

Sobre o Mapa dos Conflitos da Mineração

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, tem o **Mapa dos Conflitos** como uma de suas iniciativas de **denúncia do modelo mineral brasileiro**. O Mapa dos Conflitos tem o **objetivo de visibilizar, sistematizar e monitorar as violações** cometidas, sistematicamente, pelo setor mineral brasileiro nos **meios urbano e rural**. O mapeamento incluiu empresas mineradoras e de transformação mineral (nacionais e internacionais), assim como garimpos.

No âmbito do monitoramento, o Observatório organiza um **banco de dados, atualizado anualmente**, a partir do levantamento sistemático de **dados secundários** em fontes como registros de jornais de circulação nacional e regional, portais de notícias, redes sociais, mídia independente e materiais de denúncias dos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais e assessorias técnicas, somadas às ocorrências tabuladas anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), para os conflitos da mineração no campo, e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para conflitos entre mineração e indígenas.¹

O Observatório é uma ferramenta que produz informações que permitirão monitorar e analisar, ao longo do tempo, no médio e em longo prazo, a variação temporal dos conflitos e do comportamento das diferentes empresas, articulando-a com fatores políticos e econômicos nacionais e globais que influenciam a política mineral. O mapeamento permite ainda identificar a distribuição espacial dos conflitos e as diferentes disputas pela apropriação da natureza, assim como os efeitos sobre as comunidades atingidas.

¹ Em 2023, o Observatório migrou para uma nova plataforma; é possível, por isso, que se observe uma pequena disparidade entre alguns dados aqui e lá apresentados. Contudo, os números gerais estão corretos e não comprometem a análise nem este relatório.

Principais Resultados do monitoramento 2023

Destacamos, nas próximas páginas, os principais resultados obtidos a partir do monitoramento dos conflitos envolvendo o setor da mineração no Brasil em 2023. Os dados brutos se encontram disponíveis na plataforma do site www.conflitosdamineracao.org, onde as localidades envolvidas podem ser visualizadas individualmente no *Mapa dos Conflitos da Mineração*.

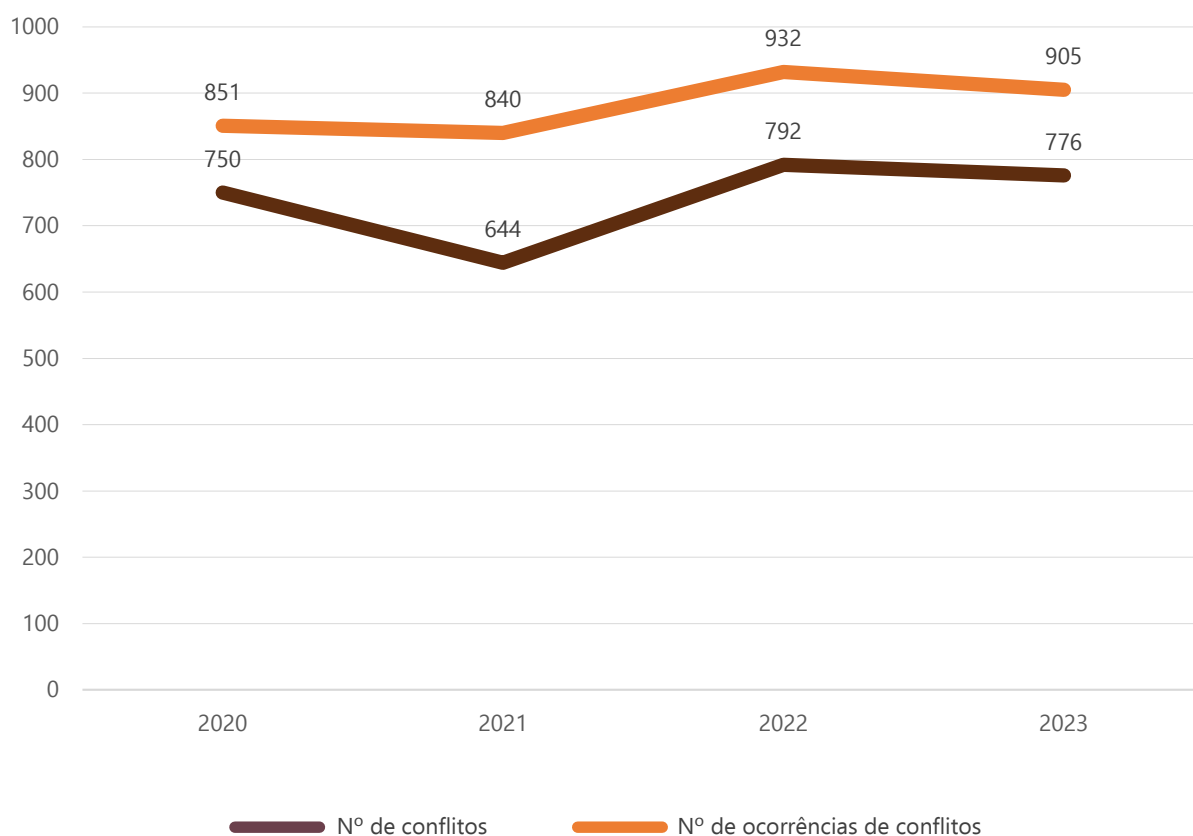
Dados gerais e distribuição espacial dos conflitos

A partir do mapeamento dos conflitos no ano de 2023 foram classificadas **786 localidades em conflito**, dispersas na totalidade dos estados brasileiros, exceto o Distrito Federal. O mapeamento registrou **901 ocorrências de conflito, envolvendo ao menos, 2.810.230 pessoas**. Em outras palavras, **no Brasil, em 2023, ocorreram pelo menos 2,4 ocorrências de conflitos relacionados à mineração por dia**.

Em comparação com 2022, o número de pessoas envolvidas foi aproximadamente quatro vezes maior, uma vez que, naquele ano, foram registradas ao menos 688.573 pessoas. Esse aumento significativo foi, em grande parte, decorrente da inclusão de 2.449.419 pessoas, em 49 municípios do Espírito Santo e Minas Gerais, que foram direta ou indiretamente afetadas pelo desastre do rio Doce (Samarco-Vale-BHP) em 2015, conforme informações do Ministério Público do Espírito Santo (Oliveira, 18/10/2023; Freitas, 17/10/2023).

A seguir, é possível observar a evolução do número de conflitos e das ocorrências de conflito mapeadas pelo Observatório desde sua criação, em 2020 (Gráfico 1). Nota-se uma pequena retração de 14,1% nos conflitos em 2021, mas uma ampliação de 22,9% em 2022, seguida por uma leve retração de 0,7% em 2023. No entanto, os números de 2022 e 2023 superaram os valores registrados no primeiro ano de mapeamento. É importante destacar que os conflitos relacionados à mineração têm mostrado uma tendência de manutenção ao longo dos anos, com variações percentuais pequenas, superando os 840 conflitos e 644 localidades.

Gráfico 1: Número de conflitos e ocorrências de conflitos de 2020 a 2023

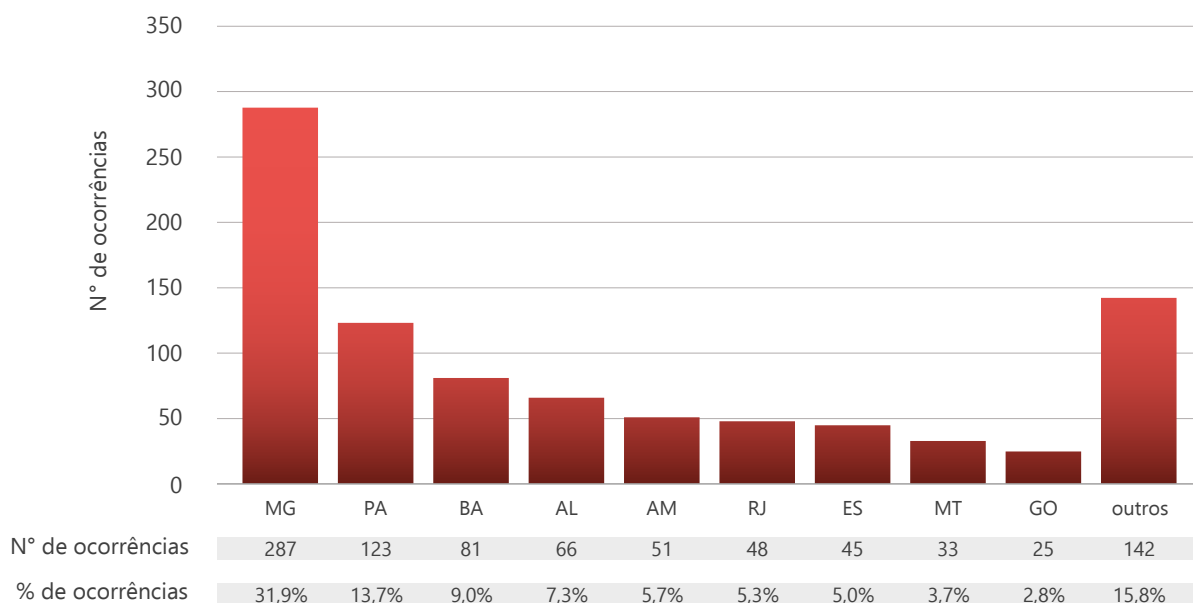


Desde 2020, o Observatório identificou 2.226 localidades em conflito, sendo que 37,3% dessas localidades estão concentradas em Minas Gerais e 11,9% no Pará. Entre os tipos de conflito, 36,3% envolvem mineradoras internacionais, seguidas por mineradoras nacionais (27,3%) e garimpeiros (20,5%). A extração ilegal, que corresponde à soma das categorias Garimpeiro e Mineradora ilegal, representa 29,4% das localidades em conflito nos últimos quatro anos. Quanto às categorias sociais mais atingidas, desde 2020, destacam-se: Trabalhadores (12,2%), População urbana (10,6%), Pequenos proprietários rurais (10,3%) e Indígenas (10,1%).

Em 2023, todas as 26 unidades federativas (UFs), exceto o Distrito Federal, registraram ocorrências de conflitos. Em 2020 foram 25 UF's (sem ocorrências no Tocantins e no Piauí); em 2021, 24 UF's (sem ocorrências no Acre, Sergipe e Distrito Federal); e, em 2022, todas as UF's apresentaram registros. A ausência de algum estado nos anos anteriores não significa a inexistência de conflitos referentes à mineração nesses estados, mas apenas indica que não foi possível mapeá-los com os dados secundários públicos disponíveis em todos os anos.

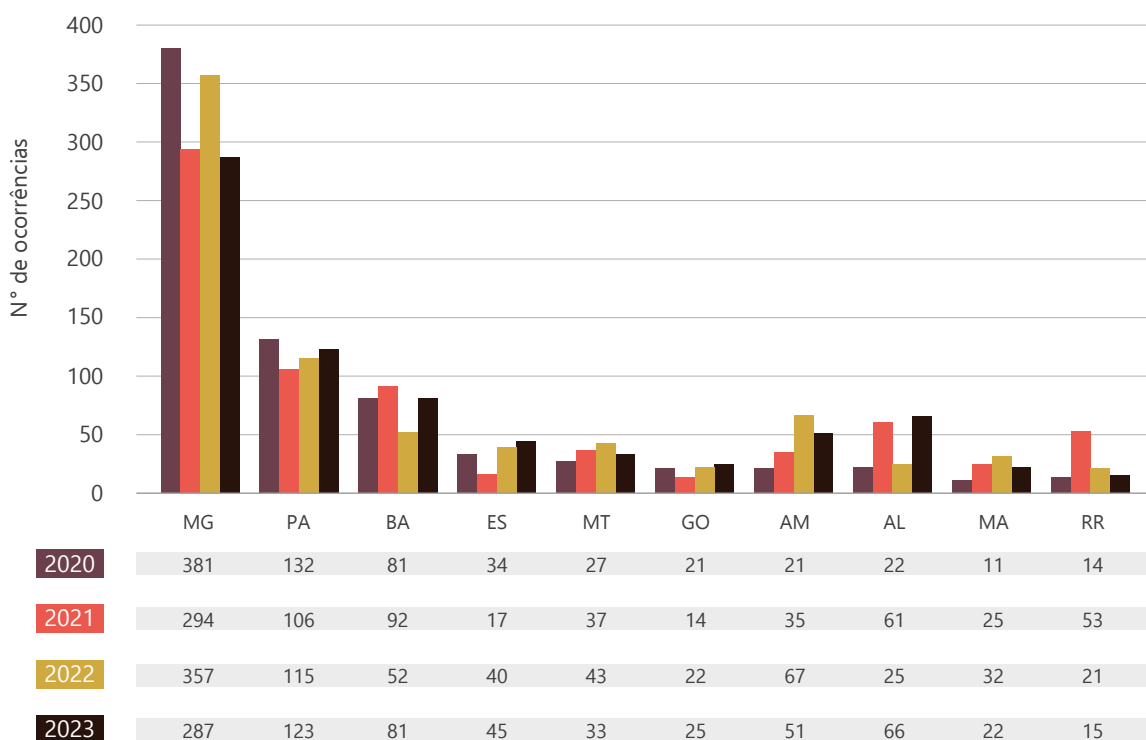
Em 2023, os estados com maior concentração de ocorrências de conflito foram Minas Gerais, Pará, Bahia e Alagoas (Gráfico 2). Minas Gerais registrou 31,9% das ocorrências, seguido por Pará (13,7%), Bahia (9,0%) e Alagoas (7,3%). De maneira complementar, o Mapa 1 apresenta a distribuição espacial das ocorrências registradas em 2023 entre os estados.

Gráfico 2: Os estados com o maior número de ocorrências em 2023



Em 2020 e 2021, Minas Gerais, Pará e Bahia ocuparam as três primeiras posições, sendo que, em 2022, o Amazonas aparece entre as três primeiros, principalmente devido ao aumento de ocorrências envolvendo comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas, além de um maior número de operações de repressão ao garimpo realizadas pelo Estado (nas esferas federal e estadual) (Gráfico 3). Em 2023, o Amazonas passou à quinta posição, com 5,7% das ocorrências.

Gráfico 3: Os estados com mais ocorrências de 2020 a 2023



O estado do Rio de Janeiro apresentou um expressivo crescimento nas ocorrências em 2023, especialmente, devido à atuação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, com casos de poluição do ar e adoecimento da população, além de questões trabalhistas e de acidentes no local de trabalho. A mineração ilegal também se destacou no Rio de Janeiro, com casos em diversos municípios, como Bom Jardim, Nova Friburgo e Seropédica, envolvendo operações de repressão do Estado e a extração de minerais como rocha, saibro e areia.

Em relação ao número de pessoas atingidas nos estados, Minas Gerais ocupa a primeira posição, concentrando 51,9% do total de pessoas atingidas. Em segundo lugar está o Pará, com 13,9%, seguido por Alagoas (10,1%) e Amazonas (8%)¹.

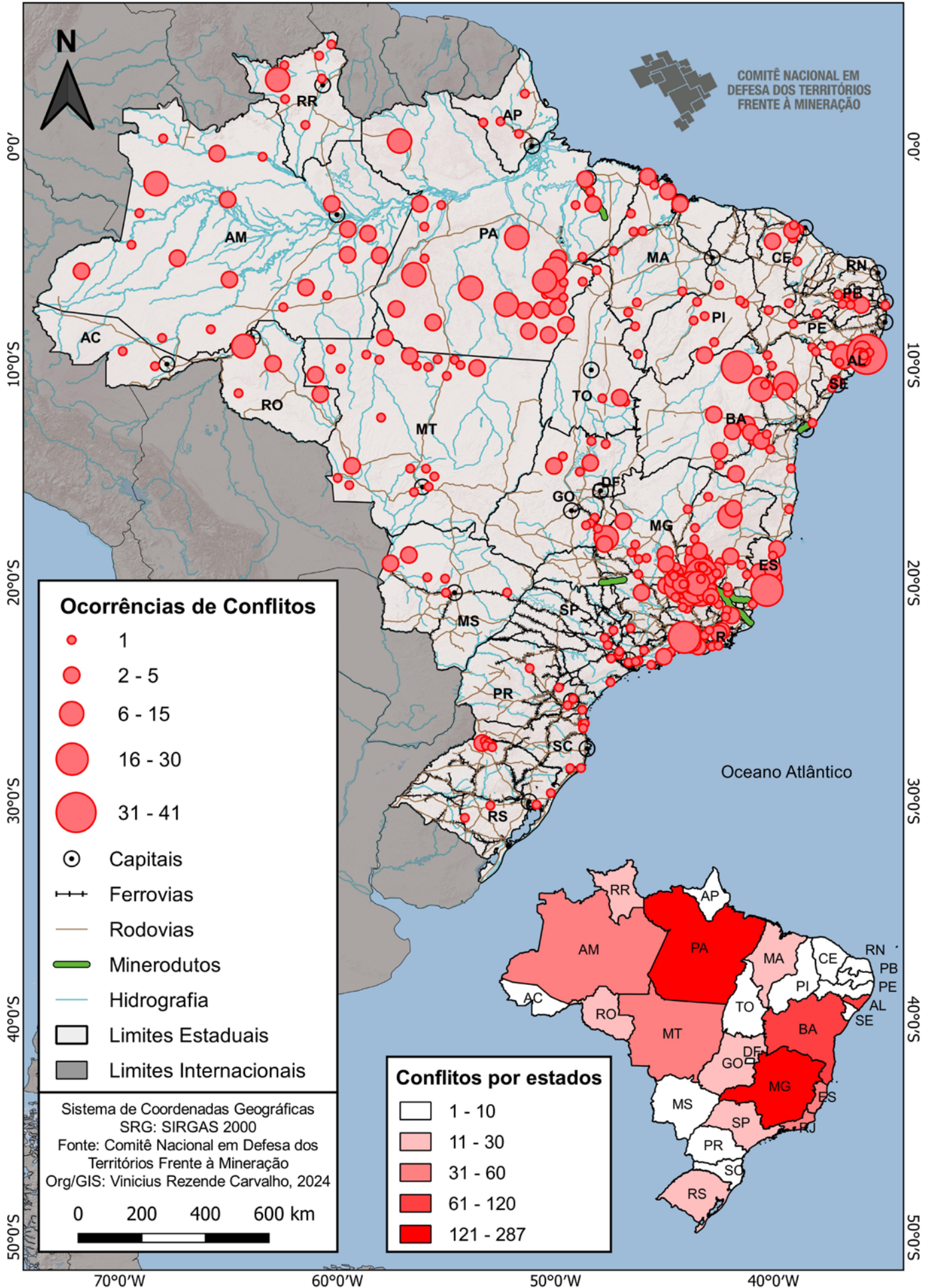
Em todo o país, Brumadinho foi, pelo quarto ano consecutivo, o município com maior número de localidades em conflitos em 2023, com 22 localidades e 28 ocorrências, majoritariamente, relacionadas à empresa Vale S.A. e ao processo de reparação após o rompimento da barragem B1 da empresa, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. No entanto, diferentemente dos outros anos, em 2023 **Vitória alcançou a segunda posição**, com 21 localidades em conflito e 22 ocorrências. Esses conflitos envolveram, principalmente, as empresas Vale S.A. e ArcelorMittal, devido à poluição do ar causada pelo Complexo Industrial de Tubarão, por onde a Vale S.A. escoia o minério de ferro para exportação, sendo parte deste minério utilizada pela ArcelorMittal na produção de aço. Nesse contexto, em 15 de novembro de 2023, foi realizado o 11º Ato Contra o Pó Preto, denunciando a crescente poluição do ar emitida pelas empresas. Os manifestantes exigiram um melhor controle ambiental e a aprovação dos projetos de lei que estabeleçam padrões mais rígidos de emissão de poluentes (Couzemenco, 15/11/2023).

Assim como em 2022, o tipo de violência mais prevalente em Brumadinho foi a Omissão, e o tipo de conflito mais recorrente foi o relacionado à Terra (26 ocorrências), seguido por conflitos pela Água (9 ocorrências). O número de manifestações públicas registradas em Brumadinho, sejam por protestos ou cartas públicas, foi de 9 durante o ano de 2023. Todos os protestos envolveram a empresa Vale S.A. e o processo de reparação, além da garantia de direitos. Os casos abordaram questões relacionadas ao abastecimento de água, às obras de reparação, aos testes da sirene e ao direito à Assessoria Técnica Independente (ATI).

De acordo com os moradores do Parque da Cachoeira, a comunidade enfrenta uma intensa crise de abastecimento de água desde que os poços, de onde era extraída água para consumo humano e outros usos, foram soterrados por lama da Vale (Aedas, 05/05 2023). Em março de 2023, parlamentares, movimentos sociais e pessoas atingidas divulgaram notas e manifestos cobrando que a Defensoria Pública de Minas Gerais, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal garantam a continuidade do suporte das ATIs às comunidades prejudicadas pela mineradora, diante da redução orçamentária das entidades prestadoras do serviço de ATI da bacia do rio Paraopeba.

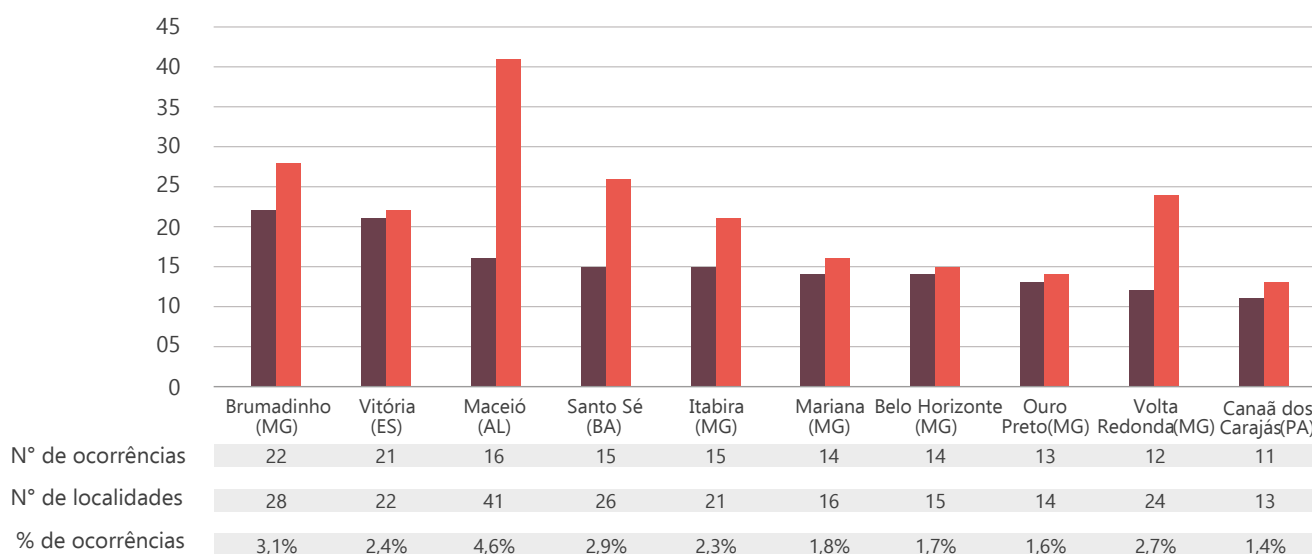
² Pontuamos que os valores referentes ao número de pessoas são retirados das reportagens acessadas e da base de dados do CIMI e da CPT. Não obstante, destacamos que os números apresentados ao longo do relatório são subnotificados, pois essas informações não estão sempre disponíveis. Incluímos a informação como uma forma de mapeamento, mas entendendo suas limitações.

Mapa 1: Distribuição das ocorrências em conflito por município em 2023



As manifestações apontaram a preocupação com o esvaziamento das funções das ATIs, especialmente, no momento em que há o processo de definição dos valores das indenizações individuais das vítimas. Para o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), neste momento é “essencial a intervenção das ATIs e de suas matrizes de danos que foram elaboradas em conjunto com as pessoas atingidas para que os valores de indenização a serem definidos sejam, de fato, justos” (Guaicuy, 20/03/2023; MAM, 20/03/2023; Paraopeba Participa, s.d; Gonçalves, 16/03/2023).

Gráfico 4: Os dez municípios com o maior número de localidades em conflito e ocorrências em 2023



A partir do gráfico 4, nota-se que, entre os 10 municípios com o maior número de ocorrências em 2023, cinco estão em Minas Gerais. Ao comparar com os dez municípios com o maior número de ocorrências nos anos anteriores, destaca-se o protagonismo das cidades que sofreram os maiores desastres nos últimos anos, como Maceió (AL), Brumadinho (MG) e Mariana (MG). Como mencionado anteriormente, o caso de Brumadinho refere-se aos desdobramentos do rompimento da barragem B1 da Vale S.A., ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Maceió diz respeito ao contínuo processo de afundamento do solo provocado pela Braskem, com as primeiras remoções ocorrendo em junho de 2019; e Mariana está relacionado ao rompimento da barragem de Fundão, da Samarco-Vale-BHP Billiton, em 5 de novembro de 2015. Esses três municípios apareceram entre os dez primeiros em número de ocorrências durante os quatro anos consecutivos (Gráfico 5).

Maceió foi o município que mais concentrou ocorrências em 2023, destacando-se os conflitos envolvendo as comunidades de Flexal de Baixo e Flexal de Cima, localizadas no bairro Bebedouro. Essas comunidades abrigam cerca de 3 mil pessoas, que vivem em condições de ilhadas socioeconomicamente (Dantas, 03/12/2023), ou seja, em áreas afetadas pelo deslocamento forçado de ao menos 57 mil pessoas, devido ao afundamento do solo em cinco bairros causado pela empresa Braskem, atualmente pertencente à Novonor e à Petrobras, que exploram 35 poços de sal-gema em área urbana. Além do deslocamento forçado da população, o entorno de localidades como Flexal de Cima e Flexal de Baixo enfrentam a fuga do comércio e esvaziamento dos equipamentos públicos, além do constante medo da instabilidade do solo (Mansur e Wanderley, 2023).

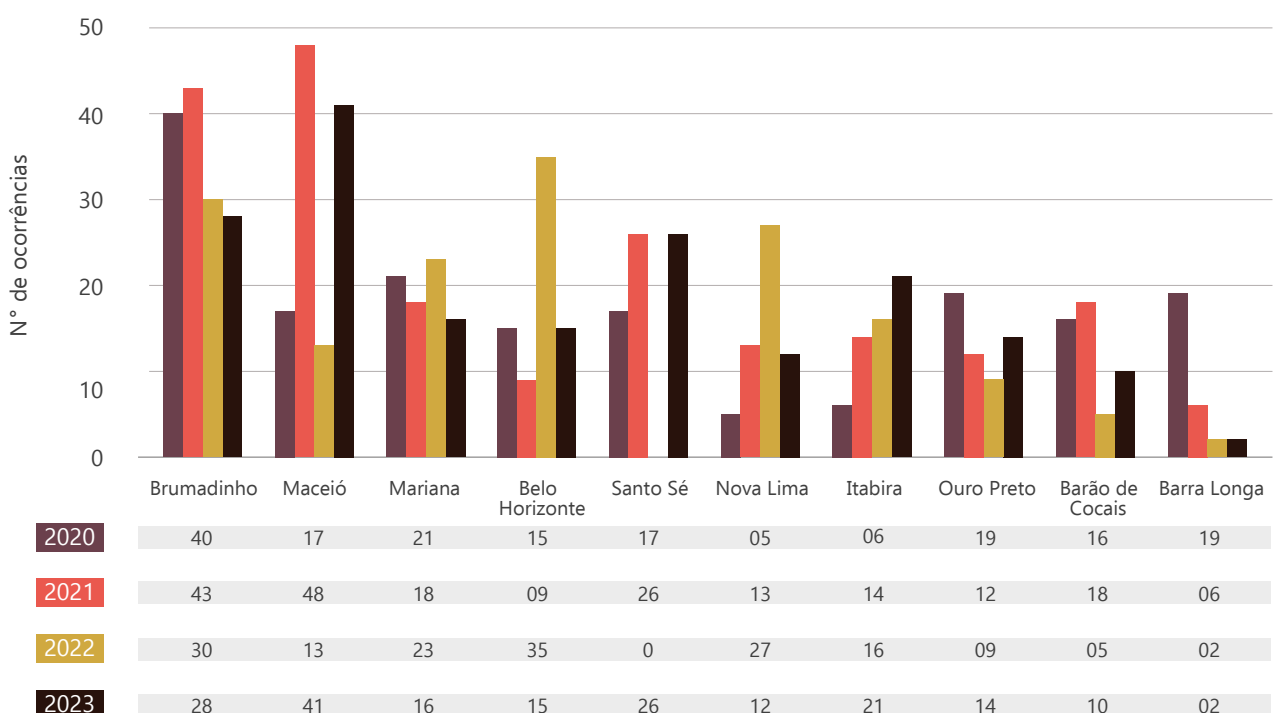
De acordo com um morador de Flexal de Cima, que vive na região há 45 anos, “Tô saindo [de Flexal] de forma voluntária, porque para a gente não foi oferecido nada. A gente vem lutando para que a Braskem possa indenizar as pessoas de forma justa e que a prefeitura, juntamente com a Braskem, realoque essas pessoas. É o que a gente vem pedindo há anos e sequer foi respeitado isso” (Dantas, 03/12/2023).

Os pescadores da região dos Flexais, que têm a pesca na lagoa Mundaú como principal atividade de sustento, denunciam que a atividade se tornou difícil: “Os peixes que tinham antigamente, hoje não tem mais, não. Mudou muito. (...) Acho que tem alguma coisa na água que o peixe vem e volta, ele não tá mais ficando como antigamente, que ele vinha e desovava, fazia a morada dele. Hoje não, ele [o peixe] vem, sente que a água tá diferente e volta para o mar” (Dantas, 03/12/2023). Como se pode observar, os desdobramentos do crime da Braskem são múltiplos e não mostram perspectiva de cessar. Trata-se de uma tragédia/crime ainda em andamento, que se desdobra em novas violações de direitos.

As ocorrências em Maceió apresentaram grande variação durante os últimos quatro anos. De fato, **o número de ocorrências em Maceió mais do que duplicou** (principalmente devido ao aumento dos conflitos nos Flexais) entre 2020 e 2023, representando um aumento de 141% no número de ocorrências nesse período.

Chama atenção o caso de Volta Redonda (RJ), que apareceu em quarto lugar, com números crescentes de ocorrências ao longo dos últimos anos. As 24 ocorrências registradas em 2023 estão relacionadas a violações trabalhistas e ao adoecimento da população local devido à poluição do ar. Em uma matéria no portal de notícias G1, de junho de 2023, uma moradora comentou: “A nossa situação está insustentável, a poeira é muito agressiva e fica difícil manter a casa limpa. A quantidade de pó é insustentável mesmo”. Outro morador diz: “Olha o ar de Volta Redonda como está estranho, uma atmosfera totalmente poluída, parece que a CSN não tem muito critério no descarte de seus poluentes. Gostaria de solicitar às autoridades competentes para poder fiscalizar isso” (G1, 12/06/2023).

Gráfico 5: Os dez municípios com o maior número de ocorrências de 2020 a 2023



Tipo de conflito

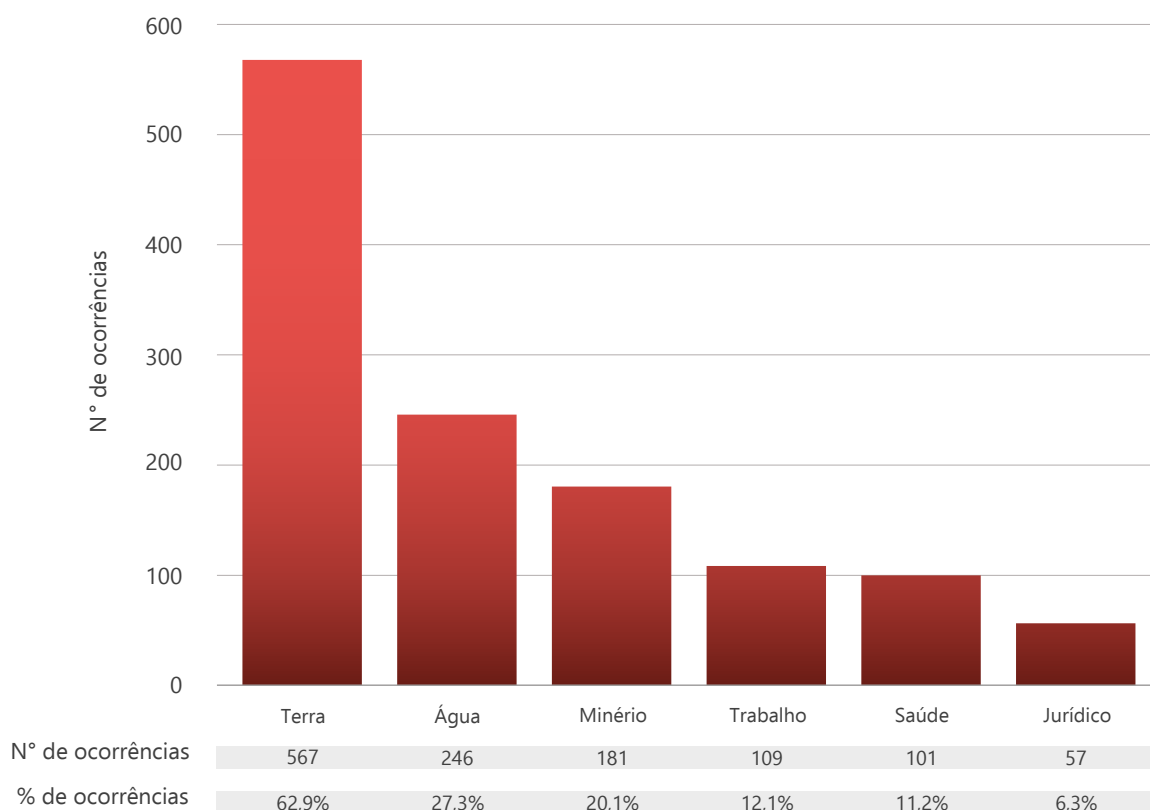
A classificação dos conflitos na metodologia do Observatório é composta por seis categorias: Terra, Água, Minério, Trabalho, Jurídico e Saúde. As duas últimas categorias são secundárias, ou seja, estão sempre associadas às primeiras, com o objetivo de possibilitar uma maior especificação do conflito. A tabela a seguir apresenta as definições utilizadas:

Tabela 1: Definição das categorias de conflito utilizadas

CATEGORIAS DE CONFLITO	DEFINIÇÕES
Terra	Conflitos em que a atividade minero-metalúrgica envolve disputas fundiárias (por territórios) entre atores que estabelecem relação de uso e simbólica diferentes para um espaço, estabelecendo uma disputa entre a mineração e os espaços das sociedades locais para fins de sobrevivência, produção, convívios, circulação, etc.
Água	Conflitos que envolvam tanto a disputa por espaços estratégicos que abrigam nascentes e leitos de rios, quanto os usos, preservação e/ou acessos aos bens hídricos entre a atividade mineral e metalúrgica e grupos sociais que projetam outros usos para água ou hidroterritórios.
Minério	Conflitos que envolvam a disputa por minérios, seja garimpeiros e mineradoras ou pela apropriação ilegal de minerais bens da União. Esse conflito tem ampla relação, mas não só, com o garimpo e mineradoras ilegais e as operações estatais de repressão.
Trabalho	Conflitos que envolvam a relação capital x trabalho na mineração e na metalurgia abrangendo acidentes e mortes nos locais de trabalho; trabalho escravo; negociação salarial, greves, luta por melhores condições de trabalho, ações de controle e fiscalização do Ministério Público do Trabalho, etc.
Judiciário	Conflitos que mobilizem instâncias judiciais, desde litígios, acordos, processos, contestações, etc.
Saúde	Conflitos que envolvam ações da atividade mineral e metalúrgica que colocam em risco a saúde humana, seja através da contaminação do ar, da água e/ou do ambiente e/ou criação de quadros de maior vulnerabilidade ao que se refere à transmissão de doenças.

Como nos anos anteriores, no âmbito geral, **os conflitos envolvendo disputas por Terra e por Água foram os mais recorrentes**, com 567 e 246 ocorrências, respectivamente, em 2023. Essas categorias representam 62,9% e 27,3% das categorias de conflito. A categoria Minério ocupou a terceira posição, com 20,1%, seguida por Trabalho (12,1%), Saúde (11,2%) e Jurídico (6,3%) (Gráfico 6).

Gráfico 6: Tipo de conflitos em 2023



Em comparação com os últimos quatro anos, os conflitos relacionados à Terra tiveram um crescimento de 37,6%, enquanto os conflitos por Água apresentaram uma retração de 24,3%. Minério foi a categoria que registrou o maior crescimento, com um aumento de 90,5%. Esse aumento está relacionado a diversas operações de repressão ao garimpo e à mineração ilegal, todas com envolvimento do Estado. A categoria Trabalho manteve um padrão de estabilidade, com o número de ocorrências próximo a 100 anualmente, o que também se observa nos conflitos relacionados à Saúde. Já as ações jurídicas apresentaram uma retração de 55,8%.

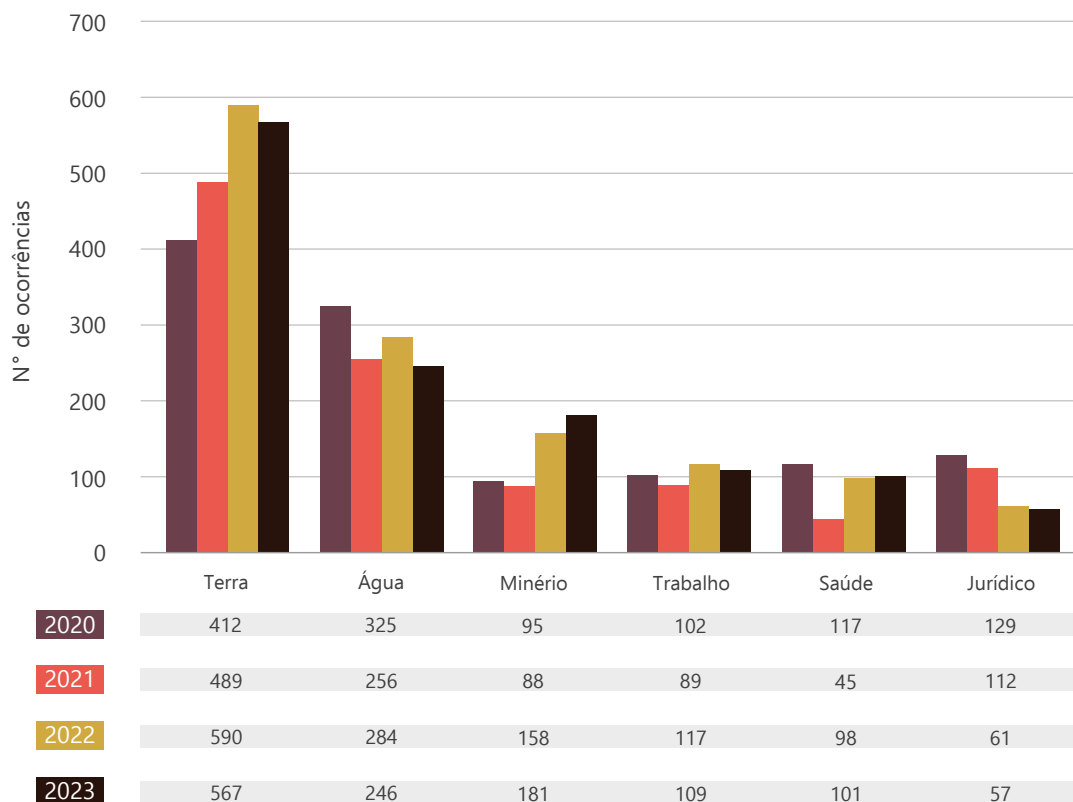
Em relação à categoria Trabalho, em 2023, foi realizada uma audiência pública da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Assembleia Legislativa (Alerj), em Volta Redonda, para tratar de diversas denúncias contra a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). As denúncias envolveram a redução de benefícios sem prévia negociação com os trabalhadores, assédio, acidentes diversos – resultantes da falta de equipamento básico de proteção individual adequado, o que culminou na morte de um funcionário de 56 anos (G1, 27/03/2023).

Outros acidentes envolvendo a CSN, em 2023, incluem: em março, um acidente com um trabalhador da CBSI (Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura), prestadora de serviço à CSN, em uma fábrica de cimentos na Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda (Destaque Popular, 29/03/2023); em junho, a morte de um funcionário da CBSI após o vazamento de gás no Alto-Forno 3 da CSN, onde outros dois funcionários também inalaram gás e receberam atendimento (G1, 02/06/2023);

em julho, a explosão de uma das caldeiras da Central Termoelétrica 2 (CTE2) da Usina Presidente Vargas, causando apreensão entre trabalhadores e moradores de bairros próximos à fábrica (Folha do Aço, 03/07/2023); em setembro, um acidente com um funcionário de 61 anos da empresa terceirizada Rema Tip Top Serviços de Vulcanização Ltda, prestadora de serviço à CSN, na Usina Presidente Vargas (UPV) (O Dia, 12/09/2023); em outubro, dois funcionários de empresas terceirizadas da CSN ficaram feridos após o vazamento de líquido quente de um bloco de escória (G1, 17/10/2023).

Esses casos evidenciam a precarização a que os trabalhadores estão sujeitos no contexto da terceirização. De fato, a terceirização, no setor como um todo, foi acompanhada pela deterioração ampliada das condições de trabalho, sendo utilizada como estratégia pelas mineradoras para reduzir custos, manter altos níveis de lucratividade e redistribuir valor aos acionistas – o que resulta em elevados índices de acidentes de trabalho (Mansur, Wanderley, Milanez et al., 2016).

Gráfico 7: Tipo de conflitos de 2020 a 2023



Tipo de minério

Em 2023, os minérios mais presentes nos conflitos foram o minério de ferro (34,3% das ocorrências) e o ouro (25,2% das ocorrências) (Gráfico 8). As ocorrências relacionadas à exploração de sal-gema, que ocupam a terceira posição, aumentaram consideravelmente, especialmente em Maceió. Além da região dos Flexais, no bairro de Bebedouro, outras localidades continuam sofrendo com a atuação da Braskem, como é o caso dos moradores do bairro Bom Parto, que, reivindicando a realocação de seus imóveis, acamparam na principal via do bairro. Segundo um líder comunitário: “A realocação está sendo tratada de qualquer jeito. Infelizmente, os poderes públicos não correspondem, os poderes políticos não nos representam. Estamos abandonados aqui e a gente está desesperado porque as casas estão sendo demolidas pela Defesa Civil e simplesmente não acontece nada de realocação” (G1, 12/09/2023).

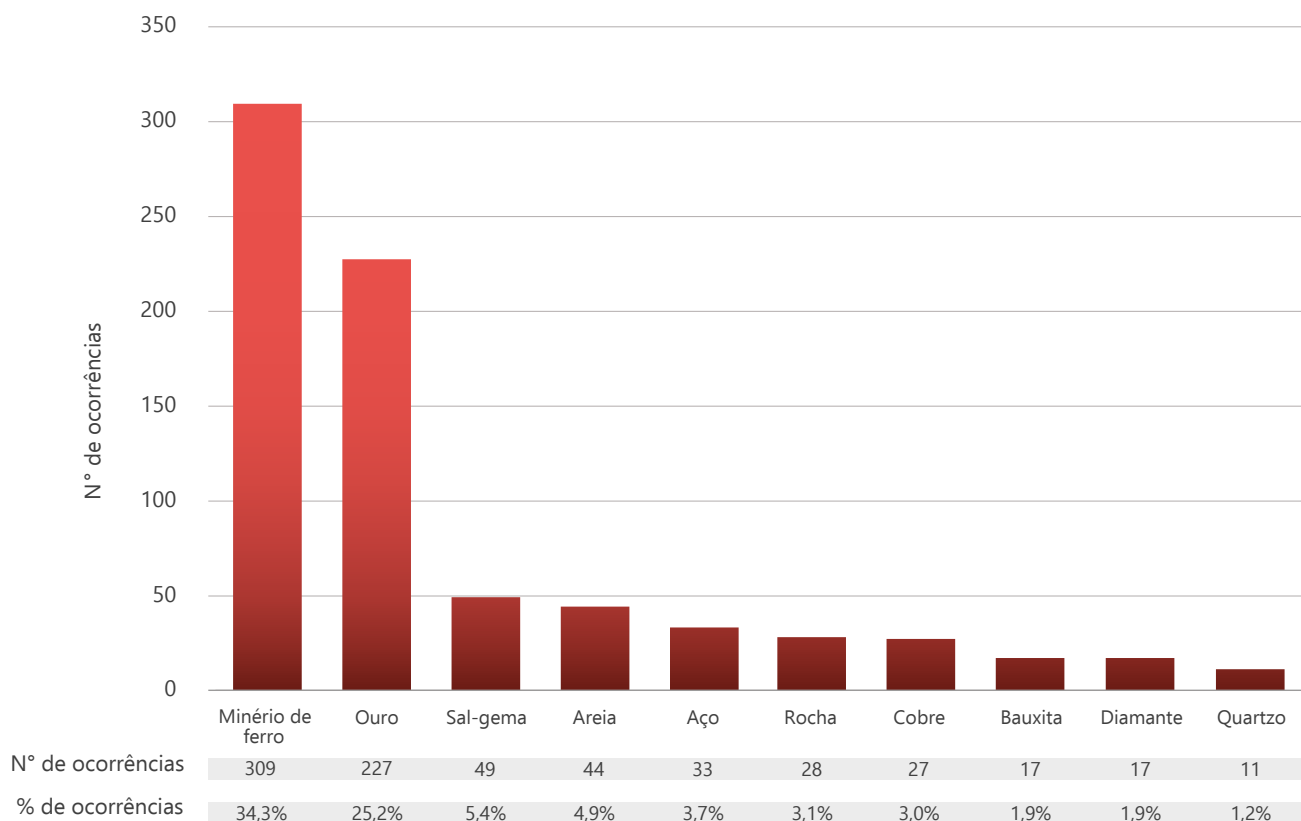
Outros minerais cuja exploração gerou mais ocorrências em 2023, em comparação a 2022, foram a bauxita (passando de 6 para 17 ocorrências), o diamante (passando de 8 para 17 ocorrências) e o cobre (de 20 para 27 ocorrências). No caso da bauxita, em 2020 e 2021, o número de ocorrências foi alto devido à atuação das empresas Mineração Curimbaba e Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) em cidades como Manhauçu, Muriaé, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre, na Zona da Mata Mineira. Em 2022, houve uma queda nesse número, mas, em 2023, o aumento, embora menos acentuado, foi impulsionado pelos impactos da atuação das empresas Hydro e Mineração Rio do Norte (MRN) contra indígenas, quilombolas e ribeirinhos no estado do Pará.

No caso da Hydro, por exemplo, em setembro de 2023, um grupo de indígenas foi ameaçado por policiais militares e da Força Nacional de Segurança, que estavam fazendo a segurança da operação da empresa, apenas por questionarem o motivo dos agentes estavam trabalhando em seu território sem autorização. Em carta aberta, indígenas, quilombolas e ribeirinhos do Vale do Acaraú denunciam: “É inaceitável que a Hydro continue violando nossos direitos, cooptando as forças estatais a seu favor. Não há disputa sem paridade de armas. A Hydro tem dinheiro, o Estado e uma equipe de marketing muito eficaz, capaz de pintar uma imagem positiva de uma empresa recordista em crimes socioambientais na Amazônia, tendo como alvo sempre os corpos indígenas e quilombolas” (Mídia Ninja, 06/10/2023).

Em relação ao diamante, 12 das 17 ocorrências em 2023 ocorreram na cidade de Nordestina (BA), devido à atuação da empresa Lipari Mineração e seu projeto denominado Brauna 3. Nesse caso, 12 comunidades quilombolas são impactadas (como ocorreu em 2020), enfrentando ameaça de poluição da água, poluição sonora, poluição do ar, entre outras violações. Em reunião com o Ministério Público Federal (MPF) em 2023, uma das principais queixas dos moradores foi o impacto das detonações diárias nas estruturas das residências, o que provoca rachaduras das paredes e cisternas usadas para armazenamento de água. Também foram relatados problemas de poluição sonora, tanto pelas explosões quanto pelo maquinário da empresa, cujos barulhos persistem 24 horas por dia. Outros pontos frequentemente mencionados incluem as vibrações do solo e o aumento da poeira. Além disso, pequenos produtores relataram dificuldades na agricultura e na criação de animais, atribuídas ao aumento da poluição. Por fim, manifestaram preocupação com a contaminação do Rio Itapicuru (MPF, 13/09/2023).

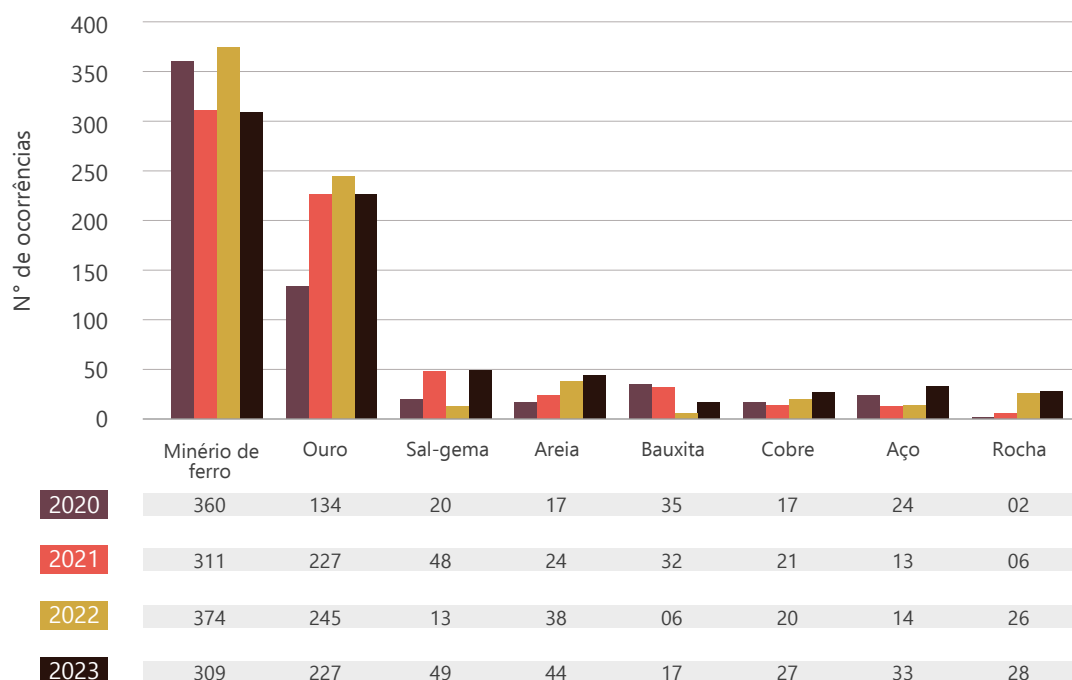
Quanto ao cobre, destaca-se o papel da mineradora Vale Verde, principalmente na cidade de Craíbas, onde se concentra a maioria das ocorrências. A mineradora utiliza o método de extração por detonação de explosivos e desmonte da rocha a céu aberto, o que tem gerado apreensão e medo entre os pequenos proprietários das comunidades locais. As explosões causaram rachaduras nos imóveis, e, como relata um agricultor: “Tive de sair às pressas com a minha família. Outros moradores também estão com as suas casas comprometidas” (Salsa, 13/12/2023).

Gráfico 8: Minérios com maior presença nos conflitos em 2023



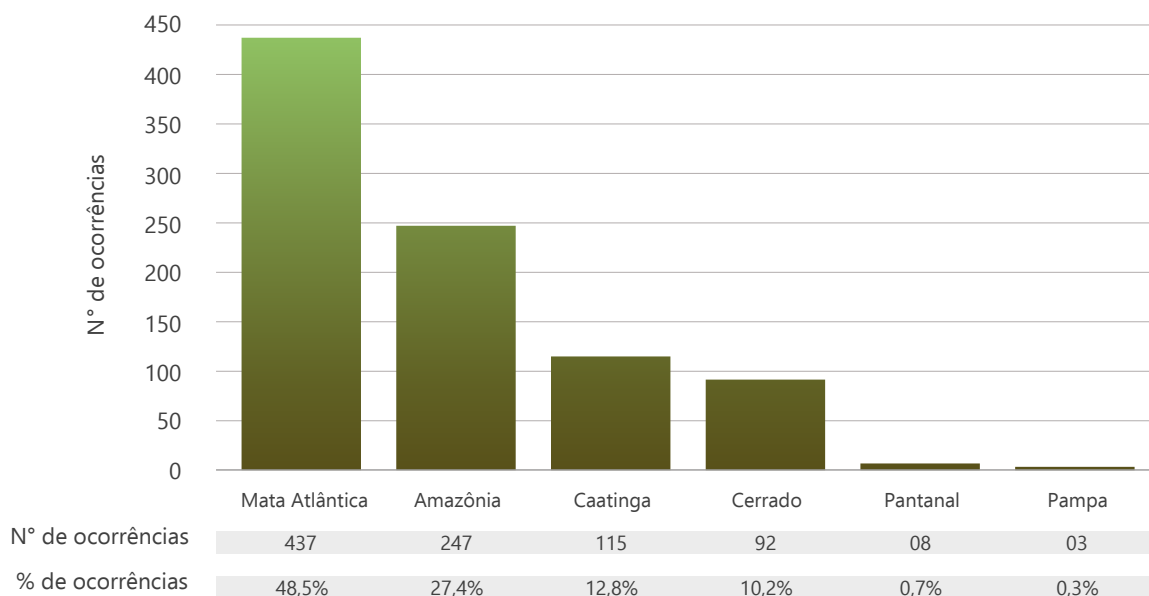
De forma similar aos anos anteriores, o minério de ferro e o ouro figuraram como as principais causas dos conflitos minerais em 2023 (Gráfico 9). Desde 2020, as ocorrências de conflito relacionadas ao ouro cresceram 69,4%, o que reflete a expansão garimpeira ilegal, com pressão especialmente sobre territórios indígenas, como as Terras Indígenas Yanomami (RR) e Munduruku (PA). Por outro lado, os conflitos envolvendo minério de ferro apresentaram variações, com uma queda de 14,1% entre 2020 e 2023. Esses conflitos estão principalmente associados às empresas Vale S.A. e Samarco-Vale-BHP Billiton, Taquaril Mineração S. A., Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Bahia Mineração (Bamin), Tombador Iron Mineração, Anglo American e Sul Americana de Metais (SAM).

Gráfico 9: Minérios com maior presença nos conflitos de 2020 a 2023

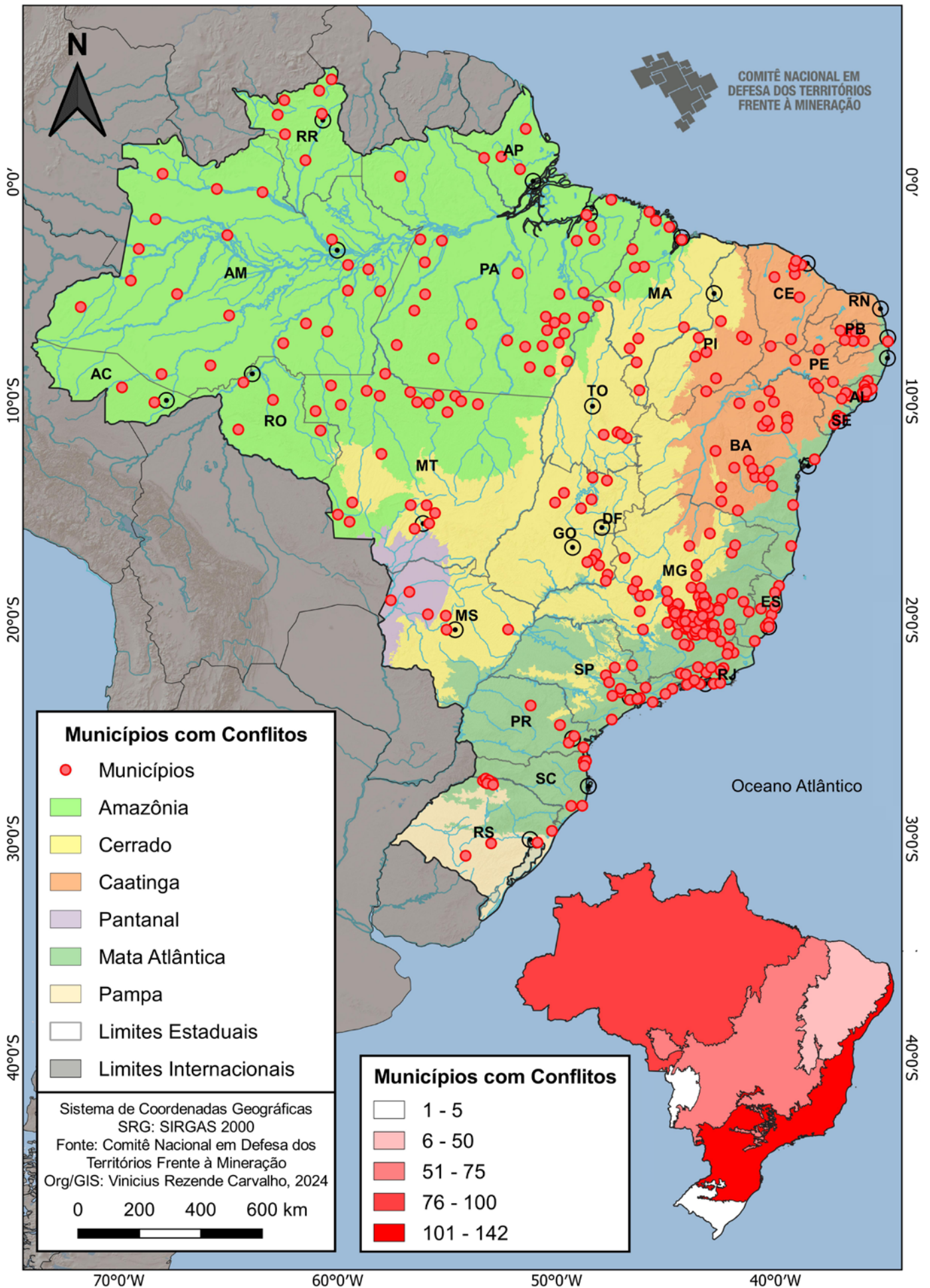


Quanto aos biomas, a Mata Atlântica foi o mais afetado, concentrando 48,5% dos registros, seguida pela Amazônia (27,4%), Caatinga (12,8%) e Cerrado (10,2%) (Gráfico 10). Os Mapas 2 e 3 ilustram a distribuição das ocorrências nos diferentes biomas por ocorrências e localidades.

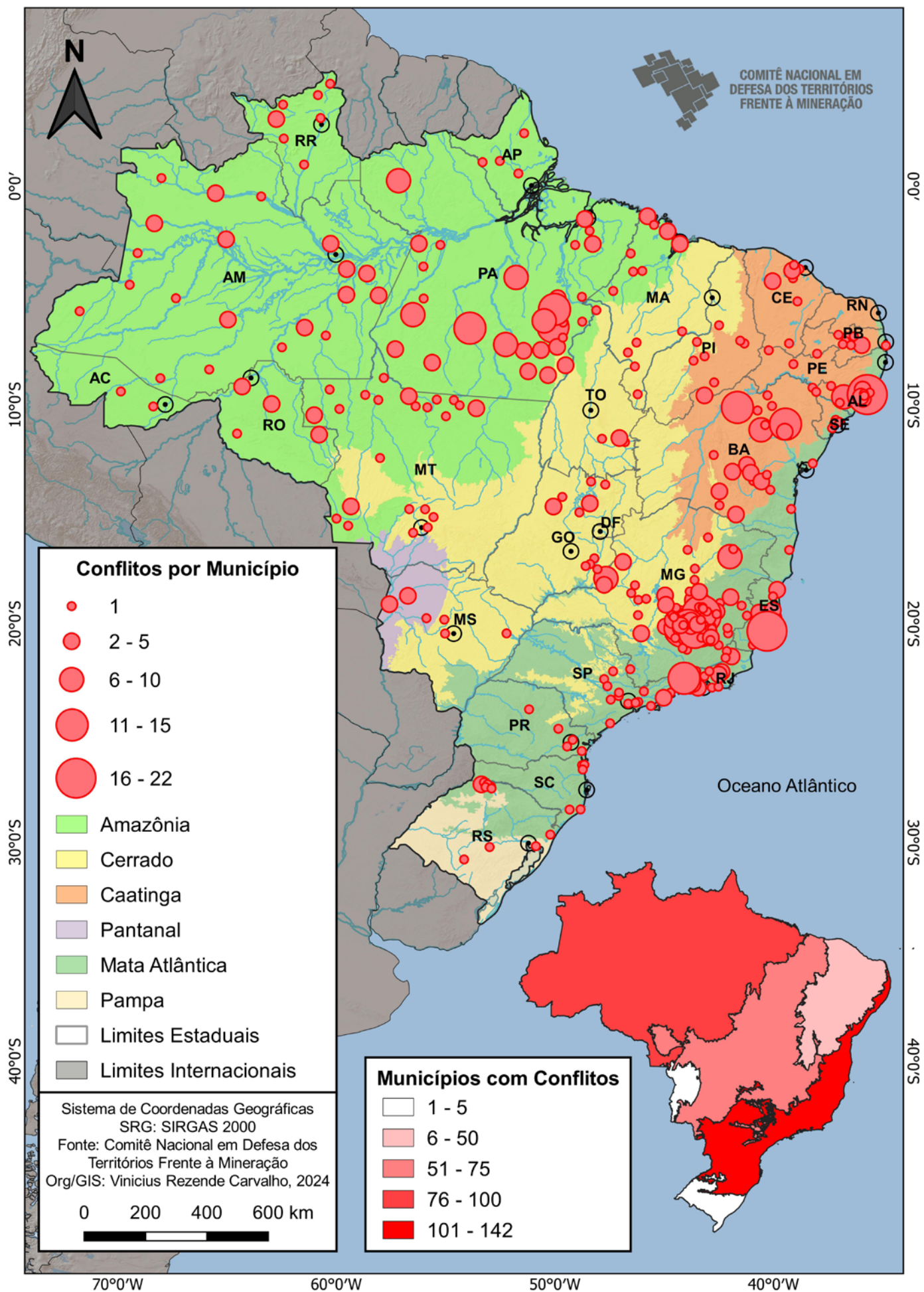
Gráfico 10: Biomas com maior número de registros em 2023



Mapa 2: Distribuição dos municípios com conflitos em 2023, por bioma



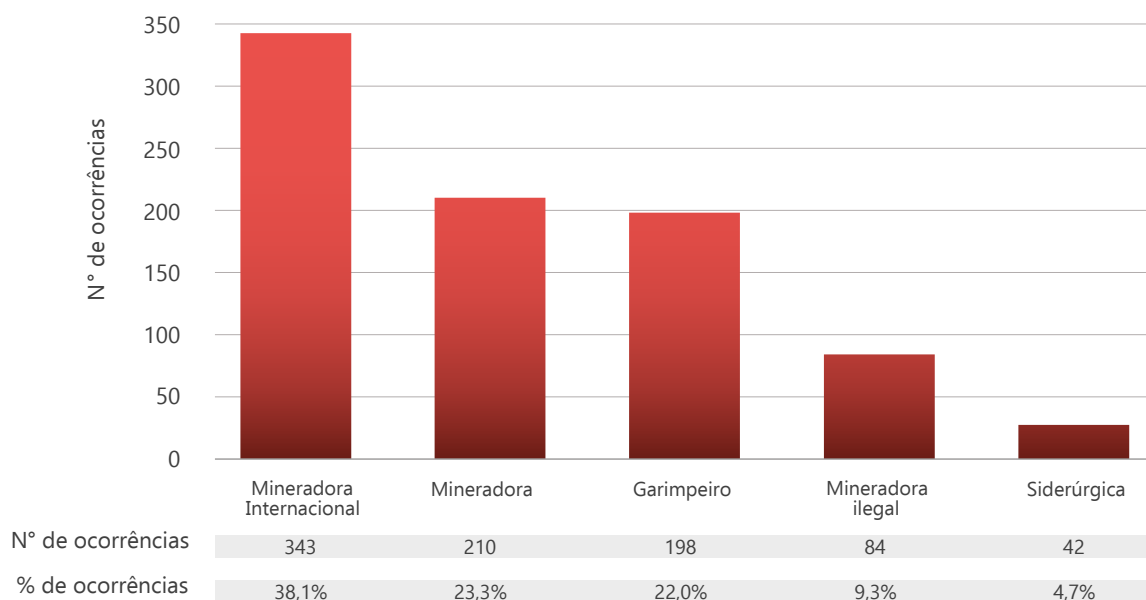
Mapa 3: Distribuição das ocorrências em conflito em 2023, por bioma



Violadores, empresas causadoras e extração ilegal

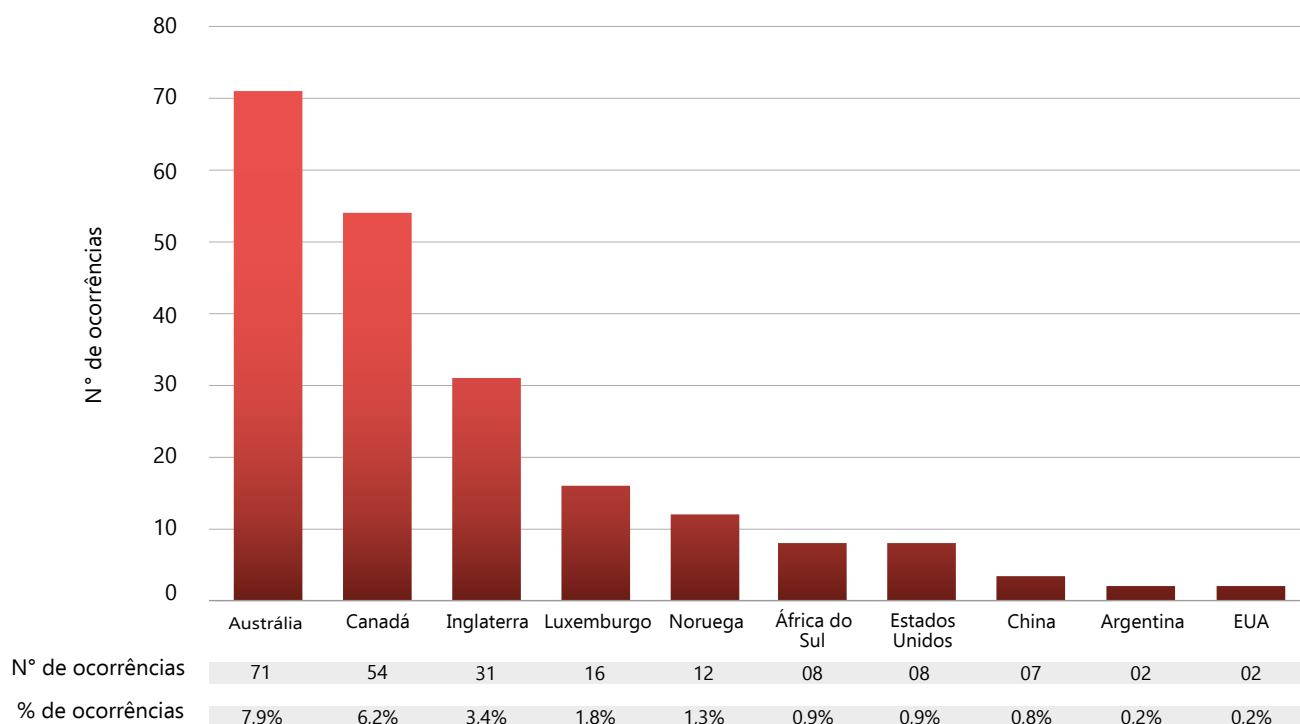
No que diz respeito à categoria Violadores – quem causou a ação, no total das 901 ocorrências de conflito, Mineradora internacional³ ocupa a primeira posição da categoria, com 38,1%, seguida por Mineradora (23,3%) e Garimpeiro (22,0%) (Gráfico 11). A Extração ilegal, composta pela soma das categorias Garimpeiro e Mineradora ilegal, alcançou 31,5% das ocorrências. Quando se observa as nacionalidades estrangeiras das empresas envolvidas, a Austrália se destaca, devido à presença da BHP Billiton, que, em conjunto com a Vale, integra a joint venture Samarco, empresa que ocupa a 4ª posição entre as violadoras (Gráfico 12). Outras nacionalidades significativas incluem Canadá, com empresas como Belo Sun Mining Ltda, Lipari Mineração Ltda e Sigma Mineração, e a Inglaterra, com as empresas Mineração Vale Verde e Anglo American.

Gráfico 11: Principais tipos de violadores em 2023



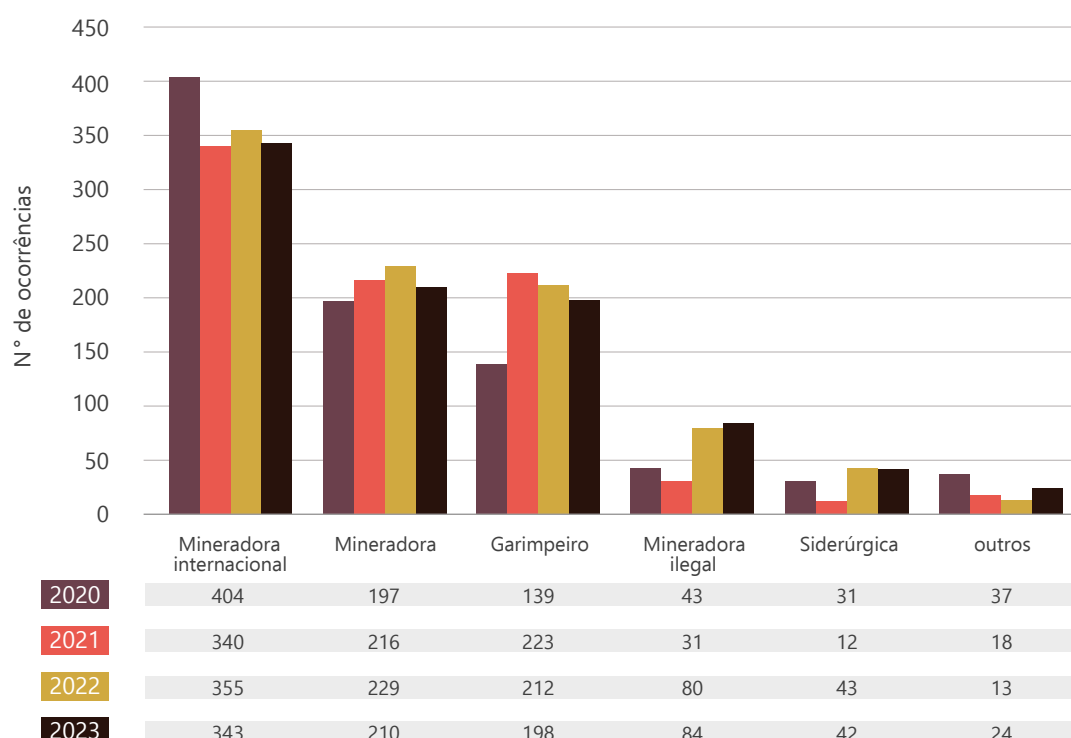
³Na base de dados do Observatório, a empresa Vale S. A. é classificada como Mineradora Internacional porque a consideramos uma empresa transnacional com sede no Brasil, tendo suas ações negociadas em diferentes mercados ao redor do mundo. Além disso, sua composição acionária expressa uma empresa internacionalizada, em que mais da metade de seus acionistas relevantes são estrangeiros.

Gráfico 12: Principais nacionalidade das empresas internacionais em 2023



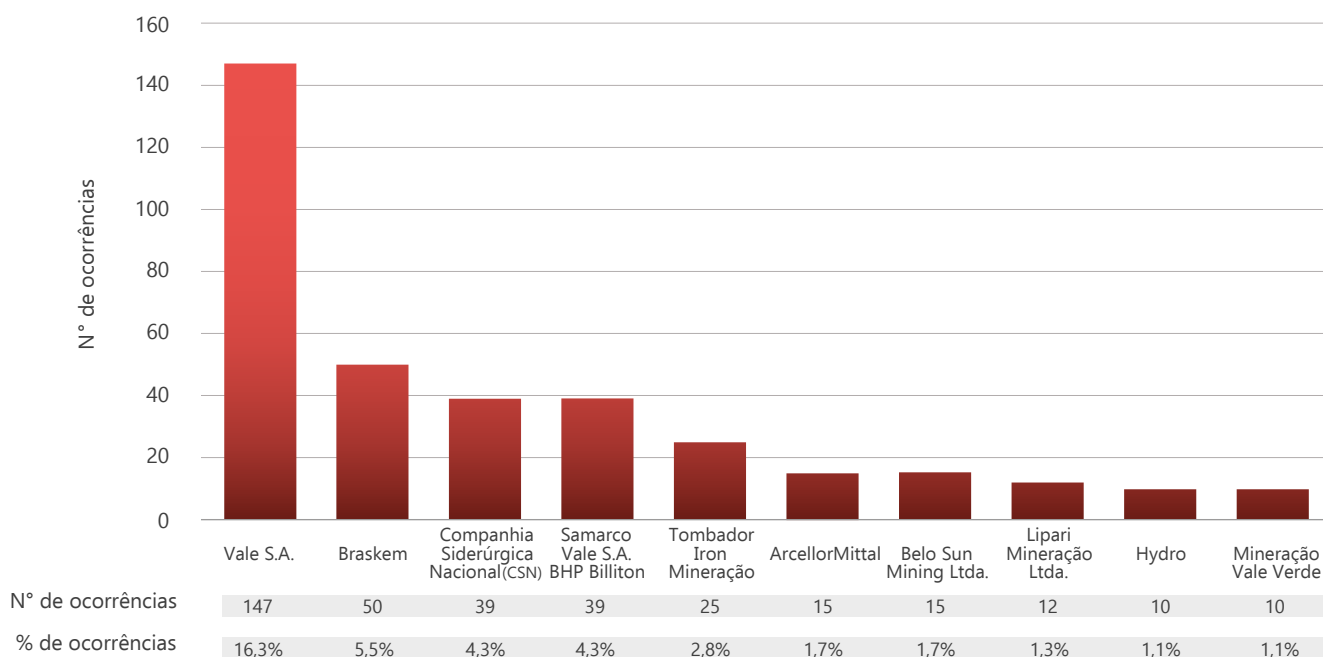
Nos últimos quatro anos, Mineradora internacional manteve a liderança na categoria das violadoras. Em 2021, a categoria Garimpeiro ultrapassou Mineradora, devido às ocorrências envolvendo garimpeiros e indígenas nos estados do Amazonas e de Roraima. Dessa forma, de 2020 a 2023, as principais categorias de violadores foram Mineradora internacional, Mineradora e Garimpeiro (Gráfico 13).

Gráfico 13: Principais tipos de violadores de 2020 a 2023



Em 2023, foram identificadas 112 empresas envolvidas em conflitos, distribuídas por 475 localidades. As cinco empresas com o maior número de ocorrências foram Vale S.A. (147 ocorrências), Braskem (50 ocorrências), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (39 ocorrências), Samarco-Vale-BHP (39 ocorrências) e Tombador Iron Mineração (25 ocorrências) (Gráfico 14). Considerando todas as ocorrências, a Vale S.A. esteve envolvida em 186 ocorrências. Em outras palavras, podemos concluir que a Vale S. A., também dona da Samarco, esteve envolvida em 20,6% das ocorrências de conflitos no Brasil.

Gráfico 14: Empresas com maior número de ocorrências de violações em 2023



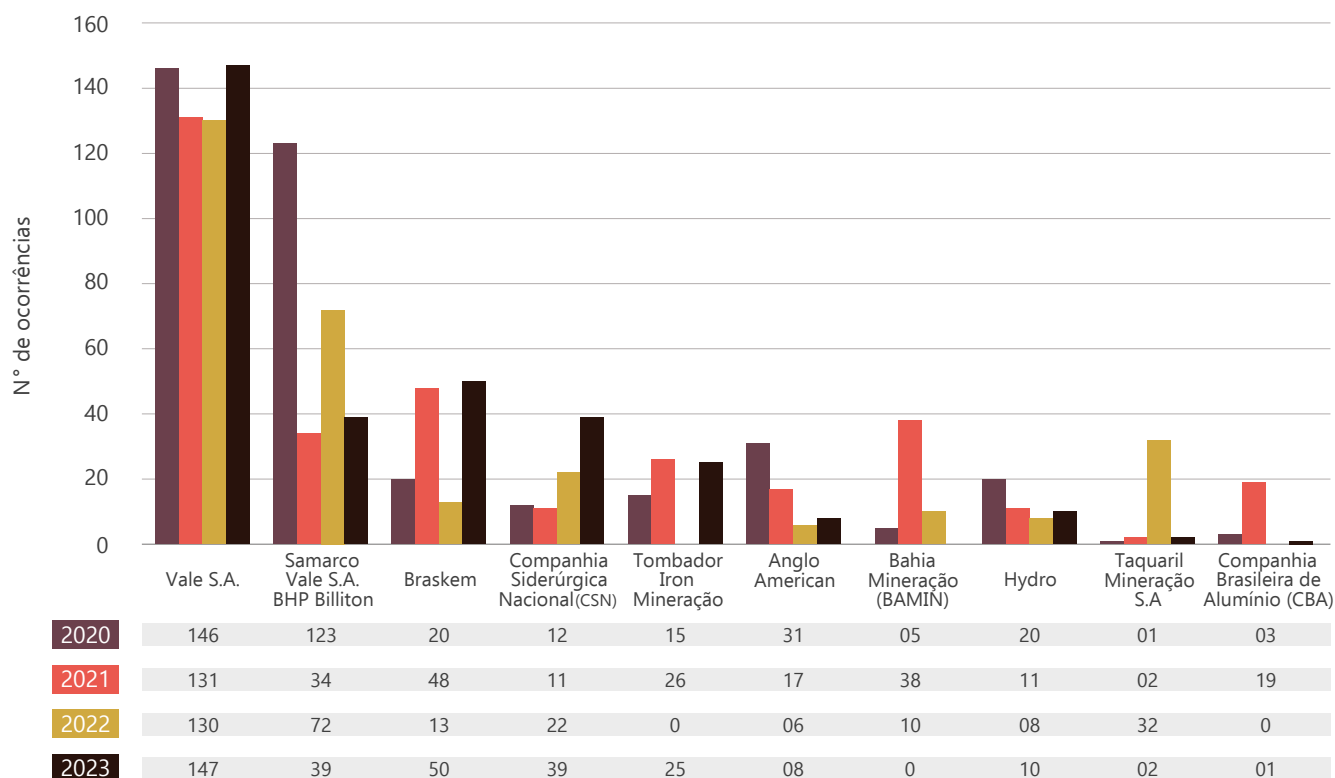
Quando se observam os municípios mais afetados nos quatro anos de análise (Bramadinho, Maceió e Mariana), as empresas mais envolvidas em conflitos são Vale S. A., Samarco-Vale-BHP e Braskem (Gráfico 15), evidenciando que os municípios mais impactados estão ligados aos desastres continuados do setor mineral. A Hydro, responsável pelo desastre ambiental em Barcarena (PA), também figura entre as empresas violadoras devido ao vazamento de bauxita em 2018, que causou contaminação e doenças.

Além disso, a CSN, com grande número de ocorrências em Volta Redonda, também causou impactos significativos em Congonhas (MG). Para além da poluição do ar, com os consequentes impactos na saúde respiratória de moradores e moradoras, os efeitos se fazem sentir também no patrimônio histórico da cidade. O professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Daniel Neri comentou à respeito da obra "Os Doze Profetas", criados entre 1800 e 1805 por Aleijadinho e que ficam no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos: "Santuário que tem obras de arte de valor incalculável, como os profetas de Aleijadinho que estão carcomidos pela ferrugem e a gente vê que essas obras hoje estão perdendo as suas características originais, degradando por causa da poeira que além de atacar fisicamente, quimicamente a estrutura da pedra sabão, provoca inúmeros males à saúde das pessoas aqui em Congonhas" (Globonews, 23/08/2023).

Em relação à Belo Sun Mining, as ocorrências aumentaram ao longo dos quatro anos, especialmente contra assentados, indígenas e ribeirinhos no município de Senador Porfírio (PA). A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) publicou o relatório “Mina de sangue – Relatório sobre o projeto da mineradora Belo Sun” (Terena, 2023) denunciando as violações aos direitos dos povos indígenas no projeto de mineração da empresa em Volta Grande do Xingu. Uma liderança da T. I. Paquiçamba, comentou positivamente o relatório: “[...] denuncia violações de direitos, direitos de vida, das pessoas, direito da vida dos animais, direito da vida da floresta, direito da permanência de um povo que se considera dono de um rio e que foi tirado dele esse rio, direito de um povo Juruna que residiu aqui há muitos e muitos anos” (Lima, 29/06/2023).

Interessante notar o caso da Bahia Mineração (BAMIN), que, após registrar 53 ocorrências de poluição da água em comunidades rurais da Bahia entre 2020 e 2022, não teve nenhuma ocorrência registrada em 2023.

Gráfico 15: Empresas com maior número de ocorrências de violações de 2020 a 2023

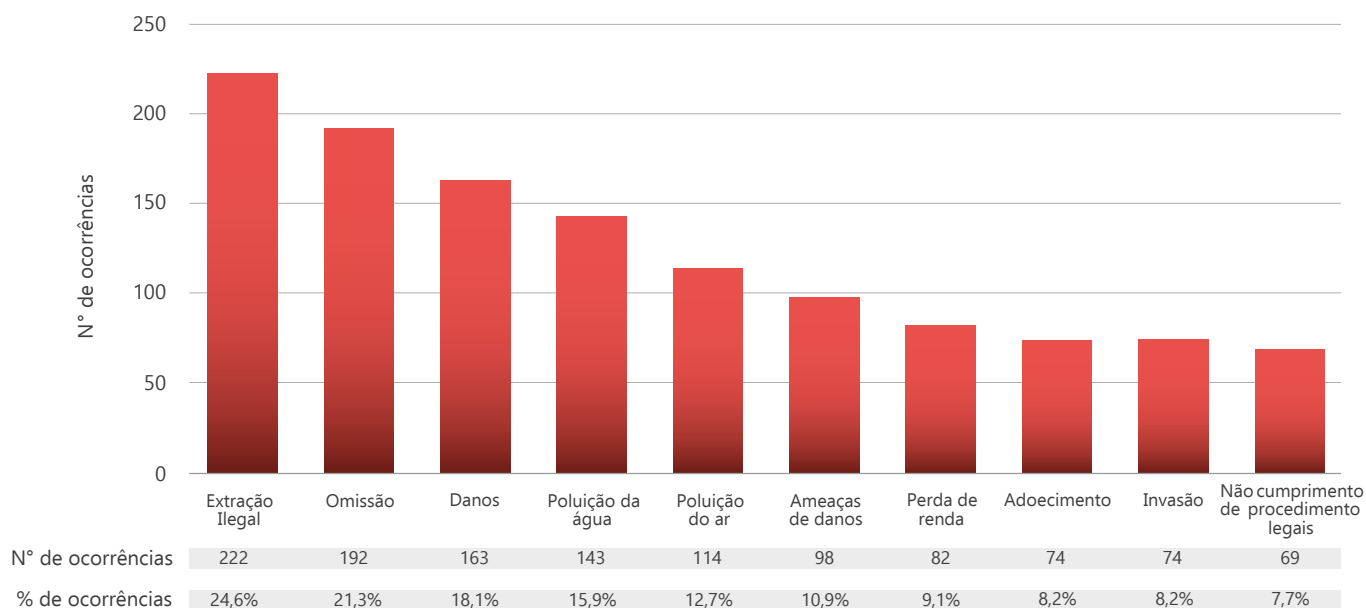


Entre 2020 e 2023, a Samarco-Vale-BHP, que em 2020 e 2022 foi a segunda maior empresa em conflito, ocupou a quarta posição em 2021 e 2023, com uma retração de 68,2% nas ocorrências. Uma das chaves explicativas envolve a frustração e o cansaço diante de um processo de reparação que se arrasta há 9 anos.

Em todo o contexto abordado, das 901 ocorrências, o tipo de violência que mais concentrou ocorrências foi a Extração ilegal, com 24,6% das ocorrências, seguido por Omissão (21,3%), Danos⁴ (18,1%), Poluição da água (15,9%) e Poluição do ar (12,7%). (Gráfico 16).

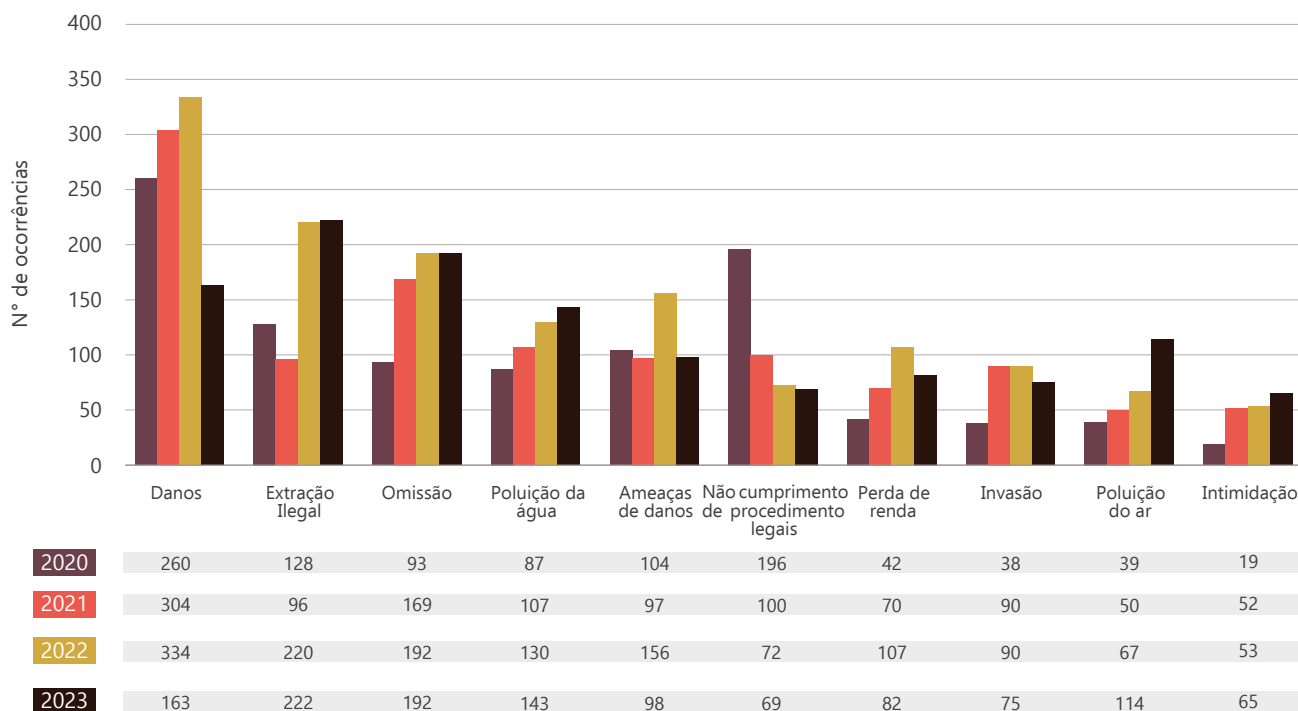
⁴“Danos” refere-se a danos materiais e as suas consequências e é um sinônimo para destruição, tanto sobre bens coletivos, como individuais.

Gráfico 16: Principais tipos de violências em 2023



Na comparação entre os anos de 2020 a 2023, observa-se o predomínio dessas categorias, com destaque para categorias como ameaça de danos, não cumprimento de procedimentos legais, perda de renda, invasão e intimidação (Gráfico 17).

Gráfico 17: Principais tipos de violências de 2020 a 2023



As violências extremas envolveram Morte, com 41 ocorrências. As mortes são, em sua maioria, relacionadas ao tipo de conflito Trabalho, com 11 ocorrências ligadas ao garimpo ilegal e 7 ao garimpo, contabilizando 19 mortes, o que evidencia a precariedade e a insegurança da atividade informal e ilegal. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi responsável por 4 ocorrências de morte, o que reflete o cenário de precarização do trabalho terceirizado, como já indicado anteriormente. Nesse contexto, em 2023, foram registradas 49 mortes de trabalhadores em 40 ocorrências.

O Trabalho escravo contabilizou 31 ocorrências, com casos em 13 estados, destacando-se o Pará, com 9 ocorrências. Dez ocorrências são referentes ao garimpo ilegal, 3 à mineradora ilegal, enquanto os outros casos envolvem as empresas Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), a Construtora Gois, a Cooperativa de Trabalho dos Empreendedores de Extração Artesanal de Granito de Murici (Cooperpedras), a Pedras Mauá, a Siderúrgica do Pará (Sidepar) e a Siderúrgica Ibérica Ltda.

Na Cooperativa de Trabalho dos Empreendedores de Extração Artesanal de Granito de Murici (Cooperpedras), após inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego, foram registradas 44 pessoas em situação análoga à de escravo na produção de pedras em uma fazenda arrendada para empregadores vinculados à Cooperpedras. Os trabalhadores estavam em condições degradantes de trabalho, moradia e submetidos a jornadas exaustivas (Stropasolas e Rodrigo, 12/04/2023).

Já a empresa Pedras Mauá pagará R\$ 400 mil de indenização trabalhista para 14 trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão em Mauá da Serra, no norte do Paraná (G1, 03/04/2023). A Siderúrgica do Pará (Sidepar), a Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) e a Siderúrgica Ibérica foram condenadas ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 3 milhões, além do cumprimento de 22 obrigações trabalhistas, como resultado de uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho. A ação teve origem após uma fiscalização, realizada em 2012, que flagrou 150 trabalhadores, entre eles cinco adolescentes, em condições análogas à escravidão no município de Goianésia do Pará (DOL Carajás, 30/03/2023).

Os casos de assédio, envolveram os sem-terra do Acampamento Nova Aliança, que denunciaram que os seguranças da empresa de segurança patrimonial terceirizada pela mineradora canadense Belo Sun Mining, a Invictus, andavam fortemente armados em rondas diárias ao redor do acampamento. Os cerca de 40 acampados acusam os seguranças de assédio, ameaça e vigilância constante. Uma agricultora que mora no acampamento afirmou já ter sido abordada inúmeras vezes pelos seguranças da Invictus. “Tentam barrar a gente de ir nas lagoas pescar”, afirma. Segundo ela, a empresa seria contratada para fazer “espionagem”. Isso porque o modus operandi da terceirizada consiste em fotografar ou filmar o acampamento com câmeras e drones, além de interrogar moradores da região para registrar as lideranças do Nova Aliança (Dolce, 22/08/2023).

No município de Serro, em Minas Gerais, os quilombolas da comunidade Queimadas denunciam que fazendeiros e representantes das empresas Herculano Mineração e da Ônix Céu Aberto, com apoio da Prefeitura de Serro e da Câmara de Vereadores, invadiram a reunião da Associação da Comunidade Quilombola de Queimadas, com o intuito de ameaçar a comunidade a renunciar seus direitos territoriais e políticos (Movimento pelas águas, 16/04/2023). Os quilombolas denunciaram a intimidação e a ilegalidade da audiência pública, que estava marcada para abril de 2023, com o objetivo de aprovar

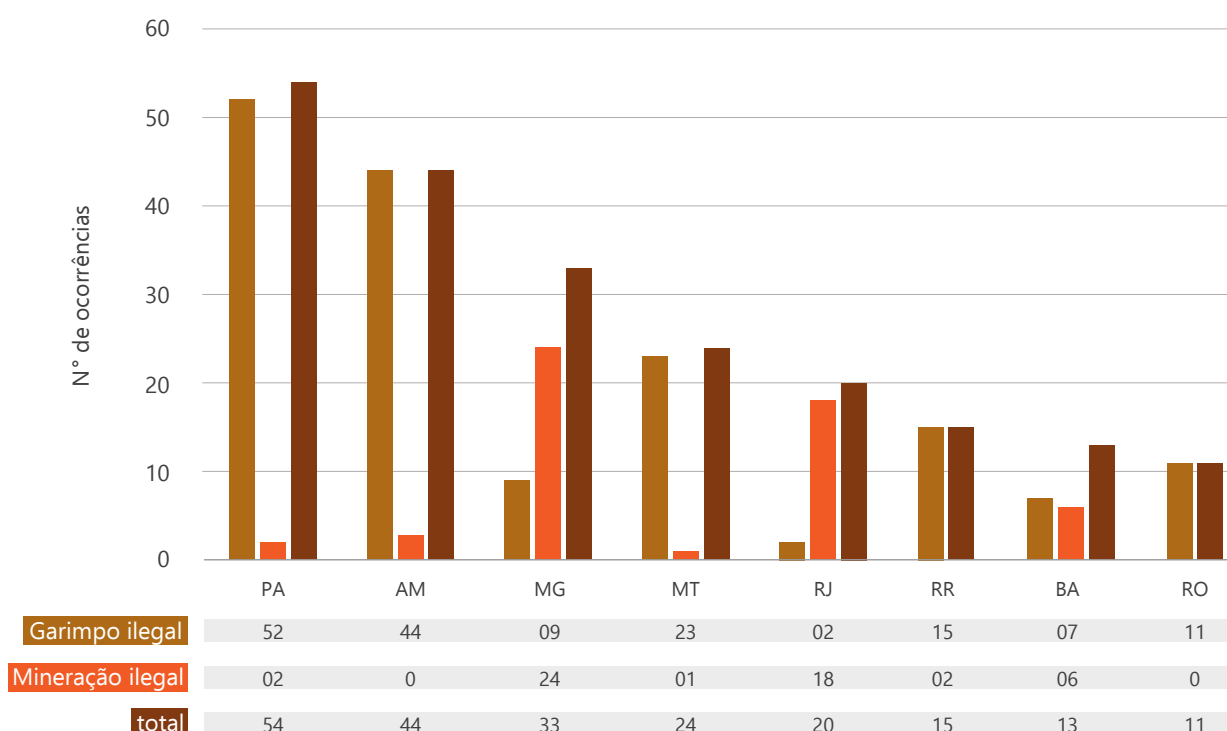
o empreendimento da Herculano no território quilombola. A audiência foi suspensa pela Justiça Federal, a pedido da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado e recomendação do Ministério Público Federal (G1, 17/04/2023). O Projeto Serro foi vendido pela Anglo American a Herculano Mineração, em 2018, e visa à extração e beneficiamento de minério de ferro.

O garimpo ilegal também aparece nas ocorrências envolvendo assédio e violência. A poluição da água por mercúrio nas terras indígenas Tanomami, Kayapó e Munduruku tem provocado contaminação do leite de mulheres que amamentam, interrupção de gestações e doenças, segundo estudo da Fiocruz. Além disso, há relatos de abusos sexuais e o medo de perder os filhos adolescentes para a corrida pelo ouro é frequente entre as mulheres indígenas. A pesquisadora da Rede Pró-Yanomami e Ye'kana, Marília Senlle, conta que muitas mães de adolescentes yanomamis temem que os filhos sejam aliciados pelo garimpo. Em reuniões de mulheres indígenas são comuns as histórias de meninas aliciadas para a exploração sexual. "Elas contam que as netas são violentadas em troca de lanternas, de óleo ou alimentação industrializadas. Eles compram essas jovens. Não são nem jovens, são crianças", diz uma indígena (Perez, 08/02/2023).

As extrações ilegais de minérios provocaram 261 ocorrências em 238 localidades. Os garimpos ilegais corresponderam a 176 ocorrências, enquanto a mineração ilegal gerou 83 ocorrências.

As atividades ilegais ocorreram em 23 unidades da federação, com destaque para o Pará, com 54 ocorrências (20,7%), seguido pelo Amazonas com 44 ocorrências (16,9%), Minas Gerais com 33 ocorrências (12,6%), Mato Grosso com 24 ocorrências (9,2%) e Rio de Janeiro com 20 ocorrências (7,7%) (Gráfico 18). Indígenas foram o grupo social mais violado por essas atividades, registrando 53 ocorrências, ou seja, 20,3% das ocorrências ligadas à extração ilegal em 2023.

Gráfico 18: Extração ilegal de minério por estado e categoria em 2023

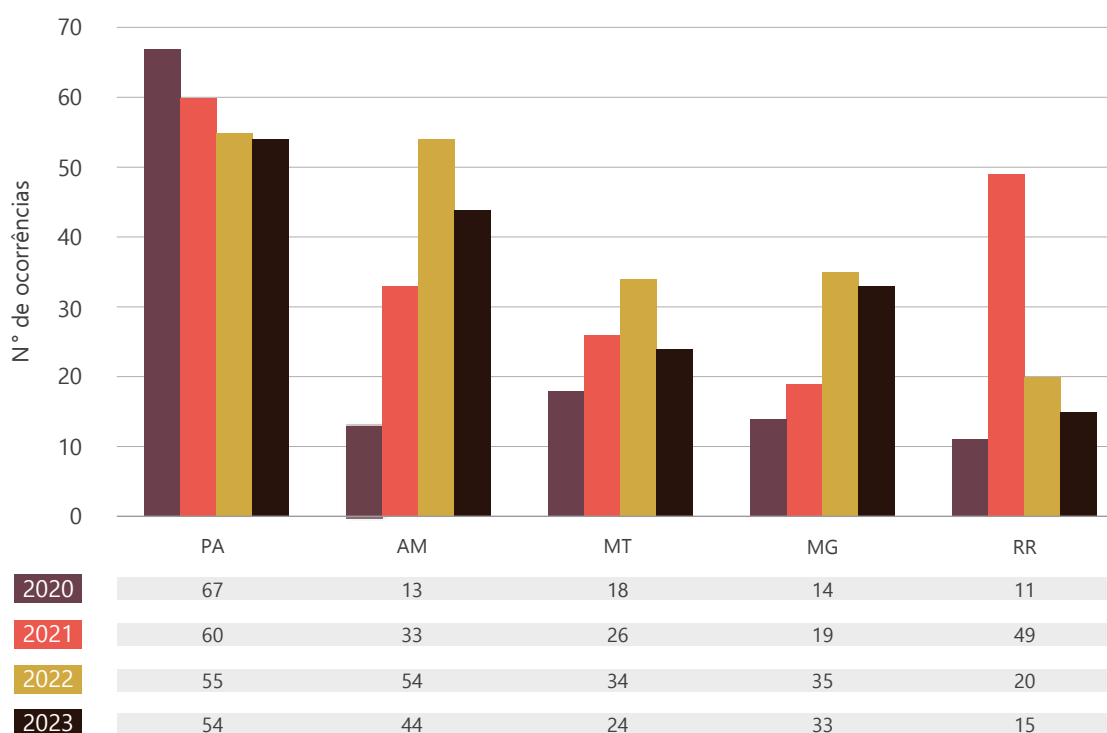


Nos últimos quatro anos, os cinco estados mais afetados por extração ilegal foram o Pará, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais e Roraima (Gráfico 19). Durante esse período, o Pará ocupou a primeira posição, destacando-se como o principal foco da extração ilegal. A maioria das ocorrências no Pará está relacionada a garimpos ilegais em comunidades indígenas, impactando o total de 27 terras indígenas.

Ao longo dos quatro anos analisados, as ocorrências de extração ilegal de minérios envolvendo garimpos ilegais, apesar de representarem a maior parte das ocorrências, mantiveram-se relativamente estáveis (132 em 2020; 210 em 2021; 193 em 2022 e; **178 em 2023**). Por outro lado, as ocorrências envolvendo mineradoras ilegais apresentam um aumento constante ao longo dos anos (40 em 2020; 30 em 2021; 79 em 2022 e; **83 em 2023**).

Os estados da federação que mais contribuíram para esse aumento foram Minas Gerais, onde o número de ocorrências quase quadruplicou entre **2020 e 2023, passando de 6 para 24**, e Rio de Janeiro, que registrou **apenas uma ocorrência em 2020, chegou a 18 em 2023**. Isso indica que a ilegalidade na mineração não está restrita às áreas isoladas da Amazônia; a mineração ilegal tem se tornado cada vez mais comum no sudeste brasileiro, incluindo regiões próximas de minas regularizadas de grandes mineradoras.

Gráfico 19: Extração ilegal de minério por estado de 2020 a 2023

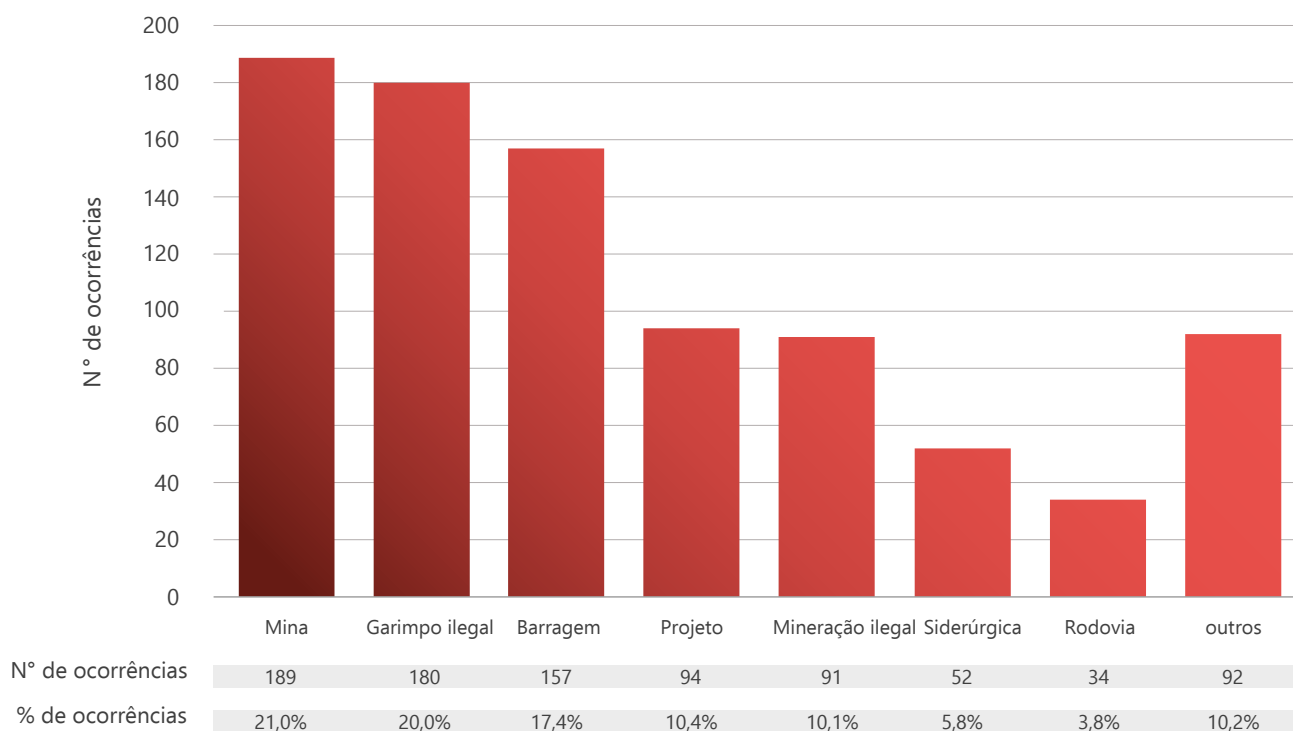


Tipo de objeto

Em relação ao tipo de objeto do conflito, em 2023, a categoria **Mina** aparece em primeiro lugar, com **21,0%** das ocorrências, seguida pelo **Garimpo ilegal**, com **20,0%**, e pela **Barragem**, que ocupa a terceira posição, com **17,4%** (Gráfico 20).

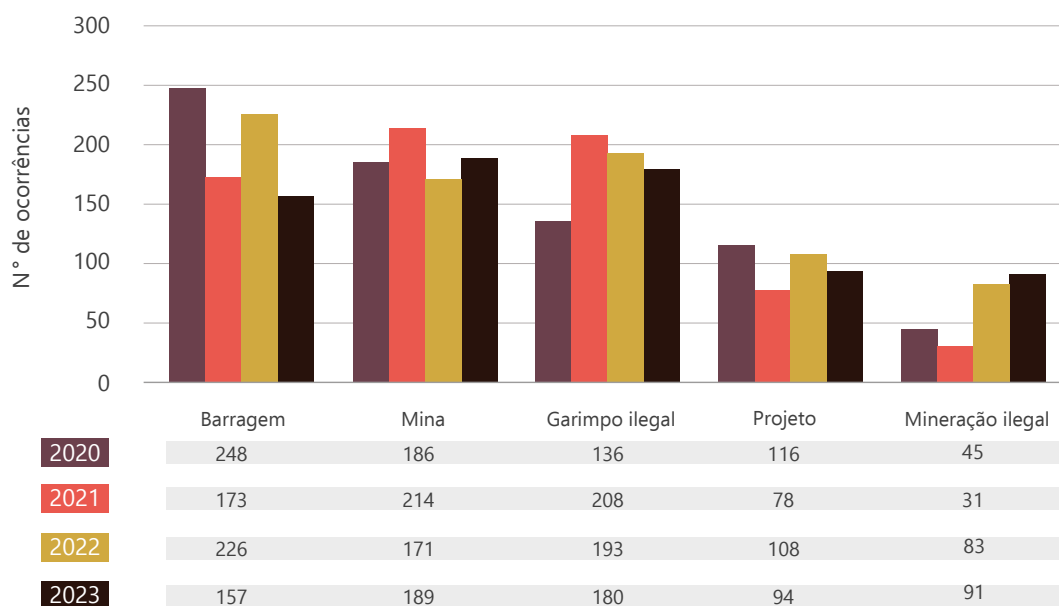
Os conflitos relacionados à categoria **Mina** envolveram 37 empresas, sendo a **Braskem** a principal delas, com **24,3%** das ocorrências de conflito, seguida pela **Vale S.A.** (**13,8%**) e pela **Lipari Mineração Ltda** (**6,3%**). Já os conflitos envolvendo **Barragem** abrangeram 20 empresas: a **Vale S.A.** ocupa a primeira posição, com **51,0%** das ocorrências de conflitos, e a **Samarco-Vale-BHP Billiton** ocupa a segunda posição, com **23,6%** das ocorrências. Juntas, essas duas empresas representam **74,5%** das ocorrências envolvendo barragem. Os casos envolvendo barragens com as empresas **Vale** e **Samarco-Vale-BHP** estão concentrados em **Minas Gerais** (**99** ocorrências), **Espírito Santo** (**16**) e **Pará** (**2**). Além disso, é importante destacar que **94** ocorrências (**10,4%**) se referem a empreendimentos novos em instalação.

Gráfico 20: Tipo de objeto causador de violações em 2023



Ao analisar o período de 2020 a 2023, os cinco principais tipos de objetos causadores de conflitos são barragem, mina, garimpo ilegal, projeto e mineração ilegal, com destaque para as três primeiras categorias (Gráfico 21). Embora tenha havido oscilações ao longo dos anos, a categoria barragem apresentou uma redução de **36,6%** nas ocorrências, enquanto o garimpo ilegal teve um crescimento de **35,2%**, atingindo seu auge em 2021. As estruturas ligadas a minas, por sua vez, apresentaram uma tendência de pouca variação ao longo dos anos.

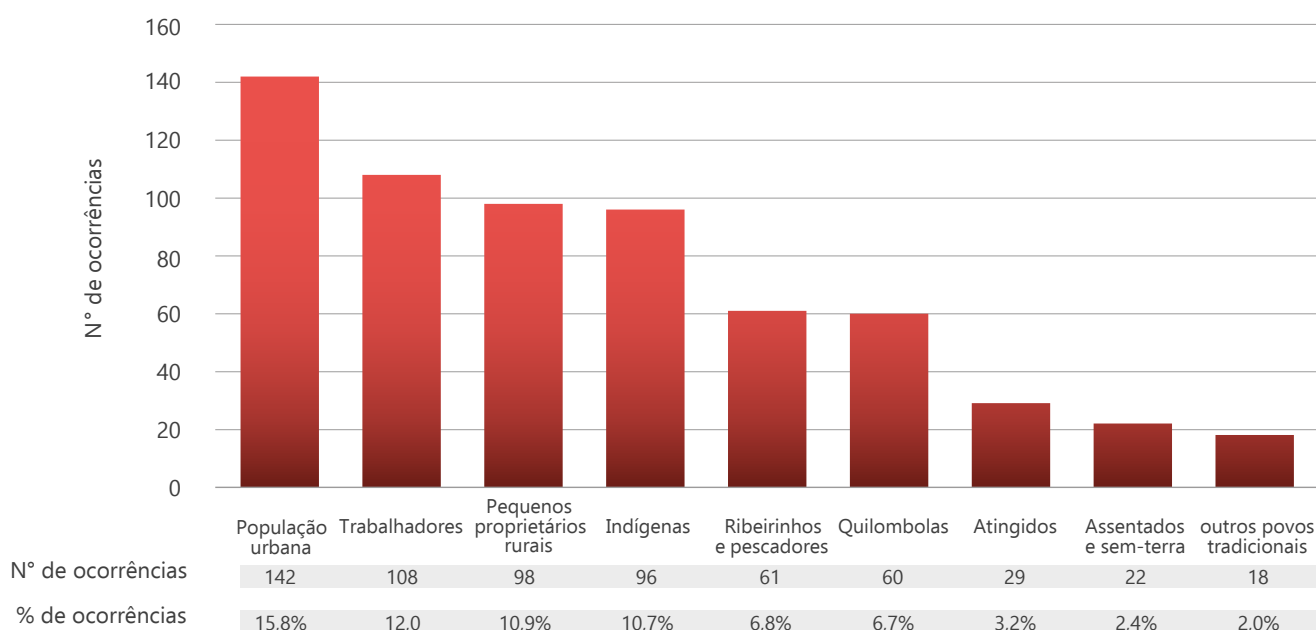
Gráfico 21: Tipo de objeto causador de violações de 2020 a 2023



Grupos atingidos e reações

Em 2023, entre as 901 ocorrências de conflito, a categoria que sofreu a ação teve como cinco grupos sociais mais relevantes: a **População urbana com 15,8% das ocorrências**; os **Trabalhadores, com 12,0%**; os **Pequenos proprietários rurais, com 10,9%**; os **Indígenas, com 10,7%**; e os **Ribeirinhos e Pescadores, com 6,8%** (Gráfico 22). Em termos absolutos, os conflitos envolvendo populações tradicionais⁵ impactaram, no mínimo, 178.753 pessoas.

Gráfico 22: Principais grupos sociais atingidos em 2023



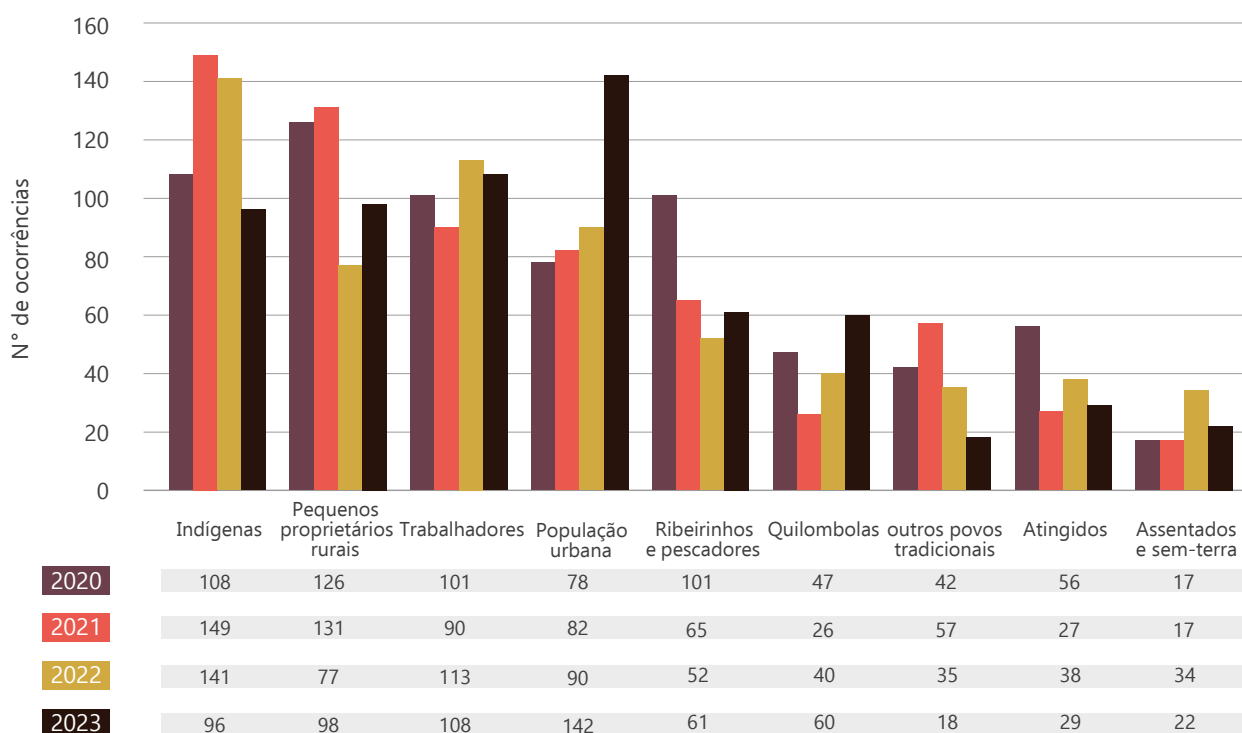
⁵ Entre as populações tradicionais que estiveram envolvidas em conflitos, estão incluídos camponeses de fundo e fecho de pasto, extrativistas, indígenas, pecuaristas familiares, pescadores, quilombolas e ribeirinhos.

Ao longo dos quatro anos analisados, a categoria social com maior número de ocorrências foi a dos Indígenas (Gráfico 23). Entre 2020 e 2023, as violações contra os povos indígenas registraram uma retração de 11,1%. Contudo, houve oscilações significativas nesse período, com destaque para 2021 e 2022, anos em que as ocorrências aumentaram 37,9% e 30,5%, respectivamente, em comparação a 2020. Em 2021, os indígenas lideraram como a categoria social mais atingida, com 149 ocorrências, o maior número registrado entre 2020 a 2023. Esses ataques intensos atingiram especialmente os povos Yanomami.

Entre os principais grupos sociais atingidos no período de 2020 a 2023, chama atenção o padrão crescente das ocorrências envolvendo a população urbana. **Em 2022, esse grupo ocupava a quarta posição em número de ocorrências, mas em 2023 tornou-se o primeiro.** Esse fenômeno deve-se, principalmente, ao aumento de ocorrências relacionadas à Braskem, em **Alagoas (31 ocorrências)**, à Vale e à ArcelorMittal, em **Vitória (21)** e à CSN, em **Volta Redonda (14)**, com destaque para as duas últimas no último ano.

Quanto aos Pequenos proprietários rurais, observa-se que a queda no número de ocorrências em 2022 (77), com retomada de crescimento em 2023, com 98 ocorrências.

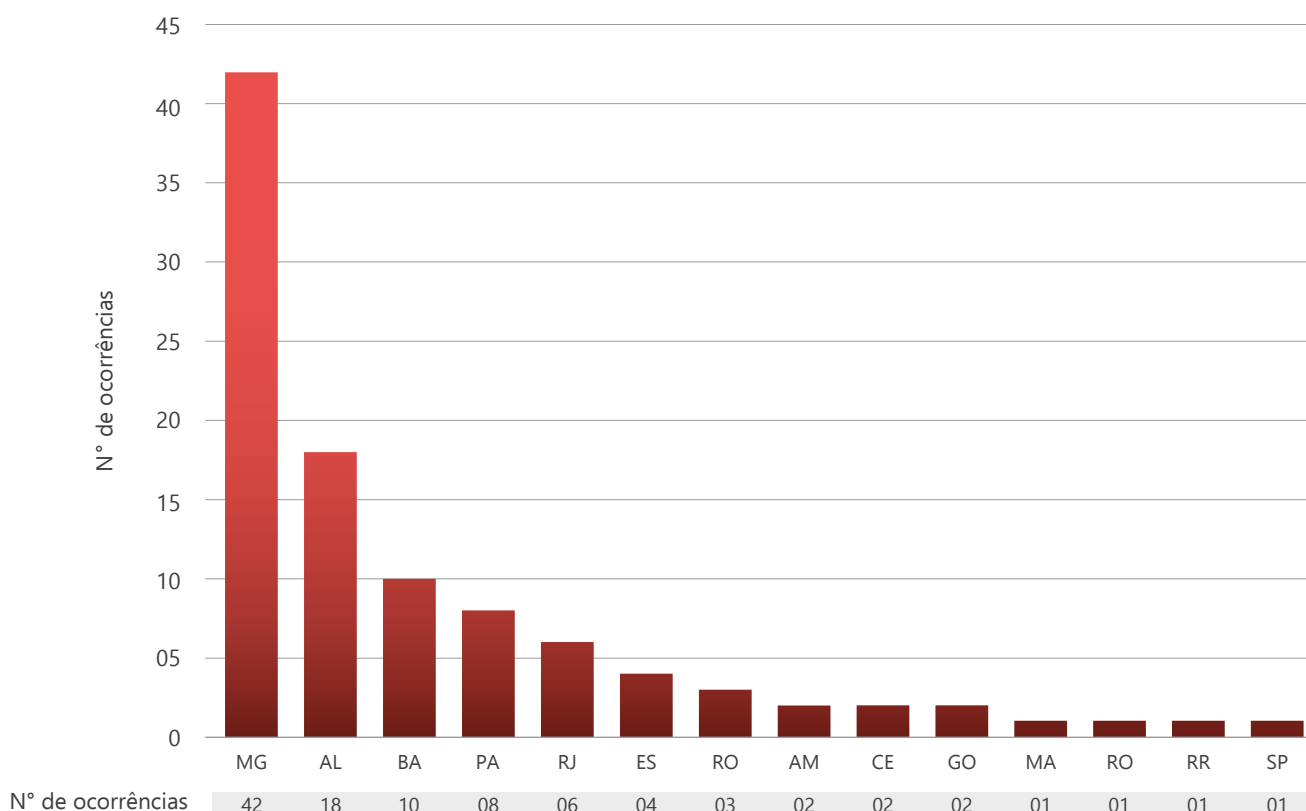
Gráfico 23: Principais grupos sociais atingidos de 2020 a 2023



Ações Diretas das Comunidades frente à Mineração

Em 2023, foram registradas 99 reações diretas às violações, incluindo manifestações, cartas públicas, bloqueio de vias, ocupações, ações judiciais, entre outros. Os estados com maior número de reações foram Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Pará e Rio de Janeiro. **Minas Gerais liderou com 42 reações, enquanto Alagoas apresentou 18** (Gráfico 24).

Gráfico 24: Reações de grupos atingidos por unidade da federação em 2023



Essas reações tinham como principal objetivo contestar as violações cometidas por empresas (95 ocorrências) e por garimpos ilegais (4 ocorrências). **Entre as empresas, as que mais concentraram reações foram: Braskem (17 ocorrências), Vale S.A. (15 ocorrências), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (7 ocorrências), Samarco-Vale-BHP (5 ocorrências), Hydro e Tombador Iron Mineração (as duas com 4 ocorrências).**

No caso dessas empresas, foram contabilizadas 52 ocorrências, que incluíram bloqueio de vias, cartas públicas e manifestações. Também se destacaram ações institucionais, como a continuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Vale S.A., iniciada em 2021 na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) (Santos e Santos, 15 fev. 2022). Outras iniciativas envolveram uma ação judicial, uma ação internacional e o uso da estratégia do ativismo dos acionistas.

A situação dos atingidos pela Braskem em Maceió foi exposta na 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Genebra, na Suíça. Durante a sessão, a idealizadora do Observatório Caso Braskem fez uma manifestação oral, afirmando: “Estarei no local para servir de voz para a denúncia de inúmeras violações de direitos humanos, mas acima de tudo, irei levar para a ONU as tragédias que venho presenciando em Maceió. Não podemos deixar de lembrar que a mineração forçou o deslocamento de mais de sessenta mil pessoas por risco de desabamento de solo. Esse é o maior desastre socioambiental em zona urbana registrada no mundo e precisamos que as instituições internacionais acompanhem de perto o caso, para que as pessoas que perderam suas casas sejam justicadas e que os culpados sejam responsabilizados” (Soares, 26/06/2023).

As ações judiciais envolveram empresas como Samarco-Vale-BHP, BHP Billiton, CSN, Vale e Braskem, abordando questões como:

i) o processo judicial na Inglaterra contra a BHP Billiton, referente ao desastre da Samarco-Vale-BHP na bacia do rio Doce. A ação incorporou novos autores, incluindo as comunidades indígenas Guarani, Tupiniquim e Pataxós, além de quilombolas (BBC, 15/03/2023);

ii) uma ação foi movida pela Associação de Produtores Rurais e Artesãos do Espírito Santo, pela Associação dos Moradores do Bairro Colatina Velha e pela Associação de Moradores de Vila Lenira, em Colatina, denunciando o uso de um produto contendo formol para tratamento da água pela Samarco-Vale-BHP, em níveis acima dos permitidos. O estudo, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pelo Instituto Federal do Estado do Espírito Santo e pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (Facto), revelou que a Renova fornecia o produto para o tratamento da água entre 2015 e 2017, não apenas em Colatina, mas também em Galiléia, Alpercata, Governador Valadares, Belo Oriente, Pedra Corrida, Itueta, Aimorés, e outras cidades abastecidas pelo rio Doce, afetando cerca de 585 mil pessoas. O valor pleiteado na ação é de R\$ 120 bilhões (Sou Notícia, 28/06/2023);

iii) uma ação do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, exigindo a reintegração de nove funcionários demitidos pela CSN em abril de 2022, em Volta Redonda (CTB, 18/09/2023);

iv) uma Ação Civil Pública protocolada por garimpeiros e garimpeiras tradicionais de Antônio Pereira, através do Instituto Guaicuy, para resguardar os direitos específicos da comunidade de garimpeiros/as tradicionais de Antônio Pereira, que vêm sofrendo danos relativos ao processo de descomissionamento e descaracterização da barragem Doutor, da mineradora Vale (Guaicuy, 17/04/2023);

v) uma Ação Civil Pública pedindo a modificação do acordo firmado em 2022 entre os moradores dos Flexais, no bairro de Bebedouro, em Maceió, e as autoridades locais. O acordo, firmado em novembro de 2022, prevê a requalificação urbana e as indenizações dos moradores dessas localidades que ficaram ilhadas após a desocupação dos bairros afetados pelas rachaduras do solo. No entanto, os moradores dos Flexais reivindicam a realocação, argumentando que a região está isolada e sem serviços essenciais para a população, como escolas, linhas de ônibus, trens e unidades de saúde, e assim, sem oferecer as condições de ser habitado (Almeida, 08/03/2023).

A estratégia do ativismo dos acionistas críticos, que se vale criticamente da titularidade de ações da empresa para realizar ações de exigibilidade de direitos de populações atingidas, é realizada no Brasil pela Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV). Desde 2010, a AIAAV adotou a intervenção nas Assembleias Gerais anuais da empresa Vale S.A. como uma das formas de sua atuação, a partir da perspectiva de que aqueles espaços são um possível ambiente de ação, pressão e denúncia (Mansur e Chernicharo, 2020).

Em 2023, uma quilombola de 52 anos adquiriu uma ação da Vale para ter direito a participar da reunião de acionistas e protestar contra o projeto Serra da Serpentina da empresa. “Foi muito bom estar neste lugar de representar as comunidades”, diz a coordenadora da Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, que representa mais de 40 comunidades tradicionais, entre quilombolas e indígenas. “A Vale afirma que deseja se tornar líder em mineração sustentável, mas esse novo projeto comete os mesmos erros que foram feitos anteriormente.”

O projeto coloca em risco a vida de moradores de 51 comunidades tradicionais de 11 municípios da Serra da Serpentina, em Minas Gerais. A liderança quilombola denunciou as incoerências no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que reconhecem que o mineroduto atravessará as comunidades, mas, para obter a licença ambiental, a mineradora negou a existência de moradores na área de influência do empreendimento. Em seu voto, ela destacou que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) obriga as empresas a consultarem povos e comunidades tradicionais de forma prévia, livre, informada e de boa fé na elaboração do EIA/RIMA (Ribeiro, 28/04/2023; , AIAAV, 02/05/2023; IBASE, 04/03/2023).

Entre as categorias sociais mais atingidas pelas ações de empresas e garimpos, destacam-se aquelas que mais realizaram reações: **População urbana (25 ocorrências), Pequeno proprietários rurais (11 ocorrências), Atingidos e Trabalhadores (com 10 ocorrências cada), e Indígenas (8 ocorrências).**

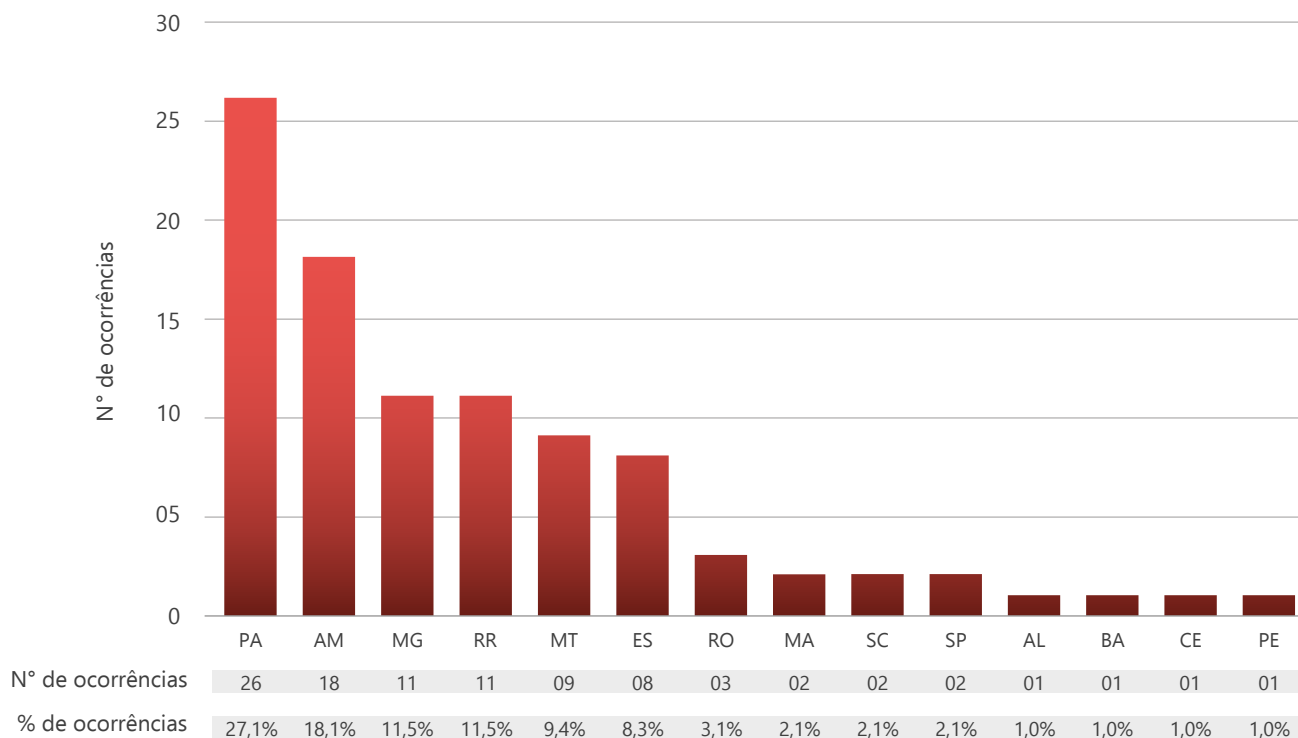
Conflitos com indígenas

No mapeamento de 2023, indígenas de 14 estados se encontram em conflito com o garimpo ilegal, com empresas mineradoras ou com ambos, totalizando, no mínimo, **158.649 indígenas**. Os estados que concentram o maior número de conflitos foram Pará, Amazonas, Minas Gerais, Roraima e Mato Grosso (Gráfico 25). Das 96 ocorrências de conflito relacionadas aos indígenas, o Pará registrou 27,1%, seguido pelo Amazonas (18,8%), Minas Gerais (11,5%) e Roraima (11,5%).

Após alcançar o pico de 149 ocorrências em 2021, a violência causada pela mineração contra os indígenas, vem apresentando uma redução gradativa. Em 2023, foram registrados 96 conflitos, o menor número do período analisado, distribuídos por 69 áreas indígenas. O tipo de conflito predominante em 2023 foi o relacionado à Terra, representando 90,6% das ocorrências, seguido pelos conflitos relacionados à Água (36,5%), Saúde (9,4%) e Jurídico (9,4%).

Ao analisar os dados de 2020 a 2023, destacam-se os estados do Pará, Amazonas e Roraima pela frequência e intensidade dos conflitos envolvendo populações indígenas. Observa-se, nesse período, uma variação considerável no número de ocorrências em estados como Amazonas, Mato Grosso, Pará e Roraima. No Amazonas, o ano de 2022 foi uma exceção, com 41 ocorrências, significativamente acima dos outros anos, que variaram de 19 (2020) a 29 (2022), retornando a 18 em 2023.

Gráfico 25: Os 10 estados que mais concentraram ocorrências em conflitos com indígenas em 2023



No Mato Grosso, as ocorrências permaneceram relativamente estáveis entre 2020 e 2023, embora tenha sido registrado um aumento de 4 para 9 no período. Esse crescimento deve-se, principalmente, às ocorrências na Terra Indígena Sararé, onde o garimpo ilegal tem levado ao esvaziamento das aldeias do povo Nhambiquara. Conforme relatado por um assessor da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint): “Não temos controle dentro do garimpo e não conseguimos entrar lá. Estava conversando com um cacique do nosso povo da região do Sararé que contou que está pensando em continuar na aldeia ou se vai mais ao fundo do território. Eles não têm mais aquela tranquilidade que se tinha e estão com medo” (Miranda, 23/04/2023).

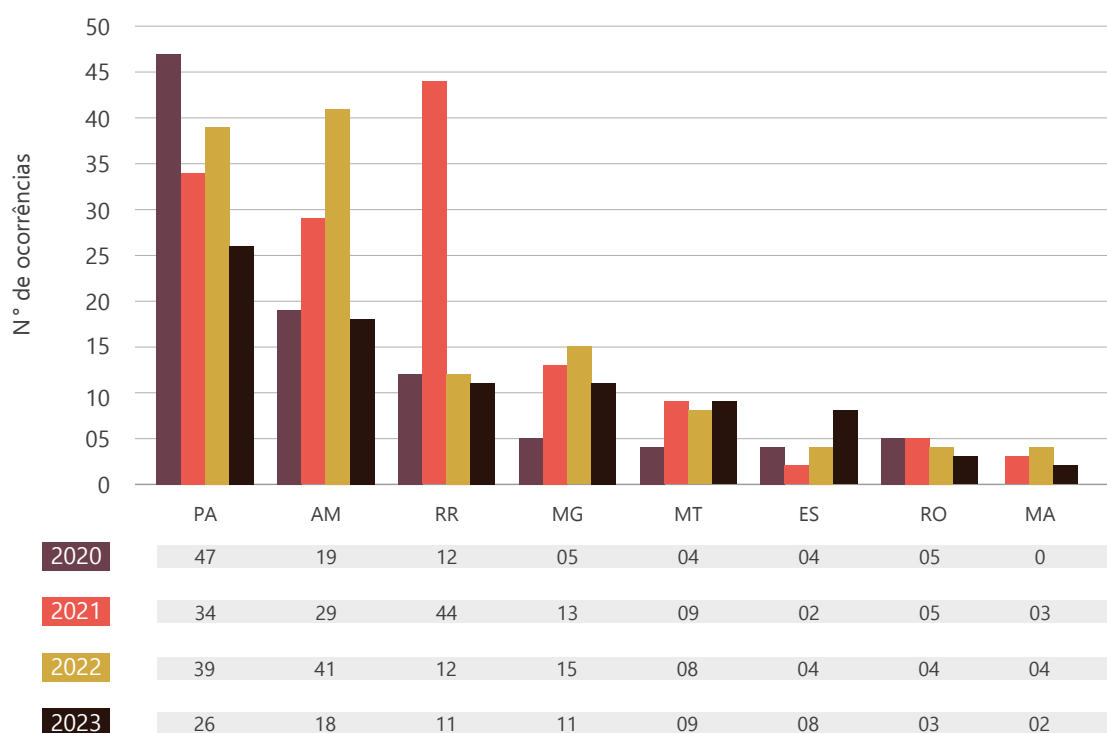
No Pará, as ocorrências diminuíram ao longo dos últimos quatro anos (47 em 2020; 34 em 2021; 39 em 2022 e; 26 em 2023). Essa redução foi próxima de 33,3% entre 2022 e 2023. Em Roraima, os conflitos mantiveram-se associados principalmente à grave situação enfrentada pelo povo Yanomami, sendo 2021 um ano excepcional em termos de registros.

Em janeiro de 2023, o Ministério dos Povos Indígenas divulgou que 99 crianças do povo Yanomami morreram devido ao avanço do garimpo ilegal na região. Os dados, referentes a 2022, indicam que as vítimas tinham entre 1 e 4 anos, sendo as principais causas de morte desnutrição, pneumonia e diarreia. A pasta estimou que, ao menos, 570 crianças foram mortas pela contaminação por mercúrio, desnutrição e fome. (G1, 21/01/2023). Diante dessa crise humanitária, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara afirmou: “O garimpo contamina a água. O garimpo impede os indígenas de circularem no território para buscar alimentos que vêm da natureza, que já estão escassos por conta do desmatamento, e traz insegurança para eles produzirem seu próprio alimento, porque o território é tomado por invasores” (Benassatto e Perobelli, 27/01/2023).

No mesmo sentido, destaca-se o depoimento de uma liderança feminina do Uxiu durante o Fórum de lideranças Yanomami e Ye'kwana em julho de 2023: “A minha floresta não está boa não. Estes que vocês chamam de garimpeiros estão muito perto da minha casa, eles mataram professores nossos, por isso eu não estou feliz. Eu não quero garimpo. Por isso estou aqui, para lutar pela nossa terra Yanomami! O garimpeiro distribuí bebida alcoólica, por isso os yanomami estão morrendo e se acabando, por isso eu quero falar forte pra vocês. Eu não quero que meu povo se acabe! Lá no Kayanau eles já se acabaram na bebida, se mataram. Vocês não sabem do que estou falando, vocês jamais viram isso. A minha floresta está totalmente destruída, não temos mais alimentos. Os garimpeiros estão se misturando com os Yanomami. Mataram também o AIS [Agente Indígena de Saúde]. [...] A gente não tem saúde. Estão todos doentes. Estou triste porque mataram meus irmãos, estão todos magrinhos, com barriga grande. Na floresta não tem mais alimentos, porque a floresta está destruída” (HAY et. al, 2023).

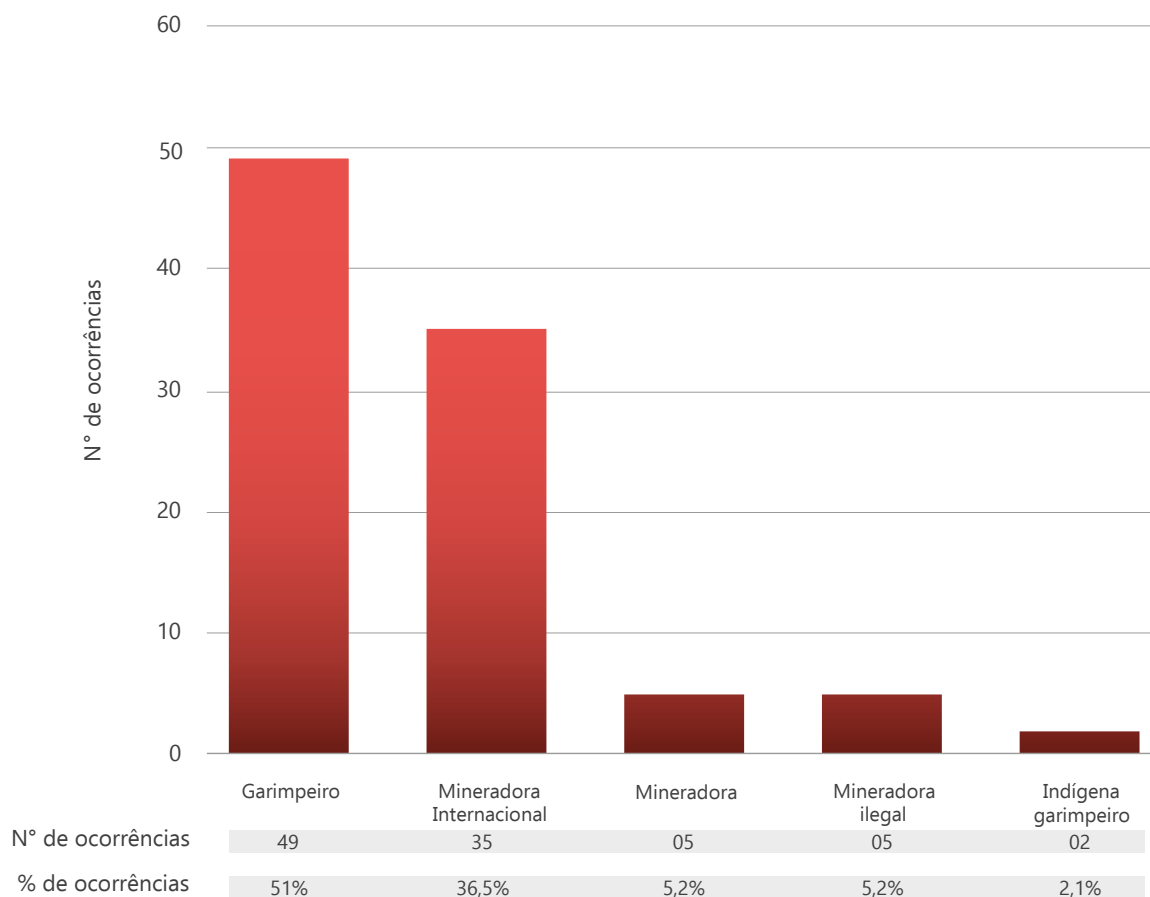
Frente a esse cenário, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023 (Brasil, 2023), que estabelece medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública na Terra Indígena Yanomami e o combate ao garimpo ilegal, a serem implementadas por órgãos da administração federal. No âmbito do decreto, foi criado o Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas, que, além de atuar na Terra Indígena Yanomami, também realizou a retirada de invasores em outras terras indígenas do país.

Gráfico 26: Estados que mais concentraram ocorrências em conflitos com indígenas de 2020 a 2023



As ocorrências de conflito entre povos indígenas e o garimpo representam 51,0% do total, seguidas pelas mineradoras internacionais (36,5%), mineradoras (5,2%), mineradoras ilegais (5,2%) e indígenas garimpeiros (2,1%) (Gráfico 27).

Gráfico 27: Categorias em conflito com indígenas em 2023



No caso das mineradoras internacionais, que registraram um aumento significativo nas ocorrências contra povos indígenas em 2023, destacam-se os casos das empresas Potássio do Brasil, no estado do Amazonas, Belo Sun Mining, no Pará, Samarco-Vale-BHP, nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, e Vale S.A., nos estados de Minas Gerais e Pará.

Em relação ao projeto que a Potássio do Brasil pretende implementar em Autazes-AM, sua atuação contra o povo Mura tem envolvido a cooptação de determinadas lideranças indígenas, além do agravamento dos conflitos nos territórios pertencentes a esse povo. Conforme afirmou uma liderança indígena Mura sobre seus pares cooptados: “Eles não se preocupam com o que pode acontecer com nossas crianças, com nossos idosos, com os grandes impactos ambientais e sociais que a mineração vai trazer nas suas próprias comunidades e na vida deles. Isso é um absurdo e preocupante. Um grupo de pessoas tomando decisões pelas nossas costas, sem consultar, sem se preocupar com a comunidade e sem pensar no futuro de seus próprios filhos e netos” (Farias, 26/09/2023).

Comentando sobre os prováveis impactos da atuação da Potássio do Brasil nas suas terras, outra indígena Mura desabafou: “É ilusão nossa achar que esses empreendimentos vão trazer de fato desenvolvimento para os nossos territórios. O que vai restar é só prostituição, contaminação dos nossos rios, da terra, dos nossos animais e dos nossos peixes. É o resultado que a gente está vivendo hoje, que é a grande seca na Amazônia” (Pajolla, 12/10/2023).

Por outro lado, os indígenas atingidos pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho ainda aguardam reparação por parte da mineradora. Uma indígena da etnia Pataxó, que residia na aldeia Naô Xohã, no município de São João de Bicas, comentou: “A gente ia pescar. Se não pegasse o peixe, tinha uma galinha. Tinha um ovo para a gente comer. O dia que não tinha nada disso, a gente tinha um quiabo, um jiló, uma alface, uma couve, uma mandioca, uma banana. Tudo isso a gente tinha. E tudo isso a Vale tirou da gente... a liberdade” (G1, 26/01/2023). Os impactos psicológicos continuam sendo sentidos, conforme disse outra mulher indígena Pataxó da aldeia Naô Xohã: “Isso machuca muito. O meu avô tinha um sonho, até um ano atrás, ele conseguia falar. Ele falava que ia voltar. Hoje, ele já não sabe. Ele conversa com você, ele já esquece. Isso é muito doloroso. Saber que sonhos foram destruídos” (G1, 26/01/2023).

Nos últimos quatro anos consecutivos, a categoria Garimpeiro foi a principal responsável pelos conflitos com os indígenas, seguida por Mineradora internacional. De 2020 a 2022, observou-se um crescimento de 37,5% nas ocorrências envolvendo garimpeiros, com destaque para o ano de 2021, quando diversos ataques foram realizados na Terra Indígena Yanomami, como mencionado anteriormente. Contudo, de 2022 a 2023, houve uma retração de 36,3%, o que pode refletir os efeitos das operações contra o garimpo ilegal promovidas pelo governo federal, além das mudanças legais que dificultaram a lavagem de ouro.

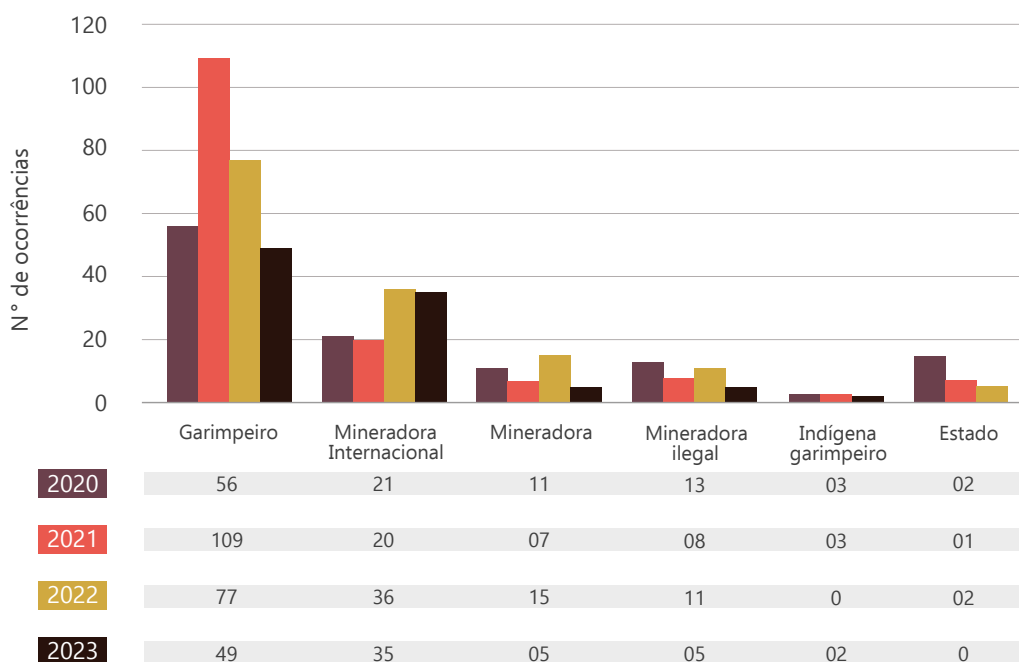
Durante o período de quatro anos, a categoria Mineradora Internacional registrou um aumento de 66,6% nas ocorrências. As principais empresas envolvidas nos conflitos com os indígenas foram: Vale S.A. (26 ocorrências), Belo Sun (24 ocorrências), Samarco-Vale-BHP (21 ocorrências) e Potássio Brasil (18 ocorrências). Vale destacar que, entre as maiores mineradoras internacionais, as sedes dessas empresas estão localizadas principalmente na Austrália, Brasil e Canadá.

Em 2023, quilombolas e indígenas organizaram a campanha #EuExisto para denunciar os impactos socioambientais que poderão ser causados pelo projeto Serra da Serpentina, da Vale S.A. que visa explorar minério de ferro às margens do rio Doce. Caso o projeto se concretize, ele afetará 51 comunidades tradicionais, incluindo uma terra indígena, 12 territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), além de outros quatro em processo de delimitação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (AIAAV, 02/05/2023).

As comunidades indígenas Tembé e Turywara, juntamente com quilombolas e ribeirinhos, lançaram uma carta aberta para denunciar as violências sofridas pela mineradora Norsk Hydro na região do Vale do Acará, no Pará. Um trecho da carta diz: “Há duas décadas fomos obrigados a conviver com a presença intrusiva de um longo mineroduto que rasga o subsolo de nossas terras sagradas, estrutura que afugenta nossas caças e prejudica a reprodução dos peixes (ictiofauna), levando-nos ao risco de insegurança alimentar; impede nossa livre circulação e estressa nosso cotidiano.”. Além disso, são inúmeras as denúncias não apenas de atentados ao meio ambiente, mas também contra a população, que sofre ameaças por parte de funcionários da empresa. Na nova denúncia apresentada por meio da carta pública, moradores do Vale do Acará afirmam: “A Hydro vem repetindo sua metodologia neocolonial e violadora contra os povos do Vale do Acará. As comunidades não foram consultadas sobre a circulação constante e intrusiva dos funcionários da empresa, que passam em suas picapes em alta velocidade nas estradas de acesso às aldeias e quilombos, colocando em risco nossas famílias.” (Ninja, 06/10/2023).

Em novembro de 2023, mulheres indígenas realizaram uma manifestação e publicaram uma carta aberta, na qual afirmam: “Nós, Mulheres Indígenas do Povo Tembé, da aldeia l’ixing, em Tomé-Açu, protestamos hoje (30) contra a presença intrusiva da Norsk Hydro, no Vale do Acará. A mineradora norueguesa possui um mineroduto que corta toda a extensão territorial dos nosso territórios originários sem nosso consentimento, sem consultar nossas aldeias, desrespeitando a Constituição Federal e a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário” (Ver-o-Fato, 01/11/2023).

Gráfico 28: Categorias em conflito com indígenas de 2020 a 2023

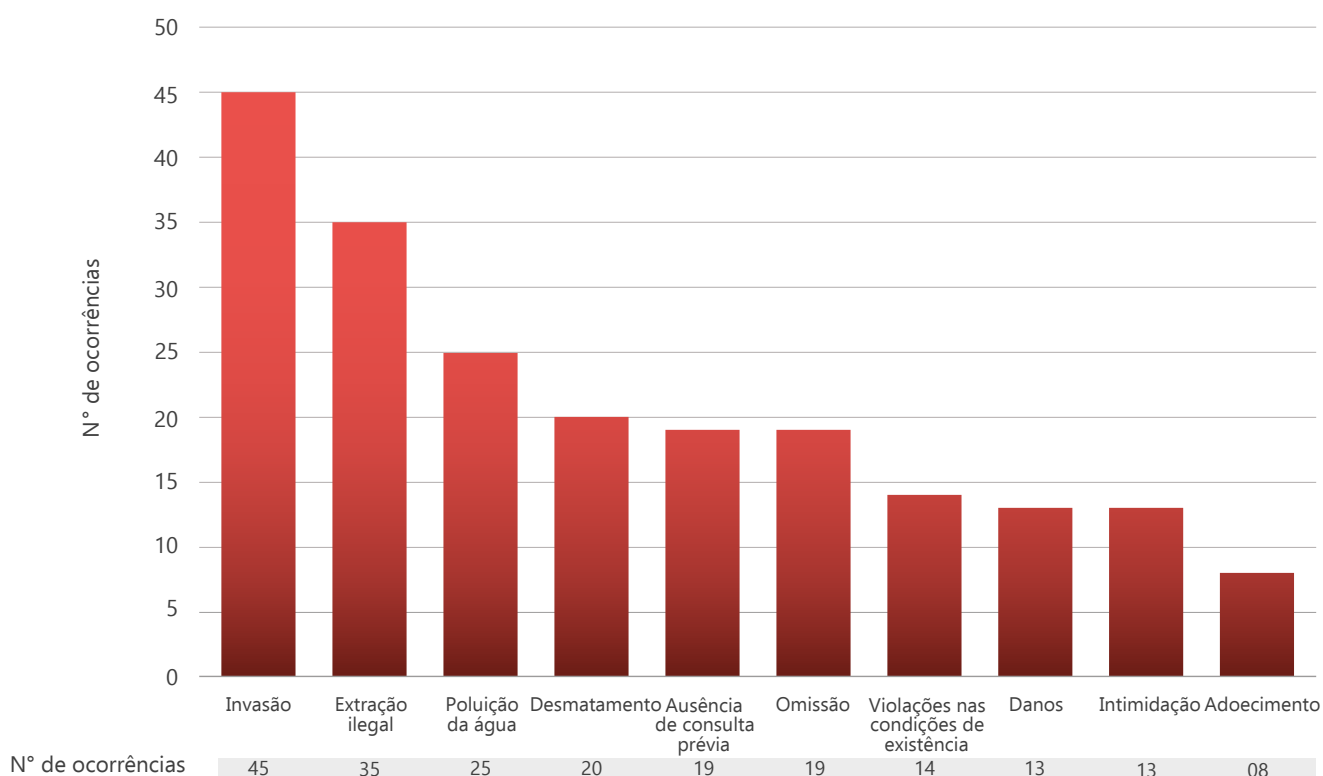


Os principais tipos de violência sofridos pelos indígenas em 2023 foram: **invasão (45 ocorrências)**, **extração ilegal (35 ocorrências)**, **poluição da água (25 ocorrências)** e **desmatamento (20 ocorrências)** (Gráfico 29). Além disso, houve uma morte, duas violências físicas, duas violências sexuais, um sequestro e três ameaças de morte. Um assassinato foi contabilizado na Terra Indígena Yanomami, após um ataque de garimpeiros que resultou na morte de uma criança e deixou cinco indígenas feridos em agosto de 2023 (Viana, 04/07/2023). O sequestro refere-se a uma menina de 12 anos que foi levada da casa da família, na aldeia Sararé Central, por outro indígena da comunidade, cooptado pela exploração ilegal de ouro. O destino foi um dos garimpos em expansão na terra indígena (Sassine e Almeida, 19/12/2023). As violências físicas e sexuais incluem casos como o relatado pelo Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves. Ele afirmou que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebeu informações sobre pelo menos 30 meninas e adolescentes Yanomami grávidas de garimpeiros. Também foi relatado que seis crianças estavam sendo acolhidas irregularmente por famílias não Yanomami (com dois processos de adoção irregular em andamento). “Temos denúncias de exploração sexual infantil. Recebemos informações de pelo menos 30 meninas e adolescentes que estariam grávidas de garimpeiros. Temos informações também sobre acolhimentos de crianças Yanomami que seriam irregulares e até processos de adoções ilegais em curso”, disse (Diário do Grande ABC, 01/02/2023).

Na Terra Indígena Munduruku, 18 líderes munduruku estão sob ameaça de morte, segundo levantamento realizado pelos próprios indígenas. Entre as lideranças ameaçadas, está Maria Leusa Munduruku, coordenadora da Associação das Mulheres Munduruku Wakoborũn, que teve sua casa, no município de Jacareacanga, sudoeste do Pará, incendiada por invasores da TI, em 2021 (Bond, 23/02/2023). Na Terra Indígena Soares Urucutituba, lideranças do povo Mura afirmam que as ameaças contra eles se intensificaram após a visita da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) à TI, a pedido da Justiça Federal. As lideranças relatam que estão sendo pressionadas pela empresa Potássio Brasil, fazendeiros e políticos para deixar suas terras e permitir a exploração do potássio na região. “A gente sofre ameaças de todos os lados. Eu saio da minha casa às duas e meia da manhã para trabalhar, sustentar minha família e fico com aquilo: ‘como vou confiar de não topa com um marginal na rua e tentar algo contra a minha vida’”, relatou um indígena tuxaua do povo Mura. (Amazonas 1, 29/04/2023).

A poluição das águas, sobretudo pelo mercúrio da garimpagem, continua sendo um problema recorrente da mineração em terras indígenas. O desmatamento, que ocupa a quarta posição entre os tipos de violência sofridos pelos indígenas e seus territórios, também se mantém como uma preocupação grave. Dados da Hutukara Associação Yanomami (HAY) mostram que o garimpo ilegal cresceu 54% em 2022, devastando novos 5.053 hectares da Terra Indígena Yanomami. O monitoramento revela uma alta exponencial do desmatamento causado pela atividade garimpeira desde 2018, quando a associação começou a acompanhar os dados. Em 2018, 1.236 hectares foram devastados, o que representou um aumento de 309% em relação ao ano passado (G1, 01/02/2023). Em 2023, a área de garimpo ilegal cresceu 7%, atingindo um total de 5432 hectares. Embora o avanço em hectares seja menor, a atividade ilegal continua operando com intensidade no território, conforme os dados da Nota Técnica do Instituto Socioambiental (ISA) e da Hutukara Associação Yanomami (ISA e HAY, 2023).

Gráfico 29: Principais tipos de violências contra os indígenas em 2023

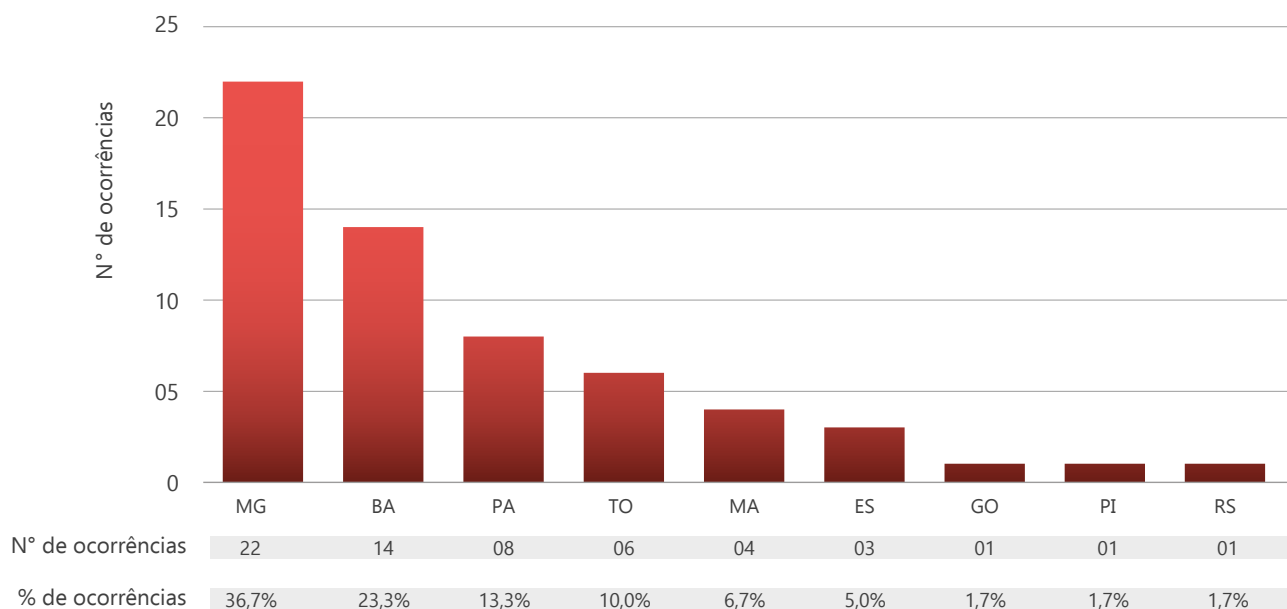


Conflitos com quilombolas

Outro grupo relevante são os **quilombolas**, que **totalizaram 60 ocorrências, abrangendo pelo menos 8.783 pessoas**. Os conflitos atingiram o maior nível desde 2020, com um crescimento de 50% no último ano. Em comparação, em 2020, a categoria quilombola registrou 47 ocorrências, enquanto em 2021 foram 26, indicando uma diminuição de 44,6%. Em 2022, ocorreram 40 ocorrências, representando um aumento de 53,8% entre 2021 e 2022. De 2020 a 2023, o crescimento foi de 27,6%.

Em 2023, os conflitos envolvendo quilombolas ocorreram em nove estados: Minas Gerais, Bahia, Pará, Tocantins, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Piauí e Rio Grande do Sul. Minas Gerais concentrou 36,7% das ocorrências, seguido pela Bahia (23,3%) e Pará (13,3%) (Gráfico 30).

Gráfico 30: Estados que mais concentraram ocorrências com quilombolas em 2023



Ao menos 11 empresas estiveram envolvidas em conflitos com quilombolas. As cinco primeiras foram: Vale S.A. (23,3%), Lipari Mineração (20,0%), Aura Minerals (10,0%), Hydro (8,3%) e SIGMA Mineração (6,7%). O garimpo ilegal foi registrado em uma ocorrência de conflito em Goiás, na comunidade quilombola Kalunga. Os minerais mais representativos nos conflitos foram o minério de ferro (36,7%), diamante (20,0%) e ouro (11,7%).

Em 2023, foram contabilizadas sete reações de comunidades quilombolas, incluindo cartas públicas, ação judicial e manifestação. Duas ações foram direcionadas à empresa Vale S.A., duas à Hydro, e uma à SIGMA Mineração, Brazil Iron e Herculano Mineração.

No caso da empresa Brazil Iron, moradores de dois quilombos da Bahia obtiveram no Reino Unido uma liminar judicial para impedir que as mineradoras britânicas prosseguissem com as intimidações nas comunidades de Bocaina e Mocó, no município de Piatã. As empresas de minério de ferro Brazil Iron Limited (BIL) e Brazil Iron Trading Limited

(BITL), registradas no país europeu, são acusadas também de causar poluição por poeira proveniente da mina, barulho de maquinário e explosões. Moradores relatam sofrer danos estruturais, físicos e psicológicos. Um membro da Associação da Comunidade de Bocaina declarou: “Aconteciam explosões das rochas que, além de jogarem poeira nas comunidades, racharam as casas dos moradores. Outro incômodo é que [a mina] operava 24 horas por dia, e o barulho atrapalhava a gente para dormir. [A empresa] também jogou rejeito no rio Bebedouro, o único rio da comunidade que nunca secava e hoje não tem mais água devido aos rejeitos de mineração”. Além disso, os quilombolas denunciaram que foram abordados por funcionários da subsidiária brasileira das empresas britânicas, depois que passaram a contestar na Justiça os impactos das operações. O objetivo seria forçá-los a desistir dos processos (Ribeiro e Brasil, 08/11/2023).

Em Minas Gerais, a deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) acionaram o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal para apurar a autorização dada à empresa Sigma Lithium para minerar na Chapada do Lagoão, no município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha. A denúncia destaca que os modos de vida, trabalho e renda das diversas comunidades tradicionais locais estão diretamente relacionados a esse território e estão sendo ameaçados pela atividade minerária em potencial. A denúncia também solicita providências quanto à ausência de consulta prévia e livre aos povos e comunidades tradicionais (Brasil de Fato, 11/04/2023).

No Serro, em Minas Gerais, movimentos populares e organizações sociais protestaram contra o Projeto Serro da empresa Herculano Mineração. A Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais N’Golo afirma que a comunidade quilombola de Queimadas, situada a menos de dois quilômetros da área pretendida pela empresa, ainda não teve direito à consulta livre, prévia e informada, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para uma representante do Movimento Popular pela Soberania na Mineração (MAM), caso o licenciamento ambiental do projeto seja aprovado sem que a comunidade seja ouvida, isso poderá legitimar a atuação de outras mineradoras que avançam sobre os territórios tradicionais. “Isso pode abrir espaço para o fim da comunidade quilombola de Queimadas e pode impactar diversos outros quilombos de Minas Gerais que vivem a mesma realidade, sendo ameaçados pela chegada de empreendimentos minerais”, alertou.

De acordo com o advogado da Federação N’golo: “Nos estudos ambientais que foram apresentados até o presente momento, a comunidade quilombola de Queimadas é simplesmente ignorada. Não se tem nenhuma preocupação em saber dos impactos na vida dessas pessoas” . Um morador da comunidade de Queimadas expressa sua angústia diante de todas as investidas feitas pelas mineradoras. “Não queremos abrir mão do direito de viver bem, em nossa comunidade, de continuar compartilhando o carinho com nossas famílias em nosso território”, afirma (Wilker, 11/10/2023).

Moradores da comunidade Vargem da Lua, em São Gonçalo do Rio Abaixo, Minas Gerais, travaram uma disputa com a mineradora Vale S.A., em 2023, envolvendo o rechaço a uma autorização dada pela justiça para que a empresa realizasse a manutenção de uma adutora para captação e bombeamento no Rio Santa Bárbara. Os moradores protestaram contra a decisão da Justiça e denunciaram que a Vale já invadiu e ocupou quase 40 hectares de terra no território da Vargem da Lua, com a expansão das operações na Mina de Brucutu. Um representante da comunidade declarou: “A Vale fez uma estrada que corta o terreno da Vargem da Lua e passou essa adutora sem autorização

da comunidade, que não teve benefício nenhum. Há uns quatro meses, a comunidade permitiu que arrumassem a rede de água, pois ficaram de resolver a questão. Só que nada foi resolvido, e, por falta de sorte deles, a adutora rompeu de novo. E dessa vez a comunidade não permitiu essa manutenção” (Milagres, 21/09/2023).

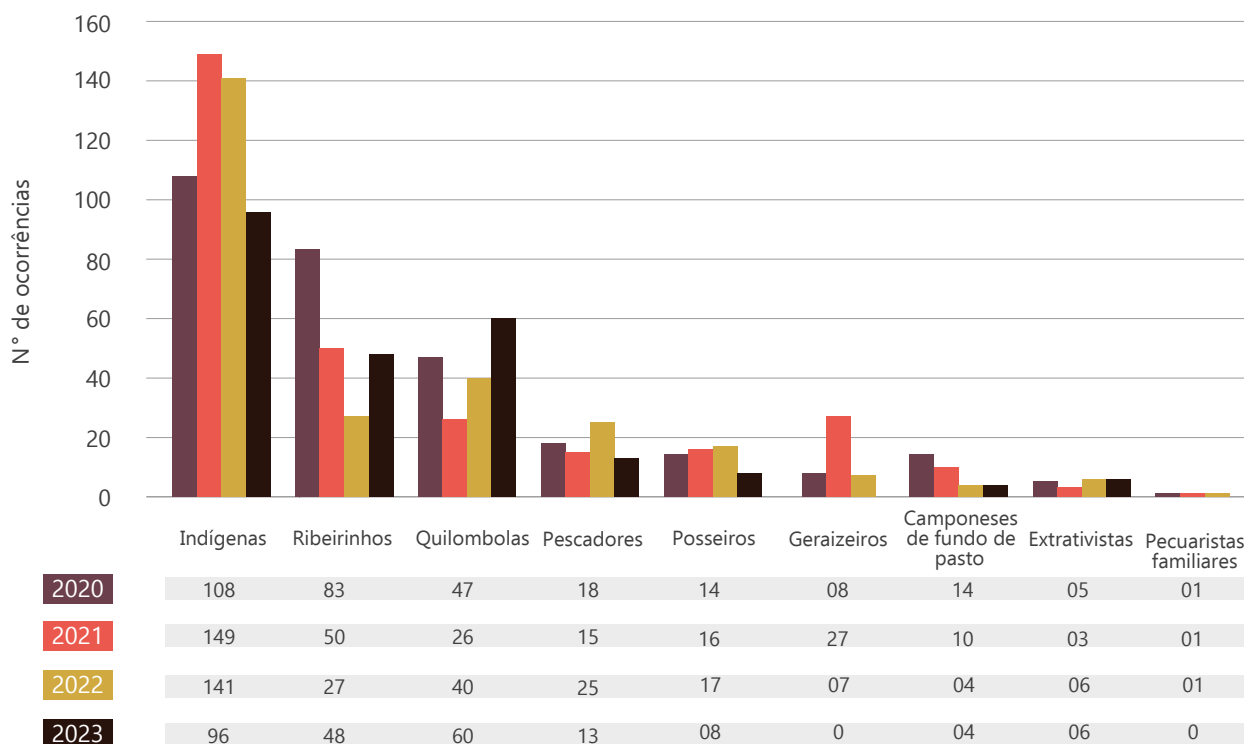
O principal tipo de conflito entre os quilombolas em 2023 foi pela Terra, com 88,3%, seguido pela Água, com 63,3%. Os tipos de violência predominantes foram a ausência de consulta prévia, ameaça de poluição da água, ameaça de danos, danos e poluição do ar.

Povos e Comunidades Tradicionais

As ocorrências envolvendo populações tradicionais somaram 235, abrangendo pelo menos 178.753 pessoas. Entre elas, indígenas (96 ocorrências e 158.049 pessoas), quilombolas (60 ocorrências e 8.783 pessoas), ribeirinhos (48 ocorrências e 1.187 pessoas), pescadores (13 ocorrências e 2.703 pessoas), posseiros (8 ocorrências e 2.141 pessoas), extrativistas (6 ocorrências e 4.225 pessoas), camponeses de fundo de pasto (3 ocorrências e 1.165 pessoas) e Comunidade fecho de pasto (1 ocorrência).

Em comparação com os anos anteriores, observa-se uma redução gradativa nas ocorrências envolvendo essas categorias, com uma retração de 21,1% de 2020 a 2023 e 12,3% entre 2022 e 2023. Em 2023, ocorreu à ausência de registros nas categorias Geraizeiros e Pecuaristas familiares, que haviam apresentado ocorrências em anos anteriores.

Gráfico 31: Número de ocorrências com populações tradicionais em 2020 a 2023



Pescadores e ribeirinhos formam um grupo que soma 61 ocorrências, abrangendo pelo menos 3.890 pessoas. A Bahia concentrou 39,3% das ocorrências, seguida pelo Amazonas (14,8%) e Minas Gerais (13,1%). Esses conflitos envolveram pelo menos dez empresas, além do garimpo e do garimpo ilegal. A Tombador Iron Mineração foi responsável por 39,3% das ocorrências nessa categoria, seguida pelo garimpo ilegal (18,0%), Belo Sun Mining (8,2%), Vale S.A. (8,2%), Samarco-Vale-BHP (6,6%), e Braskem (4,9%). Os casos relacionados à Vale S.A., Samarco-Vale-BHP e Braskem referem-se, especificamente, a desastres ocasionados por essas empresas.

O município mais impactado foi Sento Sé, na Bahia, com 24 ocorrências, todas envolvendo a empresa Tombador Iron Mineração. As principais violências foram poluição da água (21 ocorrências) e danos (20 ocorrências).

Entre os demais povos tradicionais, os extrativistas e os camponeses de fundo e fecho de pasto registraram, respectivamente, 6 e 4 ocorrências. Nos últimos quatro anos, destaca-se o crescimento expressivo da categoria Geraizeiro em 2021, com 27 ocorrências envolvendo conflitos com as empresas Bahia Mineração (Bamin) e Sul Americana de Metais (SAM). Em 2022, as ocorrências com essas empresas continuaram, mas com menor intensidade, enquanto em 2023 não foram registradas ocorrências (Gráfico 28). Já os conflitos envolvendo extrativistas ocorreram, majoritariamente, em decorrência do garimpo ilegal, com uma ocorrência envolvendo a empresa Alcoa.

Outros grupos sociais do campo

Considerando as categorias de **assentados, pequenos proprietários rurais, posseiros e sem-terra, foram registrados, em 2023, 127 ocorrências de conflito, envolvendo um total de 641.329 pessoas.** A distribuição por grupo é a seguinte: pequenos proprietários rurais (632.902 pessoas⁶), assentados (3.581 pessoas), sem-terra (2.705 pessoas) e posseiros (2.141 pessoas).

Esses casos ocorreram principalmente em Minas Gerais e no Pará, que concentraram 50,4% e 15,7% das ocorrências, respectivamente. Entre as 37 empresas envolvidas, destacam-se como as cinco mais representativas: Vale S.A. (28,3%), Samarco-Vale-BHP (7,1%), Mineração Vale Verde (6,3%), Yamana Gold (5,5%) e Zona da Mata Mineração (4,7%). O garimpo ilegal esteve presente em 2,4% das ocorrências.

O tipo de conflito mais frequente foi relacionado à Terra, abrangendo 88,2% das ocorrências, seguido por conflitos envolvendo Água (38,6%). Quanto ao tipo de violência predominante, destaca-se: omissão (40,2%), poluição da água (24,4%), danos (21,3%) e perda de renda (18,1%). Em relação aos objetos causadores dos conflitos, as barragens lideram com 35,4% das ocorrências, seguidas por minas (28,3%) e projetos (11,8%).

⁶Entre os quais, mais de 90% são vítimas do desastre do Rio Doce pela Samarco-Vale-BHP no município de Colatina (MG) (Sou Notícia, 28/06/2023).

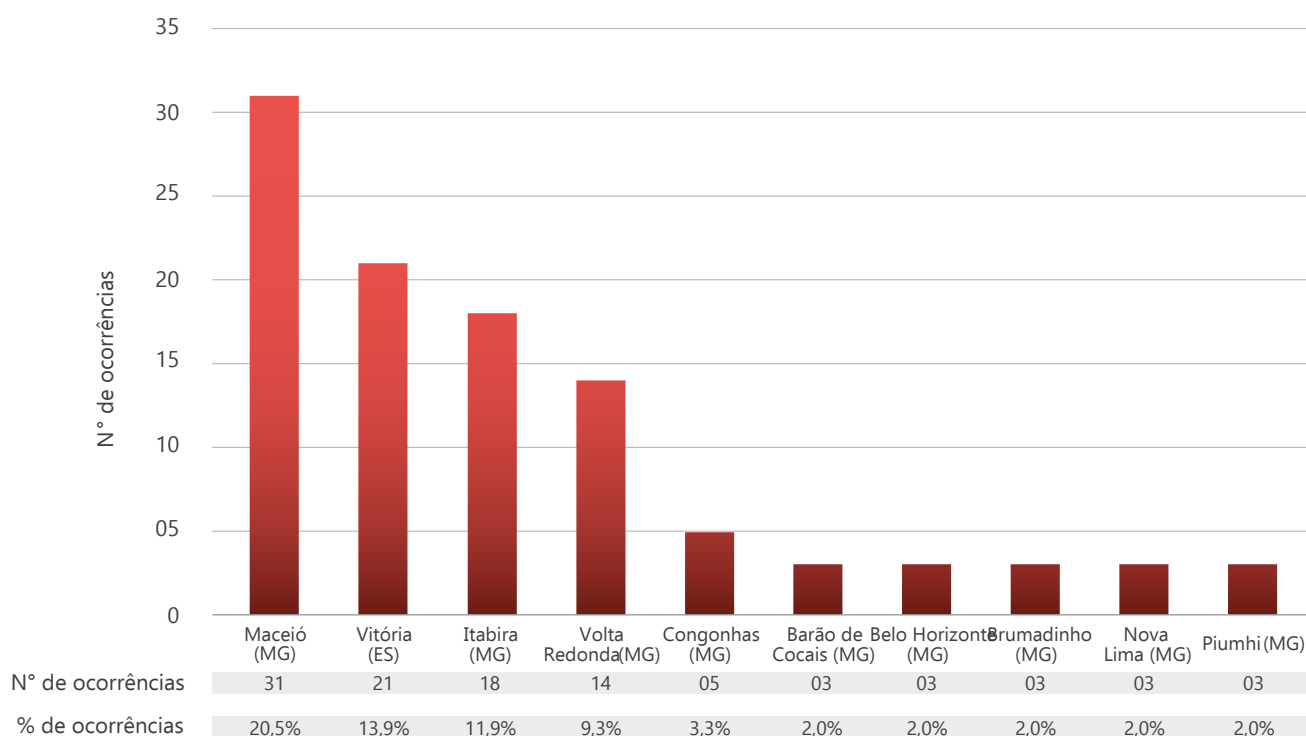
Conflitos urbanos

No contexto dos conflitos em áreas urbanas, abrangendo as categorias de população urbana, pequenos proprietários urbanos, população urbana e rural e posseiro urbano, foram identificados 108 casos, totalizando 151 ocorrências, o que representa 16,7% de todas as ocorrências de conflitos registradas. Esses conflitos envolveram pelo menos 120.620 pessoas, que sofreram violações relacionadas ao setor de mineração no Brasil.

Os conflitos urbanos envolveram 32 empresas, com destaque para as cinco principais: Vale S.A., responsável por 26,5% das ocorrências, Braskem, com 22,5%, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com 15,9%, ArcelorMittal (6,6%) e AngloGold Ashanti (3,3%).

Em 2023, os conflitos urbanos foram registrados em 48 municípios de onze estados. Minas Gerais concentrou o maior número de ocorrências, com 43,0%, seguido de Alagoas (23,2%), Espírito Santo (14,6%), Rio de Janeiro (9,3%) e Goiás (2,6%). Os cinco municípios mais afetados foram Maceió, com 20,5% das ocorrências, Vitória, com 13,9%, Itabira, com 11,9%, Volta Redonda, com 9,3% e Congonhas, com 3,3% (Gráfico 32).

Gráfico 32: Municípios que mais concentraram ocorrências com população urbana em 2023



Particularmente em Maceió, onde a Braskem foi responsável pelo maior crime socioambiental já registrado em área urbana no mundo, afetando um total de 60 mil pessoas, as reivindicações por indenizações justas para os moradores das áreas diretamente atingidas e as manifestações por realocação da população em situação de “ilhamento socioeconômico”⁷ permaneceram em evidência em 2023 (Mansur e Wanderley, 2023).

⁷ Efeito da desocupação dos imóveis no entorno de localidades como Flexal de Cima e Flexal de Baixo, que resultou em fuga do comércio e esvaziamento dos equipamentos públicos.

Nesse mesmo ano, a Braskem destacou-se como um dos principais anunciantes do programa Big Brother Brasil 23, fazendo alusão à importância da “preservação ambiental e da sustentabilidade”. Contudo, essa iniciativa gerou indignação, e uma petição circulou pela internet, reunindo assinaturas que cobravam posicionamento da Rede Globo, do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério Público Federal (MPF) e dos demais anunciantes do reality show. A carta aberta lembrava o desastre causado pela empresa e destacava as denúncias dos moradores e da população alagoana. Um trecho da carta enfatizava: “A Braskem entrou no lugar das Lojas Americanas como uma das principais patrocinadoras do programa Big Brother Brasil, da Rede Globo. Seu intuito é se vender como uma empresa preocupada com o meio ambiente e as pessoas. Tudo mentira. Sua participação no programa é, na verdade, um enorme tapa na cara de mais de 3,5 milhões de alagoanos que, indignados, sofrem de perto os efeitos do megadesastre que a empresa cometeu em Maceió, destruindo literalmente mais de 3 milhões de m² da cidade. O crime cometido destruiu 5 bairros, inutilizou 15 mil residências, obrigou o fechamento de mais de 5 mil empresas, causou a perda de 10 mil empregos e desvalorizou outros 17 mil imóveis no entorno da área devastada, causando um prejuízo estimado em muito mais de 15 bilhões de reais. [...] Maceió é hoje uma cidade sitiada pela Braskem!” (Change.org, 20/01/2023).

O tipo de conflito mais prevalente nessa categoria foi Terra, responsável por 90,1% das ocorrências, seguido pelos conflitos relacionados à Água (18,5%), Saúde, (18,5%), Jurídico (6,0%) e Minério (2,6%). Os tipos de violência mais recorrentes foram: Poluição do ar, com 37,1% das ocorrências, Omissão (33,1%), Ameaça de danos (23,2%), Adoecimento (13,9%) e Danos (12,6%).

Em comparação com os anos anteriores, 2023 registrou o maior número de ocorrências relacionadas a conflitos urbanos. As ocorrências apresentaram uma tendência de crescimento constante, passando de 91 ocorrências em 2020, para 95 em 2021, 100 em 2022 e 151 em 2023. Isso representa um aumento de 65,9% no período de 2020 a 2023. As empresas mais frequentemente mencionadas ao longo desses anos foram a Braskem, a Vale S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Observou-se, ainda, um crescimento significativo nos conflitos urbanos envolvendo a CSN, que saltaram de menos de 10 ocorrências em anos anteriores para 24 em 2023, com destaque para os conflitos relacionados à poluição do ar em Volta Redonda (RJ).

Conflitos envolvendo o Estado

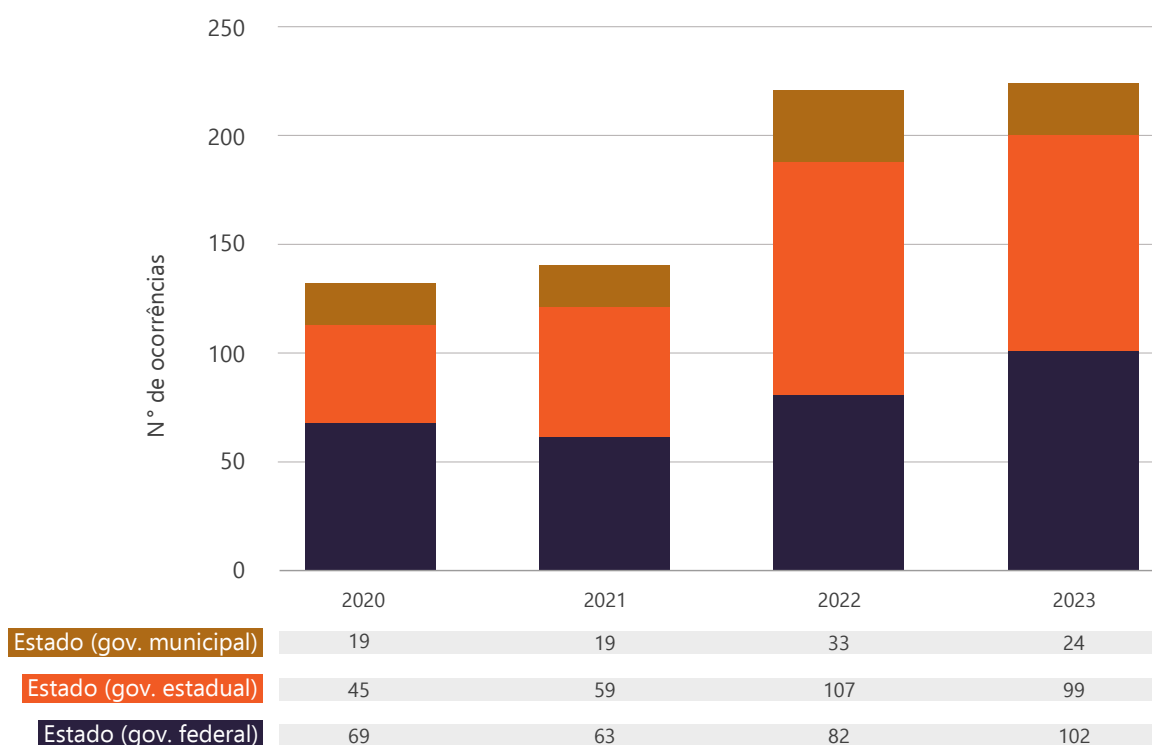
A categoria Estado está presente na base de dados do Observatório, categorizada em suas três esferas: federal, estadual e municipal. O Estado está envolvido em embates institucionais e em ações de contenção à extração ilegal e à usurpação de bem mineral pertencente à União (cf. Art. 176 da Constituição da República Federativa do Brasil).

Em 2023, foram registradas 225 ocorrências envolvendo a categoria, tendo sido a categoria com mais ocorrências, sendo 99 conflitos estaduais, 102 federais e 24 municipais. Entre elas, 41,3% das ocorrências estavam relacionadas a conflitos com garimpeiros e 31,6% com mineradoras ilegais. Assim, 72,9% das ocorrências com a categoria Estado se referem a ações de repressão à extração ilegal de minério e seus impactos.

Os principais tipos de conflito associados à categoria Estado foram Minério, presente em 74,2% das ocorrências, e Terra, em 31,6%. As formas de violência predominantes foram extração ilegal, com 72,9%, danos, com 26,7%, poluição da água (16,0%) e desmatamento (14,7%).

O gráfico a seguir ilustra a evolução das ocorrências envolvendo as três esferas federativas entre 2020 e 2023. Nota-se uma expansão das ocorrências envolvendo esse ator através dos anos, com um aumento de 69,1% das ocorrências no período. A esfera estadual foi a que apresentou maior crescimento, com uma variação de 120%, seguida pela esfera federal (47,8%) e municipal (26,3%).

Gráfico 33: Conflitos anuais por ente federativo de 2020 a 2023



Além dos casos relacionados ao garimpo e à mineração ilegal, a Samarco-Vale-BHP ocupa a terceira posição na categoria que causou a ação, com 4,9% das ocorrências. Esses conflitos envolvem, principalmente, tipos de violência como omissão, poluição da água e perda de renda. As ocorrências estão concentradas em Minas Gerais (4) e no Espírito Santo (7). De maneira geral, os casos nesses estados se referem ao processo de reparação após o desastre causado pela empresa em 2015.

A Braskem aparece em quarto lugar, com ocorrências envolvendo, além do município de Maceió, os municípios de Marechal Deodoro, Murici, Rio Largo, Paripueira e Pilar. Esses municípios fazem parte da região metropolitana de Maceió, onde as prefeituras criaram um grupo de trabalho que organizará um diagnóstico detalhado dos danos provocados pela Braskem, avaliando a extensão dos impactos causados pela mineradora em seus municípios, como consequência do desastre em Maceió. O objetivo é que a empresa indenize todas as cidades impactadas pelo afundamento do solo decorrente da extração de sal-gema (A Notícia, 18/08/2023).

Nesse contexto, o prefeito de Rio Largo destacou que o município tem sido atingido diretamente pelo crime ambiental cometido pela Braskem: “Nós temos sofrido porque a maioria das pessoas que perderam seus imóveis, que estão passando por esse momento de grande dificuldade, nós observamos que grande parte dessa população se deslocou para Rio Largo. E, em termos de habitação, saúde e educação, Rio Largo foi a cidade que mais sofreu impactos, principalmente com relação à saúde mental dessas pessoas”. O prefeito do Pilar falou da incerteza dos pescadores que dependem da Lagoa Mundaú para sobreviver: “É importante que se chegue a uma situação que possa ajudar diretamente os moradores de Maceió, que foram afetados diretamente e tiveram que se deslocar dos bairros que foram ‘engolidos’. Mas também é preciso que se pense na Região Metropolitana. Nosso município recebeu inúmeros moradores desses bairros e, para além do aumento populacional, nossos pescadores estão sofrendo com medo do desastre ambiental. Não está claro se o colapso irá afetar a pesca devido à salinização e estamos aqui em busca de respostas” (Magalhães, 12/12/2023).

Em Paripueira, no Litoral Norte de Alagoas, a possibilidade de exploração de sal-gema pela Braskem foi negada pelo prefeito da cidade. Em entrevista, o prefeito afirmou: “Em Paripueira não existe a possibilidade de haver licença de mineração da Braskem, até porque, diante do que está acontecendo em Maceió, não é o momento para se ampliar a exploração da sal-gema em Alagoas. No momento, nosso principal problema é o fato de as pessoas serem retiradas de suas casas e procuram cidades da Região Metropolitana para morar, e aumentando o número de moradores, gera mais despesas” [...] “Em hipótese alguma, Paripueira aceitará que a Braskem explore sal-gema” (Magalhães, 12/12/2023).

Os casos envolvendo a Vale S.A. referem-se ao pagamento de multas após a explosão de uma locomotiva de trem de carga na cidade de Alto Alegre do Pindaré, que destruiu ao menos 18 vagões. O descarrilamento seguido de incêndio provocou o vazamento de combustível, que resultou em poluição de cursos d’água, do solo, do ar, além da destruição de vegetação em área de proteção permanente e não cumprimento do plano de atendimento de emergências. (G1, 24/11/2023).

Em Conceição do Mato Dentro, o poder público e os moradores estão preocupados com o Projeto Serra da Serpentina da Vale e questionam a falta de comunicação entre a empresa e o município. O prefeito do município comentou em entrevista: “A Vale é a porta voz do silêncio. Ela não conversa, não dialoga. Para entrar em Conceição tem que ser com respeito, educação e transparência nas ações. A gente ‘tá’ vendo essa movimentação acontecer apenas como espectadores.” (Izabela, 18/04/2023).

Em São Félix do Xingu, no Pará, onde a Vale opera o Projeto Onça Puma, a empresa pleiteia a abertura de um segundo forno de processamento de níquel. No entanto, a Prefeitura afirma que só concederá a autorização para funcionamento da empresa se as condicionantes forem cumpridas pela multinacional. Ou seja, se a Vale cumprir os acordos, indenizar as famílias e fazer os investimentos como contrapartida para os danos ambientais causados desde o início de sua operação no município. O prefeito declarou: “Enquanto, eles não cumprirem com as condicionantes e não sentarem na mesa de negociação com a gente, eu não vou conceder o alvará de funcionamento. A Vale não tem nada de São Félix enquanto não cumprirem com as suas obrigações” (Pará Terra Boa, 16/05/2023).

No Pará, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Vale, instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) em 2021, teve o seu relatório final apresentado em 2023. Uma das investigações reveladas neste ano aponta que a Vale comercializou ouro para o exterior sem pagar royalties durante pelo menos dez anos, deixando de pagar R\$ 446,7 milhões em Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) referentes à exploração de ouro não contabilizada. O estudo revelou que a Vale registrou a exploração e venda de ouro em seus balanços, mas não em seus relatórios de produção. O ouro foi registrado como “subproduto do cobre” para fins fiscais (Debate Carajás, 13/07/2023).

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. ALAGOAS – Municípios pedem reparação da Braskem e analisam impacto dos danos causados, busca-se ressarcimento dos prejuízos. **A Notícia Alagoas**, 18/08/2023. Acesso em: <https://anoticiaalagoas.com.br/2023/08/18/alagoas-municipios-pedem-reparacao-da-braskem-e-analisam-impacto-dos-danos-causados-busca-se-ressarcimento-dos-prejuizos/>

AEDAS. Atingidos de Brumadinho realizam atos por direitos e exigem respostas da Vale. **Aedas MG**, 05/05/2023. Acesso em: <https://aedasmg.org/protesto-zonaquente/>

AIAAV. Povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais fazem mobilização para denunciar tentativa da Vale de invisibilizá-los. **Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale**, 02/05/2023. Acesso em: <https://atingidosvale.com/campanhaeuexistio/>

ALMEIDA, Ana Cláudia. Defensoria quer alterar acordo entre Braskem e moradores dos Flexais. **Gazeta de Alagoas**, 08/03/2023. Acesso em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/399640/defensoria-quer-alterar-acordo-entre-braskem-e-moradores-dos-flexais>

AMAZONAS 1. Indígenas contrários à mineração em Autazes são alvo de ameaças. **Amazonas 1**, 29/04/2023. Acesso. https://amazonas1.com.br/charge_do_dia/indigenas-contrarios-a-mineracao-em-autazes-sao-alvo-de-ameacas/

BBC. Ação na Inglaterra pede R\$ 230 bi em indenizações para 700 mil vítimas do desastre de Mariana. **BBC News Brasil**, 15/03/2023. Acesso em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cndr11z684ro>

BENASSATTO, Leonardo; PEROBELLI, Amanda. Dezenas de crianças yanomami são hospitalizadas; ministra fala em ‘pontinha do iceberg’. **Terra**, 27/01/2023. Acesso em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/dezenas-de-criancas-yanomami-sao-hospitalizadas-ministra-fala-em-pontinha-do-iceberg,09a53aa7aafd946800c2de5b3ca1a020y2v75xey.html>

BOND, Letycia. Lideranças indígenas pedem proteção contra retaliações de garimpeiros. **Agência Brasil**, 23/02/2023. Acesso em: <https://odocumento.com.br/liderancas-indigenas-pedem-protecao-contr-retaliacoes-de-garimpeiros/>

BRASIL DE FATO. Justiça é acionada para apurar autorização de mineração em área que é “caixa d’água” de Araçuaí. **Brasil de Fato MG**, 11/04/2023. Acesso em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2023/04/11/justica-e-acionada-para-apurar-autorizacao-de-mineracao-em-area-que-e-caixa-d-agua-de-aracuai>

BRASIL. DECRETO Nº 11.405, DE 30 DE JANEIRO DE 2023. Brasília. Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11405.htm

CHANGE.ORG. A BRASKEM VAI AFUNDAR O BBB23 COMO FEZ COM MACEIÓ? **Change.org**, 20/01/2023. Acesso em <https://www.change.org/p/braskemnoparedao-tvglobo-mcdonalds-br-samsungbrasil-cocacola-br-ambev-nestlechocobr-a-braskem-afundou-macei%C3%B3-impactando-o-meio-amb-e-120-mil-pessoas-%C3%A9-a-essa-imagem-que-voc%C3%AAs-querem-suas-marcas-associadas>

COUZEMENCO, Fernanda. 'O que essas empresas dizem é: a vida dos capixabas não vale nada'. **Século Diário**, 15/11/2023. Acesso em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/o-que-essas-empresas-dizem-e-a-vida-dos-capixabas-nao-vale-nada>

CTB. CSN perde mais uma etapa do processo de reintegração dos funcionários demitidos em 2022. **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil**, 18/09/2023. Acesso em: <https://www.ctb.org.br/2023/09/18/csn-perde-mais-uma-etapa-do-processo-de-reintegracao-dos-funcionarios-demitidos-em-2022/>

DANTAS, Karina. Moradores isolados após afundamento de minas pedem justiça em Maceió. **Metrópoles**, 03/12/2023. Acesso em: <https://www.metropoles.com/brasil/moradores-isolados-apos-afundamento-de-minas-pedem-justica-em-maceio>

DEBATE CARAJÁS. Vale deve mais de R\$ 400 milhões em royalties para Marabá e Canaã. **Debate Carajás**, 13/07/2023. Acesso em: <https://debatecarajas.com.br/vale-e-acusada-de-roubar-mais-de-r-400-milhoes-de-maraba/>

DESTAQUE POPULAR. Trabalhador da CBSI fica ferido ao ser atingido por empilhadeira na CSN. **Destaque Popular**, 29/03/2023. Acesso em: <https://destaquepopular.com.br/2023/03/29/trabalhador-da-cbsi-fica-ferido-ao-ser-atingido-por-empilhadeira-na-csn/>

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Relatos são de 30 meninas Yanomami grávidas de garimpeiros, diz secretário. **Diário do Grande ABC**, 01/02/2023. Acesso em: <https://www.dgabc.com.br/Mobile/Noticia/3937640/relatos-sao-de-30-meninas-yanomami-gravidas-de-garimpeiros-diz-secretario>

DOL CARAJÁS. Siderúrgicas de Marabá são condenadas por trabalho escravo. **DOL Carajás**, 30/03/2023. Acesso em: <https://dol.com.br/carajas/cidades/maraba/802640/siderurgicas-de-maraba-sao-condenadas-por-trabalho-escravo>

DOLCE, Julia. Seguranças armados usam drones para vigiar e denunciar sem-terra em Belo Sun e Belo Monte. **Agência Pública**, 22/09/2023. Acesso em: https://apublica.org/2023/09/seguranças-armados-usam-drones-para-vigiar-e-denunciar-sem-terra-em-belo-sun-e-belo-monte/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=novaalianca

FARIAS, Elaíze. Tuxauas Mura de aldeias onde empresa quer explorar potássio negam apoio. **Amazônia Real**, 26/09/2023. Acesso em: <https://amazoniareal.com.br/lideres-mura-sao-contra-potassio/>

FOLHA DO AÇO. Explosão em Central Termoelétrica da CSN assusta moradores de VR. **Folha do Aço**, 03/07/2023. Acesso em: <https://folhadoaco.com.br/2023/07/03/explosao-em-central-termoeletrica-da-csn-assusta-moradores-de-vr/>

FREITAS, Caroline. Lama do Rio Doce: MPES quer que empresas paguem R\$ 100 bi de indenização. **A Gazeta**, 17/10/2023. Acesso em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/lama-do-rio-doce-mpes-quer-que-empresas-paguem-r-100-bi-de-indenizacao-1023>

G1. Funcionário de empresa terceirizada morre após vazamento de gás na CSN. **G1 Sul do Rio e Costa Verde**, 02/06/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/06/02/funcionario-de-empresa-terceirizada-morre-apos-vazamento-de-gas-na-csn-em-volta-redonda.ghtml>

G1. Funcionário morre em acidente de trabalho na CSN, em Volta Redonda. **G1 Sul do Rio e Costa Verde**, 27/03/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/03/27/funcionario-morre-em-acidente-de-trabalho-na-csn-em-volta-redonda.ghtml>

G1. Garimpo ilegal na Terra Yanomami cresceu 54% em 2022. **G1 Roraima**, 01/02/2023. Acesso em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/01/garimpo-ilegal-na-terra-yanomami-cresceu-54percent-em-2022-aponta-levantamento-de-associao.ghtml?utm_source=share-universal&utm_medium=share-bar-app&utm_campaign=materias

G1. Indígenas denunciam negligência da Vale para acordo de reparação após rompimento de barragem. **G1 MG2**, 26/01/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/01/26/indigenas-denunciam-negligencia-da-vale-para-acordo-de-reparacao-apos-rompimento-de-barragem.ghtml>

G1. Moradores de Volta Redonda reclamam de poluição da CSN: 'Situação está insustentável'. **G1 Sul do Rio e Costa Verde**, 12/06/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/06/12/moradores-de-volta-redonda-reclamam-de-poluicao-da-csn-situacao-esta-insustentavel.ghtml>

G1. Moradores do Bom Parto, em Maceió, acampam na pista em protesto para cobrar realocação de imóveis. **G1 Alagoas**, 12/09/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/09/12/moradores-do-bom-parto-em-maceio-acampam-na-pista-em-protesto-para-cobrar-realocacao-de-imoveis.ghtml>

G1. Quase 100 crianças morreram na Terra Indígena Yanomami em 2022, diz Ministério dos Povos Indígenas. **G1 Roraima**, 21/01/2023. Acesso em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/21/mais-de-500-criancas-morrem-na-ti-yanomami-e-lula-deve-decretar-estado-de-calamidade-publica.ghtml?utm_source=share-universal&utm_medium=share-bar-app&utm_campaign=materias

G1. Vale é multada em mais de R\$ 250 milhões por danos ambientais causados por incêndio em trem carregado de combustível no MA. **G1 Maranhão**, 24/11/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/11/24/vale-e-multada-em-mais-de-r-250-milhoes-por-danos-ambientais-causados-por-incendio-em-trem-carregado-de-combustivel-no-ma.ghtml>

G1. Vazamento de líquido quente provoca estrondo na CSN, em Volta Redonda. **G1 Sul do Rio e Costa Verde**, 17/10/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/10/17/vazamento-de-liquido-quente-provoca-estrondo-na-csn-em-volta-redonda.ghtml>

G1. Pedreira fecha acordo para pagar R\$ 400 mil em indenização a trabalhadores resgatados em situação de escravidão no Paraná. **G1 PR e RPC Londrina**, 03/04/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2023/04/03/pedreira-fecha-acordo-para-pagar-r-400-mil-em-indenizacao-a-trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-parana.ghtml>

G1. Justiça suspende audiência pública de projeto da Herculano Mineração e determina consulta a quilombolas atingidos. **G1 Minas Gerais**, 17/04/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/17/justica-suspende-audiencia-publica-de-projeto-da-herculano-mineracao-e-determina-consulta-a-quilombolas-atingidos.ghtml>

GLOBONEWS. Estátuas de Aleijadinho são danificadas por poeira provocada pela mineração; moradores reclamam da qualidade do ar. **G1**, 23/08/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/globonews/cidades-e-solucoes/noticia/2023/08/23/estatuas-de-aleijadinho-sao-danificadas-por-poeira-provocada-pela-mineracao-moradores-reclamam-da-qualidade-do-ar.ghtml>

GONÇALVES, Bella. A Vale continua sendo um transtorno na vida dos atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho. **Instagram**, 16/03/2023. Acesso em: <https://www.instagram.com/p/Cp2ota6udVk/>

GUAICUY. Guaicuy protocola pedido na Ação Civil Pública em favor dos/as garimpeiros e garimpeiras tradicionais de Antônio Pereira. **Instituto Guaicuy**, 17/04/2023. Acesso em: <https://guaicuy.org.br/guaicuy-protocola-pedido-em-favor-dos-garimpeiros-e-garimpeiras-tradicionais-de-antonio-pereira/?amp>

GUAICUY. Parlamentares, movimentos sociais e vítimas da Vale cobram garantia do direito à Assessoria Técnica e à participação efetiva na reparação de danos. **Instituto Guaicuy**, 20/03/2023. Acesso em: <https://guaicuy.org.br/parlamentares-movimentos-sociais-e-vitimas-da-vale-cobram-direito-a-assessoria-tecnica-e-a-participacao-efetiva/?amp>

HAY et. al. yamaki ni ohotai xoa! NÓS AINDA ESTAMOS SOFREND0: um balanço dos primeiros meses da emergência Yanomami. **Hutukara Associação Yanomami (HAY), Associação Wanasseduume Ye'kwana (SEDUUME) e Urihi Associação Yanomami**, 2023. Acesso em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Yamaki-ni-ohotahi-Xoa-Nos-ainda-estamos-sofrendo-yad00620.pdf>

IBASE. Vale afetar a vida de 51 comunidades em novo empreendimento. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)**, 04/05/2023. Acesso em: <https://ibase.br/vale-afetara-vida-de-51-comunidades-em-novo-empreendimento/>

ISA, Instituto Socioambiental; HAY, Hutukara Associação Yanomami. Nota Técnica - Atualizações sobre o garimpo na TIY e seus impactos na assistência à saúde no período da Emergência Sanitária. 2023. Acesso em: https://static.poder360.com.br/2024/01/Nota_Tecnica_Garimpo_na_TIY_2023_um_ano_de_emergencia_docx.pdf

IZABELA, Maria. Prefeito de Conceição do Mato Dentro se pronuncia sobre projeto da Vale no município. **Cidades & Minerais**, 18/04/2023. Acesso em: <https://cidadeseminerais.com.br/cidades/conceicao-do-mato-dentro/prefeito-de-conceicao-do-mato-dentro-se-pronuncia-sobre-projeto-da-vale-no-municipio/>

LIMA, Leanderson. Relatório da APIB alerta para impactos da mineradora Belo Sun nas terras indígenas. **Amazônia Real**, 29/03/2023. Acesso em: <https://amazoniareal.com.br/relatorio-da-apib-alerta-para-impactos-da-mineradora-belo-sun-nas-terras-indigenas/>

MAGALHÃES, Thyanne. “Mineradora não vai explorar em Paripueira”. **Tribuna Hoje**, 12/12/2023. Acesso em: <https://tribunahoje.com/noticias/politica/2023/12/12/131109-mineradora-nao-vai-explorar-em-paripueira>

MAM. MAM manifesta repúdio à decisão de redução do trabalho das Assessorias Técnicas Independentes. **Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM)**, 20/03/2023. Acesso em: https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2023/03/20230320_MAM_nota.pdf

MANSUR, M. S., WANDERLEY, L. J., MILANEZ, B., SANTOS, R. S. P. D., PINTO, R. G., GONÇALVES, R. J. A. F., & COELHO, T. P. (2016). Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**, 2, 16-49.

MANSUR, M. S.; CHERNICHARO, L. P. **Acionistas Críticos: Os 10 Anos De Atuação Da Articulação Internacional Dos Atingidos e Atingidas Pela Vale**. Articulação Internacional Dos Atingidos e Atingidas pela Vale, 2020.

MANSUR, M. S.; WANDERLEY, LUIZ JARDIM (Org.). **Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações**. 1. ed. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Território frente à Mineração, 2023. 177p

MÍDIA NINJA. Indígenas, quilombolas e ribeirinhos revelam sofrer ameaças e invasões vindas da mineradora Hydro. **Mídia Ninja**, 06/10/2023. Acesso em: <https://midianinja.org/indigenas-quilombolas-e-ribeirinhos-revelam-sofrer-ameacas-e-invasoes-vindas-da-mineradora-hydro/>

MILAGRES, Leonardo. Comunidade em MG denuncia violência policial durante cumprimento de ordem judicial a favor da Vale; entenda. **G1 Minas Gerais**, 21/09/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/09/21/comunidade-em-mg-denuncia-violencia-policial-durante-cumprimento-de-ordem-judicial-a-favor-da-vale-entenda.ghtml>

MIRANDA, Ari. “Nhambiquaras estão acuados pela garimpagem ilegal”, diz representante. **Única News**, 23/04/2023. Acesso em: <https://www.unicanews.com.br/geral/nhambiquaras-estao-acuados-pela-garimpagem-ilegal-diz-representante/93925>

MOVIMENTO PELAS ÁGUAS. Fazendeiros e representantes da Herculano ameaçam moradores da comunidade de Queimadas a renunciarem seus direitos territoriais e quilombolas. **Movimento pelas Águas**, 16/04/2023. Acesso em: <https://www.instagram.com/p/CrHRTQoOdEW/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>

MPF. MPF realiza reunião com comunidades quilombolas impactadas pela exploração de diamantes em Nordestina (BA). **Ministério Público Federal**, 13/09/2023. Acesso em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/mpf-realiza-reuniao-com-comunidades-quilombolas-impactadas-pela-exploracao-de-diamantes-em-nordestina-ba>

NINJA. Indígenas, quilombolas e ribeirinhos revelam sofrer ameaças e invasões vindas da mineradora Hydro. **Mídia Ninja**, 06/10/2023. Acesso em: <https://midianinja.org/news/indigenas-quilombolas-e-ribeirinhos-revelam-sofrer-ameacas-e-invasoes-vindas-da-mineradora-hydro/>

O DIA. Trabalhador de empresa terceirizada morre em acidente na CSN. **O Dia**, 12/09/2023. Acesso em: <https://odia.ig.com.br/volta-redonda/2023/09/6706908-trabalhador-de-empresa-terceirizada-morre-em-acidente-na-csn.html>

OLIVEIRA, Fabiana. Rompimento da barragem em Mariana: MP do ES e instituições de MG querem que empresas paguem R\$ 100 bi de indenização por dano coletivo. **G1 Espírito Santo**, 18/10/2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2023/10/18/rompimento-da-barragem-em-mariana-mp-do-es-e-instituicoes-de-mg-querem-que-em-presas-paguem-r-100-bi-de-indenizacao-por-dano-coletivo.ghtml>

PAJOLLA, Murilo. Governador do AM cooptou indígenas Mura para favorecer gigante da mineração, denunciam lideranças. **Brasil de Fato**, 12/10/2023. Acesso em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/12/governador-do-am-cooptou-indigenas-mura-para-favorecer-gigante-da-mineracao-denunciam-liderancas>

PARÁ TERRA BOA. Prefeito de São Felix do Xingu não vai liberar alvará para exploração de minério à Vale. **Pará Terra Boa**, 16/05/2023. Acesso em: <https://www.portalsantarem.com.br/noticias/conteudo/prefeito-de-sao-felix-do-xingu-nao-vai-liberar-alvara-para-exploracao-de-minerio-a-vale/136449>

PARAOPEBA PARTICIPA. OFÍCIO Nº 0017/2023. Rede de Articulação das pessoas, grupos e comissões de atingidos (as) da Bacia do Paraopeba – Movimento Paraopeba Participa, s.d. Acesso em: https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2023/03/20230320_Paraopeba-Participa_Corte-orcamentario-ATIs.pdf

PEREZ, Fabíola. Gestação interrompida, medo e luta: como o garimpo afeta mulheres indígenas. UOL Notícias, 07/02/2023. Acesso em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/02/08/mulheres-indigenas-afetadas-garimpo-ilegal.htm>

RIBEIRO, Tayguara. Quilombola compra ação da Vale para votar contra projeto de mineração. **Folha de São Paulo**, 28/04/2023. Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/quilombola-compra-acao-da-vale-para-votar-contra-projeto-de-mineracao.shtml>

RIBEIRO, Tayguara; BRASIL, Mariana. Quilombolas da Bahia conseguem liminar no Reino Unido contra mineradoras acusadas de intimidação. **Folha de São Paulo**, 08/11/2023. Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/11/quilombolas-da-bahia-conseguem-liminar-no-reino-unido-contra-mineradoras-acusadas-de-intimidacao.shtml>

SALSA, Davi. Moradores de Craíbas querem indenizações. **Tribuna Hoje**, 13,12,2023. Acesso em: <https://tribunahoje.com/noticias/interior/2023/12/13/131167-moradores-de-craibas-querem-indenizacoes>

SASSINE, Vinicius; ALMEIDA, Lalo de. Nambikwaras: Com explosivos e túneis, garimpo encurrala indígenas e Estado em terra superinvasada em 2023. **Folha de São Paulo**, 19/12/2023. Acesso em: <https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/cercas-aldeias-a-infestacao-dos-garimpos-ate-o-quintal-das-comunidade/nambikwaras-com-explosivos-e-tuneis-garimpo-encurrala-indigenas-e-estado-em-terra-superinvasada-em-2023/>

SOARES, Davi. Alagoana denuncia à ONU destruição de bairros de Maceió pela Braskem. **Diário do Poder**, 26/06/2023. Acesso em: <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/csa-brasil/alagoana-denuncia-a-onu-destruicao-de-bairros-de-maceio-pela-braskem>

SOU NOTÍCIA. Laudo do MPF mostra que a mineradora Samarco contaminou Rio Doce com formol. **Sou Notícia**, 28/06/2023. Acesso em: <https://www.sounoticia.com.br/noticia/109368/geral/laudo-do-mpf-mostra-que-a-mineradora-samarco-contaminou-rio-doce-com-formol-28062023>

STROPASOLAS, Pedro; RODRIGO, Rodolfo. Exclusivo: 44 pessoas resgatadas de pedreira usavam bombas caseiras sem proteção em Alagoas. **Brasil de Fato**, 12/04/2023. Acesso em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/12/exclusivo-44-pessoas-resgatadas-de-pedreira-usavam-bombas-caseiras-sem-protecao-em-alagoas>

TERENA, Mauricio. **Mina de sangue – Relatório sobre o projeto da mineradora Belo Sun**. Apib: Brasília, 2023. Acesso em: https://media.business-humanrights.org/media/documents/APIB_relatorio_minadesangue_Apib.pdf

VER-O-FATO. PARÁ – Mulheres Tembé protestam contra ‘presença intrusiva’ da Hydro em suas terras. **Ver-o-Fato**, 01/11/2023. Acesso em: <https://ver-o-fato.com.br/para-mulheres-tembe-protestam-contra-presenca-intrusiva-da-hydro-em-suas-terras/>

VIANA, Petrônio. Ataque em terra Yanomami deixa criança morta e cinco indígenas feridos. **Metrópoles**, 04/07/2023. Acesso em: <https://www.metropoles.com/brasil/ataque-em-terra-yanomami-deixa-crianca-morta-e-cinco-indigenas-feridos>

WILKER, Lucas. Projeto de mineração em Serro (MG) será julgado pela Justiça Federal nesta quarta (11). **Combate ao Racismo Ambiental**, 11/10/2023. Acesso em: <https://racismoambiental.net.br/2023/10/11/projeto-de-mineracao-em-serro-mg-sera-julgado-pela-justica-federal-nesta-quarta-11/>

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DE CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL

O Relatório é uma publicação anual do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, produzida no contexto do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, desde 2021. O Observatório teve, em 2024, a contribuição dos pesquisadores Diego Fraga, Luiz Wanderley, Maíra Sertã Mansur e Vinícius Carvalho no monitoramento, tabulação, análise e mapeamento dos dados de conflito do ano de 2023.



**COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO**



**Observatório dos
Conflitos da Mineração
no Brasil**